

Indexado ao(s) Processo(s):

2022.001.003269/INEMA/LIC-03269

Tipo de processo:

Licença de Instalação - LI, ASV E AMF

1. Identificação

Razão Social/Interessado: SOLAR IRECE 3 SIR3 LTDA	CNPJ/CPF: 25.215.798/0001-10
Situada em Unidade de Conservação – UC ou entorno de UC? (X) Não () Sim	
Nome da UC:	
Bacia Hidrográfica: <u>Bacia Hidrográfica do São Francisco e Bacia Hidrográfica Piemonte da Chapada Diamantina</u>	

2. Histórico

Inspeção: () Não (X) Sim	Relatório de Inspeção Nº:	Data: 29 /06/2022
Notificações Emitidas Nº: 2022.001.003269/NOT-001	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

Descrição:

Em 04/11/2021, o empreendimento Linha de Transmissão de 138/230 kV SE Uberlândia – SE Irecê, inscrita no CNPJ sob o nº 25.215.798/0001-10, recebeu a Licença Prévia do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, mediante a Portaria 24.506, situado em zona rural dos municípios de Irecê e João Dourado.

Em 08/04/2022, o empreendimento Linha de Transmissão de 138/230 kV SE Uberlândia – SE Irecê, inscrita no CNPJ sob o nº 25.215.798/0001-10, recebeu a Licença de Alteração do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, mediante a Portaria 25.787, para alteração do traçado da Linha de Transmissão de 138/230kV SE Uberlândia - SE Irecê, dividido em dois traçados paralelos de circuito simples, sendo 26,66 km para o traçado de 230 kV e 27,78 km para o traçado de 138 kV, totalizando 54,44 km e capacidade máxima de geração de 395,6 MW situado em zona rural dos municípios de Irecê e João Dourado.

Em 14/03/2022, foi formado o Processo nº **2022.001.003269/INEMA/LIC-03269**, referente à LI, ASV-AMF da LT SOLAR IRECE 3 SIR3 LTDA, para construção de LT de energia elétrica com tensão de 138/230 kV e extensão de, aproximadamente, 27,78 km .

No dia 29/06/2022, foi realizada inspeção técnica à área do traçado da linha em foco que contou com a participação dos técnicos do INEMA e os representantes da empresa em foco.

- Acesso ao empreendimento da LT Irecê 138 Kv.

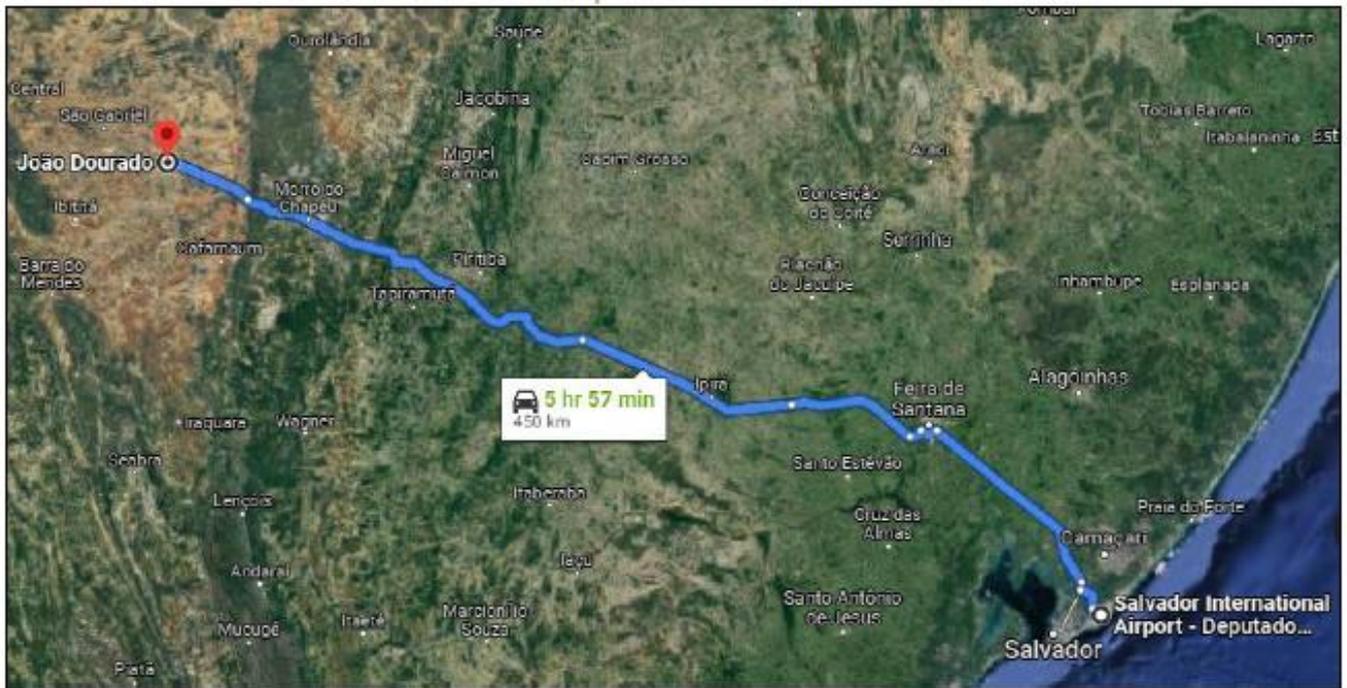


Fig. 2 - Traçado da LT

Localização da ADA da LT Irecê 138 Kv.

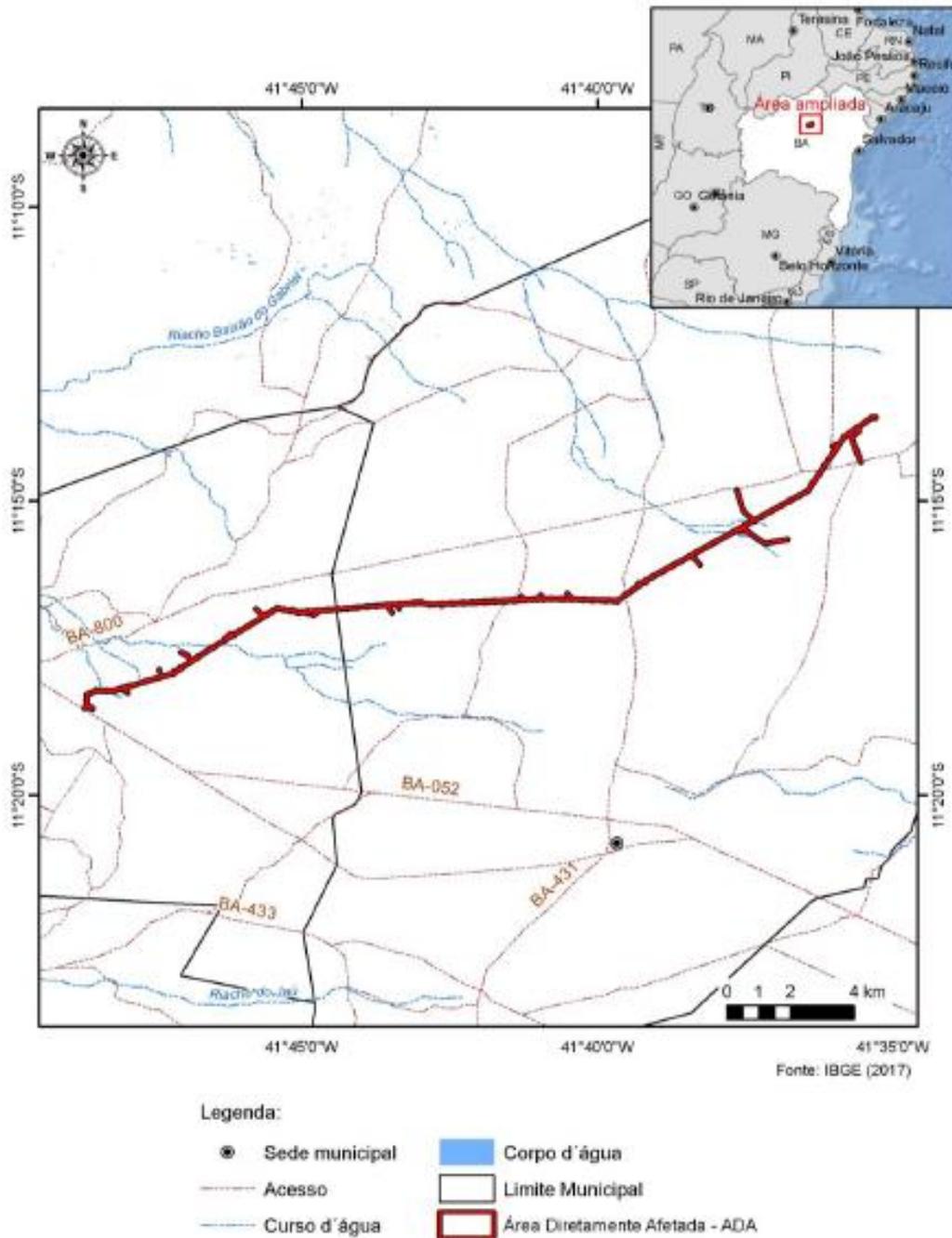


Fig. 3 – Traçado da LT

A faixa de servidão terá de 30 metros de largura, sendo 15 metros para cada lado do eixo, com a faixa de supressão com 5 metros de largura, sendo 2,5 metros para cada lado do eixo da LT, com previsão de 92 torres para o traçado de 138 kV, conforme ortofotos de trechos representativos do traçado indicadas abaixo e especificações técnicas detalhadas nos Quadros que se seguem:



Fig.4 Traçado da LT com destaque para formações de Dolina nas proximidades da faixa de servidão

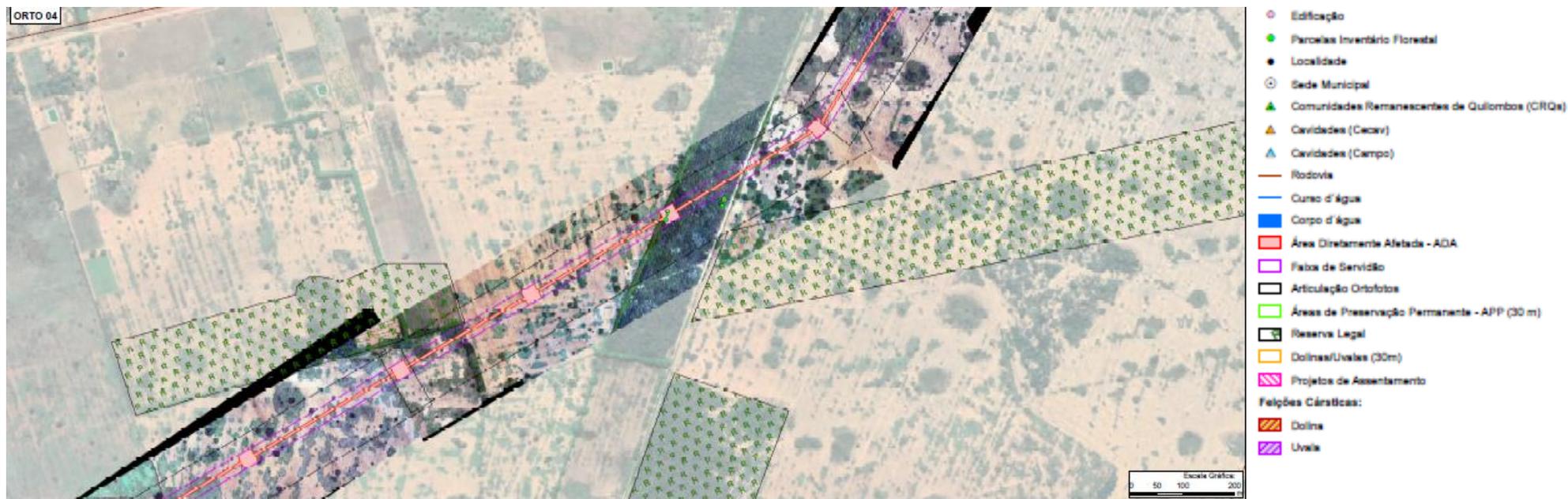


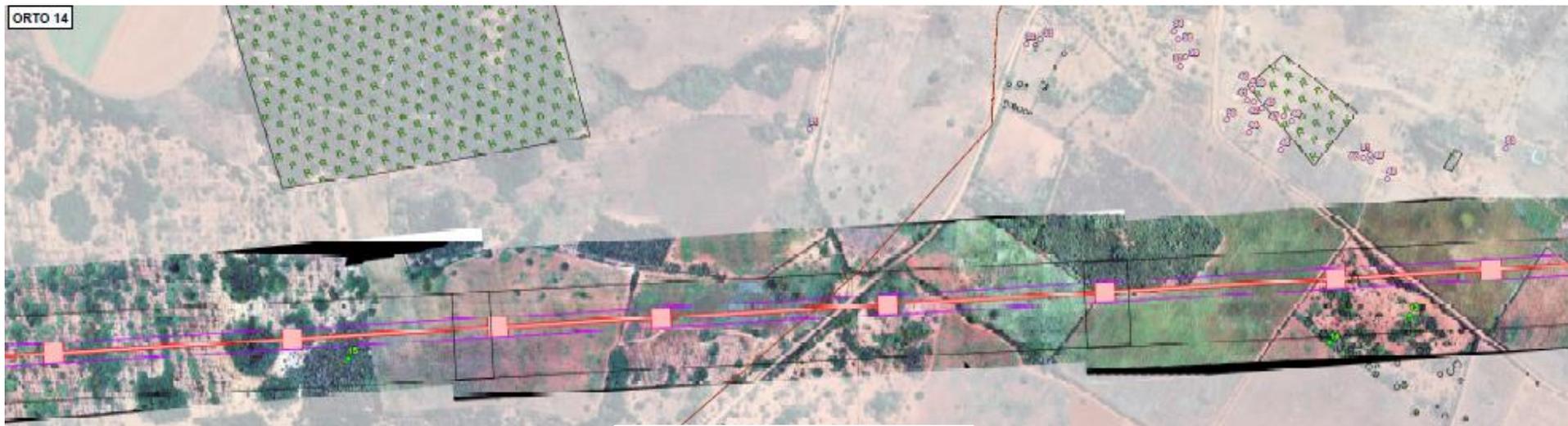
Fig.5 Traçado da LT



Fig.6 Traçado da LT - Destaque para travessia de curso d'água



Fig.7 Traçado da LT - Destaque para travessia de cabos sobre feição carstica denominada Uvala



Legenda

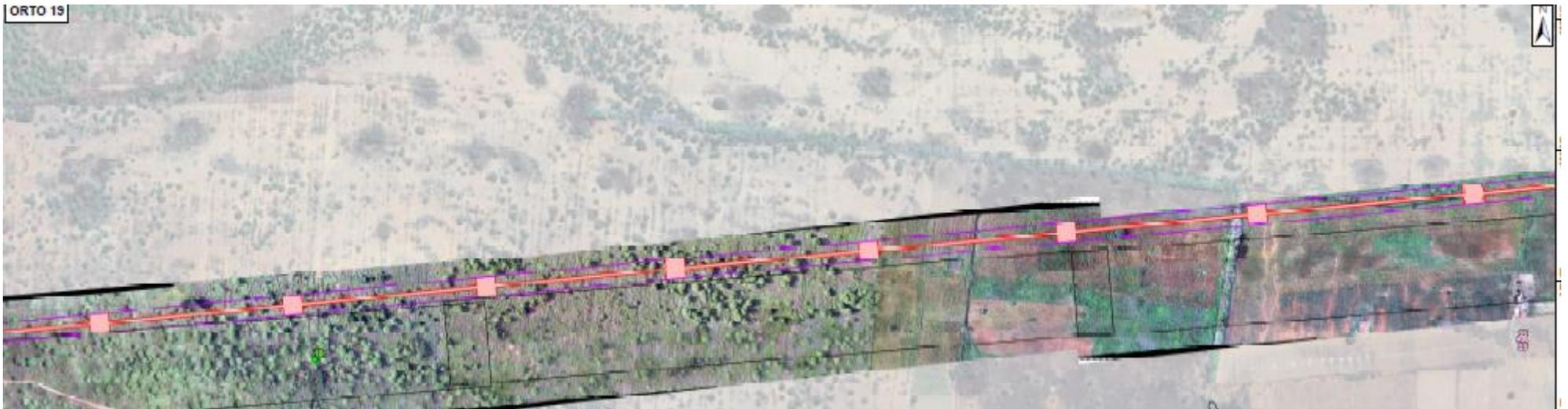
- Edificação
- Parcelas Inventário Florestal
- Localidade
- ⊙ Sede Municipal
- ▲ Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)
- ▲ Cavernas (Cecav)
- ▲ Cavernas (Campo)
- Rodovia
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Área Diretamente Afetada - ADA
- Faixa de Serviço
- Articulação Ortofotos
- Áreas de Preservação Permanente - APP (30 m)
- Reserva Legal
- Dolinas/Urvalas (30m)
- Projetos de Assentamento
- Falções Cársticas:**
- Dolina
- Urvala

Fig.8 Traçado da LT -



- Legenda**
- Edificação
 - Parcelas Inventário Florestal
 - Localidade
 - Sede Municipal
 - ▲ Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)
 - ▲ Cavidades (Ceciv)
 - ▲ Cavidades (Campo)
 - Rodovia
 - Curso d'água
 - Corpo d'água
 - Área Diretamente Afetada - ADA
 - Faixa de Serviço
 - Articulação Ortofoto
 - Áreas de Preservação Permanente - APP (30 m)
 - Reserva Legal
 - Dolinas/Urvas (30m)
 - Projeto de Assentamento
- Falções Cársticas:
- Dolina
 - Urva

Fig.9 Traçado da LT - passagem de cabos sobre dolinas



Legenda

- Edificação
- Parcelas Inventário Florestal
- Localidade
- ⊙ Sede Municipal
- ▲ Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)
- ▲ Cavernas (Cecav)
- ▲ Cavernas (Campo)
- Rodovia
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Área Diretamente Afetada - ADA
- Faixa de Serviço
- Articulação Ortofotos
- Áreas de Preservação Permanente - APP (30 m)
- Reserva Legal
- Dolinas/Uvalas (30m)
- Projetos de Assentamento
- Feições Cársticas:
- Dolina
- Uvala

Fig.10 Traçado da LT -

ORTO 27

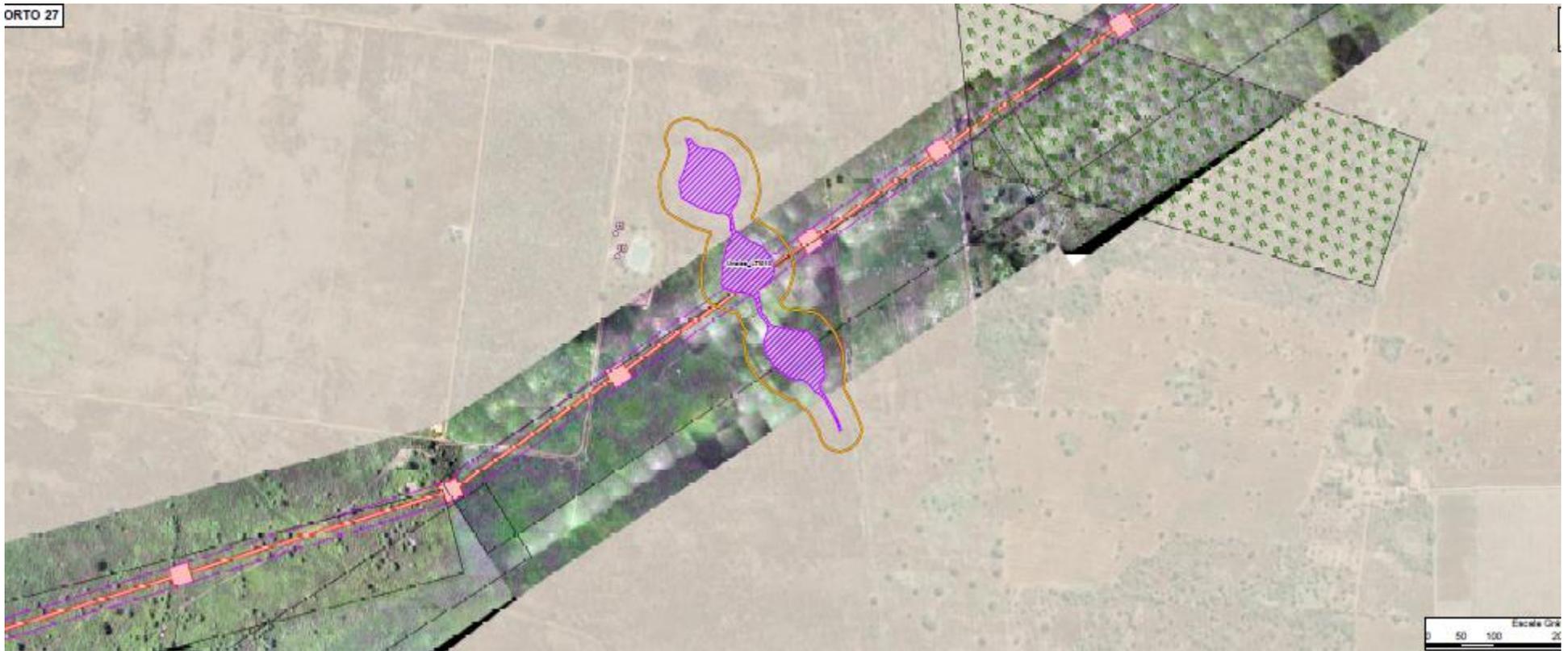


Fig. 11 - Travessia de cabos por resrva legal



Fig. 12 - Chegada da LT na subestação Irecê



Fig. 13 - Acessos a serem utilizados

LEGENDA:

- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

-  LINHA DE TRANSMISSÃO PROJETADA - 138kV (FASE 1)
-  LIMITE DA FAIXA DE SERVIDÃO (30 METROS)
-  TORRES PROJETADAS
-  FAIXA DE SUPRESSÃO - 10m
-  PRAÇA DE LANÇAMENTO (50x30m)
-  ACESSOS PROJETADOS - 4m

QUADRO COM SITUAÇÃO DE ACESSO AO LONGO DO TRAÇADO DA LT

LT 138 kV IRECÊ - UBERLÂNDIA					
TORRES / VÉRTICES	E (X)	N (Y)	TIPO DE TORRE	ACESSO	NECESSIDADE DE ABERTURA ACESSO NOVO
PORTICO SE IRECÊ	193326.657	8748394.921	PORTICO SE IRECÊ	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA À SUBESTAÇÃO	NÃO
2	193301.788	8748410.039	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA PÓRTICO	NÃO
3	193266.656	8748431.069	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 2	NÃO
V1-4	193148.940	8748501.990	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A RODOVIA BA-052	SIM
5	193157.468	8748658.795	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 4	NÃO
V2-6	193166.400	8748823.010	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 5	NÃO
V3-7	193430.531	8748960.372	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 6	NÃO
8	193774.466	8748955.509	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 7	NÃO
V4-9	193962.129	8748952.856	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 10	NÃO
10	194233.053	8749036.193	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
11	194376.461	8749080.306	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
12	194507.196	8749120.520	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
13	194972.941	8749263.784	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 14	NÃO
14	195409.748	8749398.147	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V5-15	195817.377	8749523.535	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
16	196070.041	8749698.244	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
17	196359.898	8749898.672	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
18	196554.283	8750033.083	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 17	NÃO
V6-19	196828.810	8750222.910	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 18	NÃO
20	197025.623	8750347.384	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 19	NÃO
21	197413.615	8750592.767	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
22	197674.450	8750757.731	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 21	NÃO
23	197858.571	8750874.178	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 22	NÃO
24	198099.947	8751026.835	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 23	NÃO
25	198487.602	8751272.005	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
26	198643.297	8751370.474	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
27	198861.021	8751508.172	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 26	NÃO
V7-28	199011.670	8751603.450	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 27	NÃO
29	199193.113	8751566.315	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 30	NÃO
30	199397.553	8751524.474	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V8-31	199636.160	8751475.640	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
32	199958.348	8751505.722	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
33	200271.286	8751534.941	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
34	200568.757	8751562.715	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 33	NÃO
35	200867.150	8751590.576	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 34	NÃO
36	201158.616	8751617.790	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIDÃO QUE SE CONECTA A TORRE 35	NÃO

LT 138 KV IRECÊ - UBERLÂNDIA

TORRES / VÉRTICES	E (X)	N (Y)	TIPO DE TORRE	ACESSO	NECESSIDADE DE ABERTURA ACESSO NOVO
37	201456.387	8751645.592	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 36	NÃO
38	201761.184	8751674.051	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 39	NÃO
39	202055.182	8751701.501	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 40	NÃO
40	202387.356	8751732.515	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A ACESSO EXISTENTE	SIM
41	202798.707	8751770.923	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A ACESSO EXISTENTE	SIM
42	203223.537	8751810.588	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 43	NÃO
V9-43	203407.020	8751827.720	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V10-44	203704.456	8751764.679	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
45	204079.029	8751786.287	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
46	204378.828	8751803.582	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 45	NÃO
47	204723.505	8751823.465	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 46	NÃO
48	205031.560	8751841.236	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 47	NÃO
49	205393.758	8751862.131	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 48	NÃO
50	205705.329	8751880.104	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 51	NÃO
51	205953.042	8751894.394	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 52	NÃO
52	206296.919	8751914.232	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
53	206626.417	8751933.240	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
54	206976.096	8751953.418	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
55	207210.852	8751966.954	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V11-56	207436.787	8751979.988	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 55	NÃO
57	207751.470	8751972.257	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 56	NÃO
58	208096.820	8751963.773	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
59	208428.967	8751955.614	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 58	NÃO
60	208737.435	8751948.036	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 59	NÃO
61	209121.215	8751938.608	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 60	NÃO
V12-62	209477.870	8751929.846	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 61	NÃO
63	209704.749	8752098.576	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
64	209959.386	8752287.949	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
65	210137.524	8752420.430	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V13-66	210332.853	8752565.697	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
67	210561.365	8752697.470	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
68	210874.779	8752878.202	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
69	211158.962	8753042.078	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 68	NÃO
70	211411.010	8753187.422	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 69	NÃO
71	211688.221	8753347.278	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
72	211932.514	8753488.151	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 71	NÃO

LT 138 kV IRECÊ - UBERLÂNDIA

TORRES / VÉRTICES	E (X)	N (Y)	TIPO DE TORRE	ACESSO	NECESSIDADE DE ABERTURA ACESSO NOVO
73	212210.944	8753648.710	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 72	NÃO
74	212518.989	8753826.345	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 73	NÃO
75	212806.596	8753992.196	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 74	NÃO
76	213080.342	8754150.053	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
77	213367.949	8754315.903	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
78	213653.824	8754480.754	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
79	213916.067	8754631.979	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 78	NÃO
80	214206.767	8754799.612	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 79	NÃO
81	214501.917	8754969.813	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 80	NÃO
82	214753.908	8755115.125	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 81	NÃO
83	215021.254	8755269.291	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 82	NÃO
V14-84	215307.570	8755434.397	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 85	NÃO
85	215474.336	8755689.758	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 86	SIM
86	215649.309	8755957.684	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
87	215826.469	8756228.960	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
88	215969.728	8756448.325	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
89	216113.533	8756668.526	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
90	216271.555	8756910.498	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V15-91	216415.205	8757130.461	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 91	NÃO
92	216580.230	8757249.700	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V14-93	216837.717	8757435.748	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
94	217072.794	8757605.604	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 93	NÃO
V16-95	217264.317	8757743.989	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 94	NÃO
PÓRTICO SE UBERLÂNDIA	217366.861	8757751.382	PÓRTICO SE UBERLÂNDIA	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A SUBESTAÇÃO	SIM

Foram mapeadas 68 edificações no entorno do traçado da LT, conforme mostra o Quadro abaixo:

Edificações mapeadas no entorno do empreendimento.

Edificação (ID)	Distância da Faixa de Servidão (m)
12	48,51
30	50,41
28	52,81
26	55,95
29	61,52
9	62,17
7	68,06
6	71,64
66	84,68
27	87,77
16	92,85
57	110,28
67	117,20
8	127,58
68	127,93
48	131,32
10	132,38
13	138,41
49	158,54
11	161,36
50	164,68
53	167,19
51	168,29
45	183,75
61	185,02
60	198,18
58	204,65
25	206,28

Edifício (ID)	Distância da Faixa de Serviço (m)
23	210,35
1	210,42
44	212,64
3	212,80
22	214,33
2	216,51
5	217,32
17	222,79
4	225,90
46	226,37
38	232,83
47	235,03
15	247,30
43	248,00
31	255,80
42	257,40
41	261,96
56	263,94
55	268,07
14	270,29
39	277,35
40	289,98
54	295,00
37	318,52
19	321,65
36	330,79
24	335,95
18	357,27
35	359,12
32	364,45
33	371,14
34	371,37
59	373,25
62	387,03
20	420,91
52	423,47
21	427,95
63	450,77
64	464,30
65	467,62

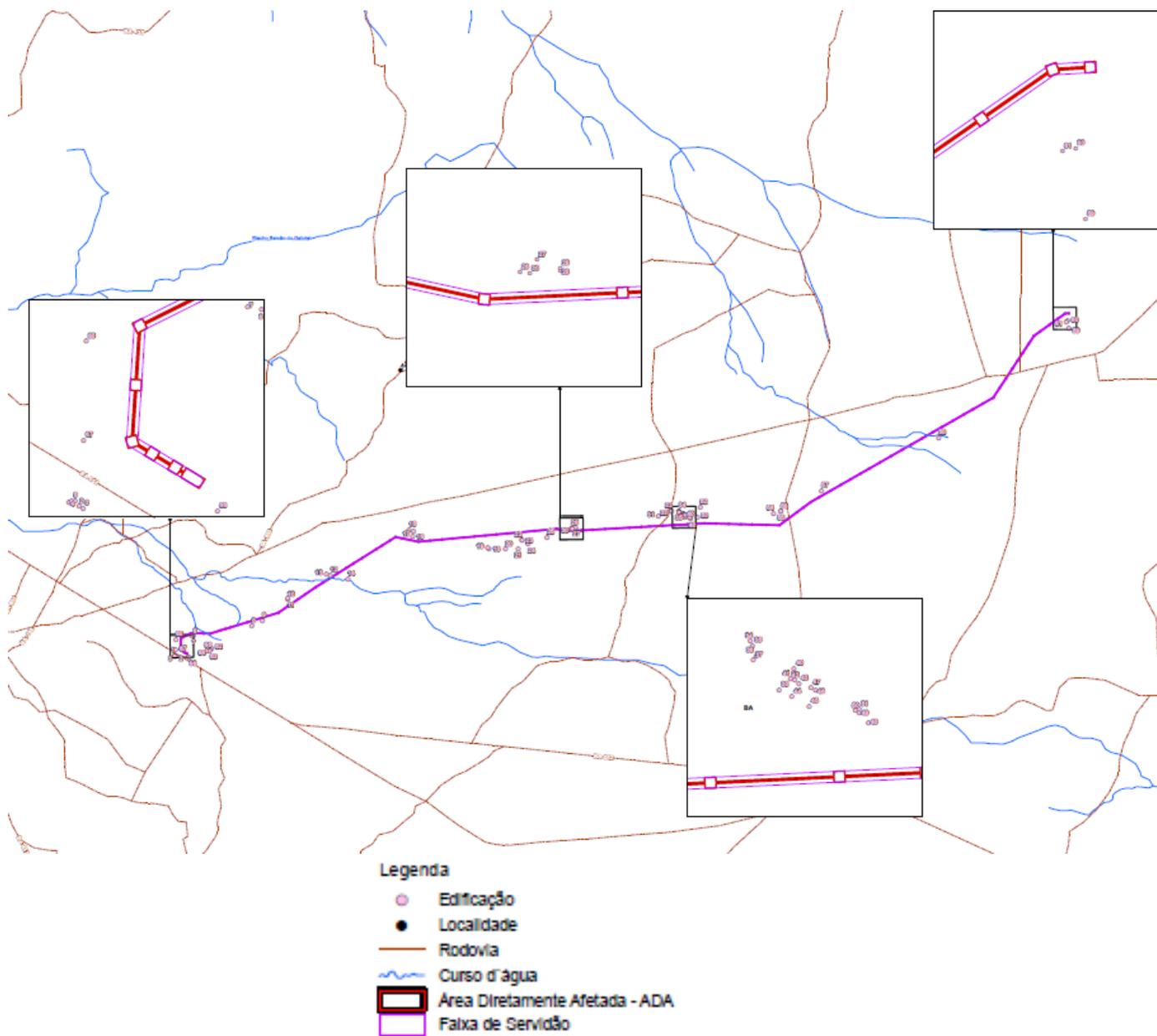


Fig. 14 - Mapa c edificações nas imediações do traçado

Das 68 edificações, somente 01 estava sofrendo intervenção pelo traçado da LT, na chega da linha na subestação (edificação nº 68). De modo a evitar o impacto direto nessa edificação, e conforme exigido pela equipe técnica do INEMA I durante a vistoria de campo, foi feita uma pequena alteração nessa parte específica do traçado, de modo a desviar da referida edificação, que agora passar a estar a 128 m de distância do traçado da LT.

Foi apresentado o Quadro atualizado de todas as propriedades e estruturas presentes na faixa de servidão, com a indicação do status de regularização de anuências de passagem, cujos respectivos documentos deverão ser anexados ao processo.

O traçado da LT irá intervir em 50 propriedades, conforme mostra o Quadro abaixo.

O Andamento da Regularização conta com o Cadastro Preliminar das 50 propriedades concluídas, Autorização de Passagem de 44 imóveis e Cadastro Documental de 40 proprietários.

Vale ressaltar que o empreendimento já possui a Declaração de Utilidade Pública - DUP emitida,

conforme documento anexado ao SEIA e em parte reproduzido abaixo.

Propriedades afetadas pelo empreendimento.

Código	Nome do Imóvel	Município	Autorização de Passagem	Data da Autorização	Cadastro Preliminar	Data Cadastro Preliminar	Cadastro Documental	Data Cadastro Documental	Cadastro Fiscal	Data Cadastro Fiscal	Tipo de Domínio	Número do Domínio	Área Total Do Imóvel (ha)
001IRC_1	Mela Hora 2	Irecê	Autorizado	09/05/22	Concluído	05/05/22	Concluído	29/05/22	Concluído	19/05/22	Posse	-	19.4
002IRC_1	Santa Maria	Irecê	Autorizado	09/05/22	Concluído	09/05/22	Em Andamento	-	Concluído	19/05/22	-	-	19.4
003IRC_1	Mela Hora 2	Irecê	Autorizado	09/05/22	Concluído	19/05/22	Concluído	29/05/22	Concluído	19/05/22	Posse	-	19.4
001IRC-A_2	Mela Hora 2	Irecê	Autorizado	10/05/22	Concluído	10/05/22	Em Andamento	-	Concluído	16/05/22	-	-	19.4
001IRC-B_2	Fazenda Renascer	Irecê	Autorizado	08/05/22	Concluído	05/05/22	Concluído	29/05/22	Concluído	04/05/22	Posse	-	19.4
002IRC_2	Fazenda Canaã	Irecê	Autorizado	19/05/22	Concluído	11/04/22	Concluído	09/05/22	Concluído	04/05/22	Matrícula	19441	469.0595
003IRC_2	Fazenda Nazaré Gleba 01	Irecê	Autorizado	14/05/22	Concluído	11/04/22	Concluído	09/05/22	Concluído	05/05/22	Matrícula	25175	48.7279
004IRC_2	Fazenda Nazaré Gleba 02	Irecê	Autorizado	03/05/22	Concluído	11/04/22	Concluído	09/05/22	Em Andamento	-	Matrícula	25175	151.9082
005IRC-A_2	Fazenda Boa Esperança	Irecê	Autorizado	14/05/22	Concluído	11/04/22	Concluído	09/05/22	Concluído	24/04/22	Matrícula	13210	-
005IRC-B_2	Sítio Gilson	Irecê	Autorizado	27/04/22	Concluído	27/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	04/05/22	Posse	-	10.8
006IRC_2	Sem Nome	-	Em Andamento	-	Concluído	11/04/22	Em Andamento	-	Concluído	24/04/22	-	-	-
007IRC_2	Sem Nome	Irecê	Autorizado	14/05/22	Concluído	17/04/22	Em Andamento	-	Concluído	24/04/22	-	-	-
008IRC_2	Fazenda Belvedere	Irecê	Autorizado	22/05/22	Concluído	11/04/22	Em Andamento	-	Concluído	24/04/22	-	-	-
009IRC_2	Recanto Feliz	Irecê	Autorizado	26/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	22/04/22	Posse	-	6.5
010IRC_2	Associação Comunitária	Irecê	Autorizado	24/05/22	Concluído	17/04/22	Concluído	09/05/22	Concluído	24/04/22	Matrícula	12356	25
011IRC-A_2	Caldelãozinho	João Dourado	Autorizado	22/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	11.4
011IRC-B_2	Sem nome	Irecê	Em Andamento	-	Concluído	06/07/22	Em andamento	-	Concluído	11/07/22	Não Informado	-	125
012DO_2	Fazenda Santiago	Irecê	Autorizado	02/05/22	Concluído	17/04/22	Concluído	04/05/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	7.39
013DO_2	Fazenda Tanque Novo	Irecê	Em Andamento	-	Concluído	22/04/22	Concluído	04/05/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	87.1

Código	Nome do Imóvel	Município	Autorização de Passagem	Data da Autorização	Cadastro Preliminar	Data Cadastro Preliminar	Cadastro Documental	Data Cadastro Documental	Cadastro Fiscal	Data Cadastro Fiscal	Tipo de Domínio	Número do Domínio	Área Total Do Imóvel (ha)
014DO_2	Sem Nome	-	Em Andamento	-	Concluído	22/04/22	Em Andamento	-	Concluído	24/04/22	-	-	-
015JDO_2	Sem Nome	Irecê	Autorizado	30/05/22	Concluído	30/05/22	Em Andamento	-	Em Andamento	-	-	-	-
016JDO_2	Sem Nome	Irecê	Autorizado	07/04/22	Concluído	07/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	07/04/22	Posse	-	-
017JDO_2	Sem Nome	Irecê	Autorizado	05/05/22	Concluído	07/04/22	Concluído	04/05/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	2.178
018JDO_2	Sem Nome	Irecê	Autorizado	05/05/22	Concluído	07/04/22	Concluído	04/05/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	1.3068
019JDO_2	Sem Nome	-	Em Andamento	-	Concluído	07/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	07/04/22	Posse	-	-
020JDO_2	Harmonia	João Dourado	Autorizado	12/04/22	Concluído	11/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	10/04/22	Posse	-	-
021JDO_2	Fazenda Macedônia	João Dourado	Autorizado	11/04/22	Concluído	11/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	07/04/22	Posse	-	4.3
022JDO_2	Fazenda Macedônia	João Dourado	Autorizado	11/04/22	Concluído	11/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	11/04/22	Posse	-	-
023JDO_2	Fazenda Macedônia	João Dourado	Autorizado	11/04/22	Concluído	11/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	07/04/22	Posse	-	-
024JDO_2	Fazenda Oliveiras	João Dourado	Autorizado	04/05/22	Concluído	07/04/22	Concluído	04/05/22	Concluído	07/04/22	Posse	-	-
025JDO_2	Fazenda Vanova	João Dourado	Autorizado	11/04/22	Concluído	11/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	11/04/22	Posse	-	-
026JDO_2	Fazenda Macedônia	João Dourado	Autorizado	09/04/22	Concluído	09/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	09/04/22	Posse	-	3.1
027JDO_2	Fazenda Macedônia	João Dourado	Autorizado	13/04/22	Concluído	09/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	09/04/22	Posse	-	6.1
028JDO_2	Fazenda Três Irmãos	João Dourado	Autorizado	09/04/22	Concluído	09/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	09/04/22	Posse	-	-
029JDO_2	Sem Nome	João Dourado	Autorizado	15/05/22	Concluído	09/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	09/04/22	Posse	-	-
030JDO_2	Sem Nome	João Dourado	Autorizado	12/05/22	Concluído	09/04/22	Em Andamento	-	Concluído	09/04/22	-	-	96
031JDO_2	Bom Futuro	João Dourado	Autorizado	09/04/22	Concluído	09/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	09/04/22	Posse	-	-
032JDO_2	Fazenda Bom Futuro	João Dourado	Autorizado	10/04/22	Concluído	10/04/22	Concluído	24/04/22	Concluído	10/04/22	Matrícula	390	57.6
033JDO_2	Bom Futuro	João Dourado	Autorizado	09/04/22	Concluído	09/04/22	Concluído	23/05/22	Concluído	10/04/22	Posse	-	-

Código	Nome do Imóvel	Município	Autorização de Passagem	Data da Autorização	Cadastro Preliminar	Data Cadastro Preliminar	Cadastro Documental	Data Cadastro Documental	Cadastro Físico	Data Cadastro Físico	Tipo de Domínio	Número do Domínio	Área Total Do Imóvel (ha)
034JDO_A_2	Sem Nome	João Dourado	Autorizado	12/05/22	Concluído	17/04/22	Em Andamento	-	Concluído	10/04/22	-	-	-
034JDO-B_2	Fazenda Varginha	João Dourado	Autorizado	15/0/2022	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	10/04/22	Posse	-	-
035JDO_2	Sem Nome	João Dourado	Autorizado	17/05/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	17/04/22	Posse	-	-
036JDO_2	Fazenda Estrela Do Norte	Irecê	Autorizado	13/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	14/06/2022	Concluído	24/04/22	Matrícula	131	-
037JDO_2	Fazenda Alvorada	João Dourado	Autorizado	28/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	14/06/2022	Concluído	24/04/22	Matrícula	134	347
038JDO_2	Agua De São José	João Dourado	Autorizado	13/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	-
039JDO_2	Fazenda Santa Marta	João Dourado	Autorizado	12/05/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	24/04/22	Posse	-	120
040JDO_2	Fazenda Jatobá	João Dourado	Autorizado	03/05/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	13/04/22	Posse	-	195
041JDO_2	Fazenda Boa Vista	João Dourado	Autorizado	27/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	09/06/22	Concluído	13/04/22	Matrícula	7874	25
042JDO_2	Fazenda Boa Terra	João Dourado	Autorizado	13/04/22	Concluído	17/04/22	Concluído	23/06/22	Concluído	13/04/22	Posse	-	25
043JDO_2	Fazenda Uberlândia, Paramirim E Casa Nova	Irecê	Em Andamento	-	Concluído	11/04/22	Concluído	09/06/22	Concluído	13/04/22	Matrícula	987	1039.9221

Relação das propriedades interceptadas pela ADA do empreendimento

ID	Código	Propriedade	Proprietário	Município	Matrícula	Área (ha)	Área Utilizada (ha)
1	004IRC_2	FAZENDA NAZARÉ GLEBA 02	ERNANI DOURADO LOPES	IRECÊ	25175	81,91	0,24
2	018JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	JACKSON GAMA PRADO	JOÃO DOURADO		97,09	2,29
3	008IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ANTONIO NUNES DOURADO NETO	IRECÊ		507,87	2,07
4	011IRC_2	CALDEIRÃOZINHO	ANA SOUSA OLIVEIRA DAVID	JOÃO DOURADO		11,87	0,31
5	012JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	CLEOMAR PEREIRA	JOÃO DOURADO		7,03	0,16
6	013JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	REINAM ALVES	JOÃO DOURADO		3,17	0,07
7	014JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	CÊCÊ CARDOSO	JOÃO DOURADO		5,80	0,31
8	016JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ELIEL MOTA DA SILVA	IRECÊ		13,07	0,55
9	020JDO_2	HARMONIA	EDIVANIA SOARES DE SENA DOURADO	JOÃO DOURADO		15,12	0,74
10	021JDO_2	MACEDÔNIA	ESPÓLIO DE JOÃO JOSÉ DA SILVA	JOÃO DOURADO		1,21	0,08
11	022JDO_2	MACEDÔNIA	KATIA DE OLIVEIRA ALEXANDRE	JOÃO DOURADO		73,09	0,21
12	023JDO_2	MACEDÔNIA	ESPÓLIO DE JOÃO JOSÉ DA SILVA	JOÃO DOURADO		3,35	0,22
13	024JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	MARCIO OLIVEIRA	JOÃO DOURADO		37,43	0,57
14	025JDO_2	FAZENDA VANOVA	VANGIVALDO DA SILVA DOS SANTO	JOÃO DOURADO		6,38	0,37
15	026JDO_2	FAZENDA MACEDÔNIA	AURELINA SIMAS DA SILVA	JOÃO DOURADO		3,17	0,07
16	027JDO_2	FAZENDA MACEDÔNIA	JOAS OLIVEIRA VASCONCELOS	JOÃO DOURADO		9,80	0,07
17	028JDO_2	FAZENDA TRÊS IRMÃOS	LAURIVAN ALVES	JOÃO DOURADO		130,53	1,61
18	029JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	PAULO CARNEIRO	JOÃO DOURADO		197,17	1,12

ID	Código	Propriedade	Proprietário	Município	Matrícula	Área (ha)	Área Utilizada (ha)
19	030JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	FABIO DOURADO	JOÃO DOURADO		97,61	0,74
20	031JDO_2	BOM FUTURO	ONELIA CARDOSO DOURADO LINS	JOÃO DOURADO		74,87	0,85
21	032JDO_2	BOM FUTURO	NILSON DOURADO	JOÃO DOURADO		55,79	0,25
22	033JDO_2	BOM FUTURO	MILTON CARDOSO DOURADO	JOÃO DOURADO		47,87	0,99
23	034JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	FABIO DOURADO	JOÃO DOURADO		209,78	2,38
24	035JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ESPÓLIO DE WILSON	JOÃO DOURADO		46,88	1,46
25	036JDO_2	FAZENDA ESTRELA DO NORTE	EDGAR GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO	IRECÉ		45,48	0,49
26	037JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	DORIVAL	JOÃO DOURADO		17,60	0,26
27	038JDO_2	ÁGUAS DE SÃO JOSÉ	MILTON JOSE PINTO FILHO	JOÃO DOURADO		461,44	1,06
28	039JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	JAIME	JOÃO DOURADO		83,83	0,73
29	040JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ERNANDES	JOÃO DOURADO		288,67	1,57
30	041JDO_2	FAZENDA BOA VISTA	JOSÉ CANDIDO DA SILVA	JOÃO DOURADO	1448	26,24	0,22
31	042JDO_2	FAZENDA BOA TERRA	ANTONIA BARROS DOS SANTOS	JOÃO DOURADO		25,34	0,40
32	043JDO_2	FAZENDA UBERLANDIA, PARAMIRIM E CASA NOVA	ESPOLIO DE CLÓVIS DE CASTRO DOURADO	IRECÉ	1427, 1428, 348	1030,33	0,12
33	002IRC_2	FAZENDA CANAÃ	ABPN ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROJETO NORDESTE	IRECÉ	13209	468,27	2,91
34	001IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	EDSON	IRECÉ		49,52	0,30
35	003IRC_1	EM IDENTIFICAÇÃO	EM IDENTIFICAÇÃO (POLÍGONO INEFINIDO)	IRECÉ		23,93	0,80
36	001IRC_1	EM IDENTIFICAÇÃO	EM IDENTIFICAÇÃO (POLÍGONO INEFINIDO)	IRECÉ		7,67	0,21
37	002IRC_1	EM IDENTIFICAÇÃO	EM IDENTIFICAÇÃO (POLÍGONO INEFINIDO)	IRECÉ		10,62	0,77
38	003IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	EM IDENTIFICAÇÃO	IRECÉ		47,51	0,30
39	005IRC-A	FAZENDA BOA ESPERANÇA	AIRTON COSTA	IRECÉ	13210	214,42	1,31
40	006IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	CÊCÊ CARDOSO	JOÃO DOURADO		111,22	1,67
41	007IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	AIRTON COSTA	JOÃO DOURADO		81,87	0,41
42	009IRC_2	RECANTO FELIZ	FLAVIO PEREIRA DE NOVAES	IRECÉ		4,71	0,09

ID	Código	Propriedade	Proprietário	Município	Matrícula	Área (ha)	Área Utilizada (ha)
43	010IRC_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	JOÃO DOURADO		20,52	0,45
44	015JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	EM IDENTIFICAÇÃO	JOÃO DOURADO		3,47	0,08
45	017JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	HELENA	IRECÉ		1,24	0,06
46	018JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ALAN	JOÃO DOURADO		0,96	0,03
47	034JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	FABIO DOURADO	JOÃO DOURADO		493,01	0,11
48	-	EM IDENTIFICAÇÃO	ÁREA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL	Irecê		3,00	-
49	043JDO_2	EM IDENTIFICAÇÃO	ESPOLIO DE CLÓVIS DE CASTRO DOURADO	João Dourado		1319,77	0,09
50	011IRC-B_2	EM IDENTIFICAÇÃO	JOSÉ LACERDA CARDOSO	-		-	-

Dessas, apenas 02 possuem área de Reserva Legal sendo intervida pelo traçado da LT, conforme mostra o Mapa de Propriedades Afetadas . Ressalta-se que essa Reserva Legal em questão não sofrerá impacto direto e/ou irreversível, uma vez que não haverá locação de torres nessa área, somente o lançamento de cabos.

Ainda assim, o empreendedor informa que todas as Reservas Legais intervidas já estão sendo alvo de realocação, conforme determina a legislação ambiental pertinente, de modo a não haver mais intervenção nessas áreas, e o órgão ambiental será prontamente comunicado assim que as retificações forem concluídas.

Em 11 de abril de 2022

Processo: 48500.003640/2022-81

Assunto: Declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Solar Irecê Ltda. e da Solar Irecê 3 SIR3 Ltda., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV SE Elevadora UFV Solar Irecê - SE Irecê, localizada no estado da Bahia.

I - DO OBJETIVO

1. Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Solar Irecê Ltda. e da Solar Irecê 3 SIR3 Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão SE Elevadora UFV Solar Irecê - SE Irecê, circuito simples, 138 kV, com aproximadamente 27,8 km de extensão, que interligará a Subestação Elevadora UFV Solar Irecê à Subestação Irecê, localizada nos municípios de Irecê e João Dourado, estado da Bahia.

- Especificações técnicas da Linha de Transmissão

Denominação	Linha de Transmissão 138 kV SE Uberlândia – SE Irecê
Origem	SE Uberlândia – Município de João Dourado/BA
Destino	SE Irecê – Município de Irecê/BA
Extensão	27,78 km
Faixa de Servidão	30 m (15 m para cada lado a partir do eixo central)
Tensão	138 kV
Nº de Fases	3
Quantidade de cabos por fase	1
Quantidade de cabos para-raios	2
Cabo condutor	1 x CAL Liga 1120 650 MCM (138 kV)
Cabos para-raios	OPGW 12,4 mm (138 kV) e Aço EHS 3/8 (138 kV)
Temperatura de projeto	60°C
Isoladores	Vidro (138 kV)
NBI	650 kV (138 kV)
Nº de Torres	92 torres para o traçado de 138 kV
Tipo de Estrutura	Metálica
Tipo de Fundação	Tubulão e Sapata

- Tipos de torres da Linha de Transmissão.

Tipo de Torre	Nº de Torres
Autoportante	48
Trusspole	47
Total	95

Condutores

- Condutor 1 x CAL Liga 1120 650 MCM (19 fios);
- Seção Transversal: 329,6 mm²;
- Diâmetro do Cabo: 23,5 mm;
- Carga de ruptura: 7343,88 kgf;
- Peso Próprio: 0,906 kgf/m;
- Resistência a 50°C CA (60 HZ): 0,102 Ohms/km;

Sistema de Amortecimento

É necessário que, para a definição da quantidade de amortecedores a ser aplicada na LT, seja feito um estudo, pelo fornecedor do material, da aplicação de seus amortecedores, considerando que, durante toda a vida útil prevista para a LT (50 anos), os cabos condutores e para-raios não apresentem problemas de resistência mecânica devido à fadiga do material. Será exigida garantia de seu funcionamento, conforme consta na Especificação Técnica.

Fundações

Nas torres metálicas serão utilizadas fundações do tipo sapata e tubulão.

Caso encontre-se rocha a uma profundidade em que não compense o uso de explosivos durante a escavação, as fundações definidas poderão ser alteradas pelo projetista para fundação engastada ou chumbada em rocha, desde que sejam informadas as cotas do nível e a qualidade da rocha no local. Caso seja encontrada rocha sã, será empregada fundação chumbada, caso seja encontrada rocha fendilhada será empregada fundação engastada.

As fundações (típicas) preliminares tipos sapata e tubulão podem ser conferidas no memorial descritivo da linha de transmissão que está anexo ao Estudo de Médio Impacto – EMI apresentado pelo empreendimento.

Aterramento

Os aterramentos dos suportes serão feitos a partir de sistemas modulares, aplicáveis de acordo com a resistividade do solo encontrada, de acordo com a Especificação Técnica para Execução de Aterramentos, devendo ser atingida uma resistência de pé de torre no valor de 15Ω ou inferior. O seccionamento e aterramento de cercas deverão ser executados de acordo com a especificação de projeto de LT.

Sinalização LT

Os materiais de sinalização e sua instalação deverão atender primeiramente aos requisitos das seguintes normas:

- NBR 6535 - Sinalização de Advertência em Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica - Procedimento;
- NBR 7276:2005 - Sinalização de Advertência em Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica – Procedimento;
- NBR 8664 - Sinalização para Identificação de Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica - Procedimento.

Sinalizadores Avifauna

Os sinalizadores de avifauna deverão ser instalados nos cabos para-raios da LT. Os locais de instalação dos sinalizadores serão indicados pelo responsável da parte ambiental da LT.

4. Caracterização Ambiental

4.1. Meio físico

- Clima

A região que será implantada a LT situa-se em 41ºW de latitude, e está submetida a um clima Semiárido quente tipo BSh, segundo a classificação de Köppen (1936; 1948).

Este clima, típico da região nordeste, é caracterizado por escassez de chuvas e grande irregularidade em sua distribuição; baixa nebulosidade; forte insolação; índices elevados de evaporação; temperaturas médias elevadas superiores a 18º C, e ausência de excedente hídrico. A umidade relativa do ar é normalmente baixa, e as poucas chuvas (250 mm a 750 mm por ano), que ocorrem num espaço curto de tempo, causando enchentes torrenciais. O período chuvoso

(novembro a abril) possui uma distribuição irregular, por vezes não ocorrer durante alguns anos, provocando secas. A vegetação característica desse tipo de clima é a xerófila, típica do bioma Caatinga (EMBRAPA, 1986 e 1988).

Segundo estudo apresentado pela empresa, os ventos na região que será implementada a LT, os ventos possuem direção para norte predominante, constante e para todos os meses da série histórica (2000 – 2020) levantada. Os dados mostraram que a maior probabilidade de ocorrência de ventos fortes registrados na estação IRECÊ 83182 está concentrada nos meses junho a outubro. Em relação à intensidade, esta foi considerada fraca com valor médio anual de 3,75 m/s, bem como intensidades que variam de acordo com as estações do ano atingindo até 4,5 m/s.

-Precipitação Pluviométrica

Em relação à precipitação pluviométrica na área estudada, foi avaliada na estação meteorológica a precipitação média mensal por um período de 20 anos, mostrando que o período chuvoso ocorre entre os meses de novembro a abril, sendo o mês de dezembro de maior precipitação. Nos meses de maio a outubro, foi observado um período de seca ou com chuvas muito fracas, onde o mês de julho apresenta o valor mais baixo de precipitação. A precipitação média no período 2000 a 2020 é de 44,14 mm.

4.1.2. Geologia

4.1.2.1. Geologia Regional

A linha de transmissão INTT LT UBER IRECÊ 3 está situada geotectonicamente no Domínio Central do Cráton São Francisco, na Bacia Sedimentar de Irecê, região central da Bahia. De acordo com Almeida (1977) o Cráton São Francisco (CSF) é definido como uma porção da plataforma SulAmericana, segmento litosférico consolidado no arqueano e moldada pela orogênese Brasileira (650-450 Ma). Os limites do CSF foram definidos através de estudos geológicos e geofísicos e traçados por faixas marginais dobradas, sendo estas Sergipana, Rio Preto, Riacho do Pontal, Araçuaí e Brasília (Ussami, 1993).

O CSF possui um embasamento constituído por rochas de composição TTG, granitoides, greenstone belts nas fáceis xisto verde, todos de idade arqueana, plutons paleoproterozoicos e sequências supracrustais (Barbosa & Sabaté, 2004; Barbosa, 1996). Essas rochas compõem as quatro compartimentações geotectônicas do cráton, que são o bloco Gavião, bloco Serrinha, bloco Jequié e cinturão Itabuna-Salvador-Curaçá, conhecidas também como Associação Pré-Espinhaço (CPRM, 1998; Almeida, 1977; Barbosa et al., 2003). As rochas de idade meso e neoproterozoicas são associadas ao surgimento do Aulacógeno de Paramirim, rifte abortado nucleado que originou espaço para deposição das coberturas plataformais representadas pelos Supergrupos Espinhaço e São Francisco (Cruz & Alkimim, 2006; Cruz & Alkimim, 2017).

O Supergrupo Espinhaço é composto por rochas meta vulcanos sedimentares que contornam parte da Bacia Irecê, sustentando a cadeia montanhosa do Espinhaço Setentrional e da Chapada Diamantina (Hasui, 2012), compreende desde o paleoproterozoico ao mesoproterozoico. Definido por Pedreira (1994) o Supergrupo é composto por unidades, que são divididas da base para o topo em: Grupo Rio dos Remédios, Grupo Paraguaçu e Grupo Chapada Diamantina. Já o Supergrupo São Francisco é composto por coberturas plataformais que representam o preenchimento da Bacia. Este é dividido nos Grupos Bambuí e Una (Inda & Barbosa, 1978 apud.

Souza, 1993), dados do proterozoico Superior (Srivastava, 1982; Macedo & Bonhomme, 1984).

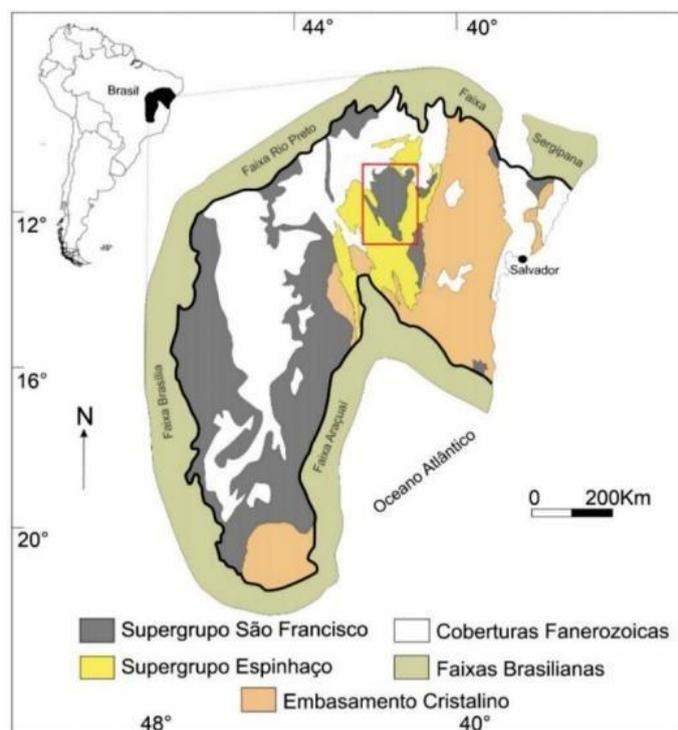


Figura15 : Mapa geológico simplificado do Cráton São Francisco e Faixas Brasileiras adjacentes. Em vermelho destaca-se a área do empreendimento, alvo de estudo deste relatório. Adaptado de Alkmim et al. (1993) e Alkmim & Martins-Neto(2012).

4.1.2.2. Geologia da Área de Influência Indireta - AII

A Bacia de Irecê abrange as rochas pertencentes ao Supergrupo Espinhaço e São Francisco, mais precisamente na Bacia de Irecê, que é representado na região pelo Grupo Chapada Diamantina, Grupo Una e Cobertura laterítica de idade Tercio- Quaternária. A AII do empreendimento engloba mais especificamente as rochas do Grupo Una.

O Grupo Chapada Diamantina é composto pela Formação Tombador, Formação Caboclo e Formação Morro do Chapéu. A Formação Tombador é composta por arenitos, conglomerados e pelitos. A Formação Caboclo é constituída por pelitos laminados e arenitos finos a médios, calcarenitos silicificados e algumas ocorrências de estromatólitos colunares. A Formação Morro do Chapéu possui ortoquartzitos com estratificação plano-paralela e cruzada, intercalados com argilitos, brechas, conglomerados com estratificação cruzada acanalada, arenitos conglomeráticos, arenitos com estratificação plano-paralela e pelitos (Silva, 2019). Sobre o Supergrupo são depositados os sedimentos carbonáticos e terrígenos correspondentes ao Grupo Una (Pedreira, 1994).

O Grupo Una do Supergrupo São Francisco é composto pelas formações Bebedouro e Salitre. A Formação Bebedouro apresenta rochas de natureza terrígena, depositadas sob influência glacial (Guimarães, 1996; Figueiredo, 2008). Os principais litotipos são diamictito, pelito e arenito, sempre com pronunciada imaturidade textural e composicional. A Formação Salitre, unidade predominante na Bacia de Irecê, é constituída por uma espessa sucessão carbonática (maiores que 1000

metros) que registram uma extensa plataforma dominada pela ação de ondas e marés (Souza et al., 1993; Guimarães, 1996). Esta formação corresponde a uma sucessão de calcilutitos, calcarenitos, calcirruditos e, subordinadamente, estromatólitos fosfáticos e sedimentos siliciclásticos, arranjados em um ciclo regressivo-transgressivo (Fragoso et al. 2008). A sucessão encontra-se estratificada, altamente deformada e com raras intercalações terrígenas. E é subdividida por Bomfim et al. (1985) e Pedreira et al. (1987) nas unidades Irecê, Jussara, Gabriel e Nova América da Formação Salitre, aflorantes na área de estudo.

As coberturas ocorrem recobrimdo os grupos Chapada Diamantina e Una, e podem ser separados em dois conjuntos de sedimentos. O primeiro é representado por caliches ou calcretes (multifásicos) de idade quaternária, da Formação Caatinga, característicos de processos de dissolução química e reprecipitação in situ (Branner, 1911; Borges, 2016). O segundo conjunto é caracterizado por sedimentos Tércio-quaternários detríticos e inconsolidados provenientes de depósitos fluviais, flúvio-lacustres e eólicos (Inda & Barbosa, 1978).

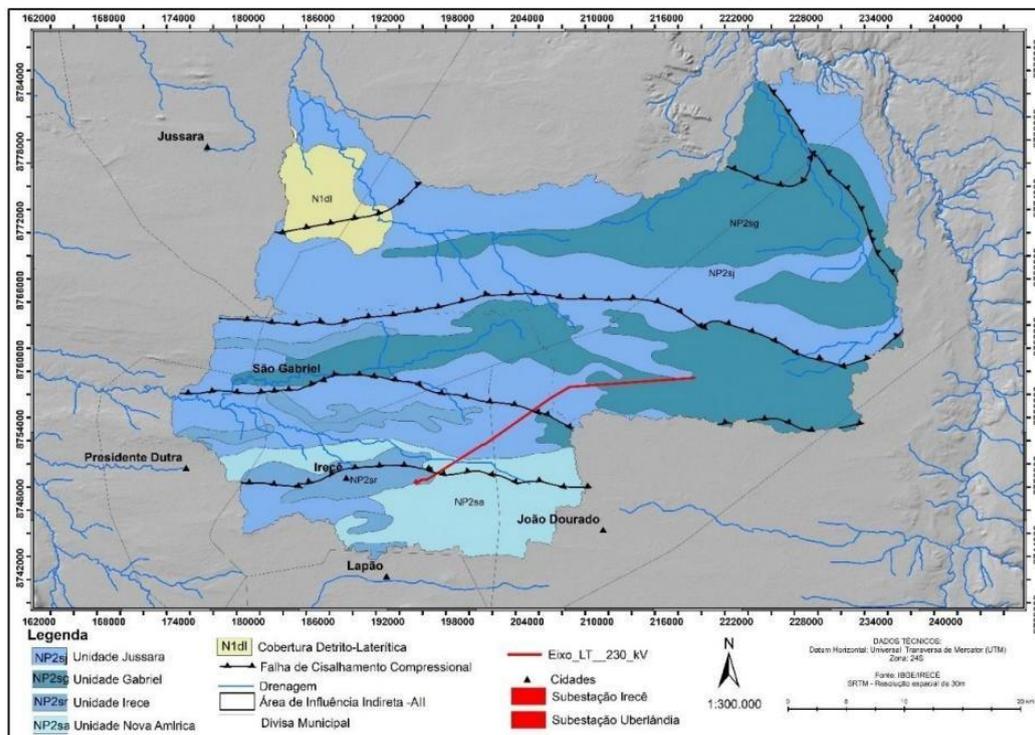


Figura 16: Mapa Geológico da região de Irecê da Área de Influência Indireta do empreendimento.

4.1.2.3. Geologia Local da Área de Influência Direta e Área Diretamente Afetada- AID e ADA

De acordo com as unidades litoestratigráficas presentes nesta folha, foi constatado que o empreendimento intercepta 4 unidades (Irecê, Jussara, Gabriel e Nova América) pertencentes ao Grupo Una, Formação Salitre, que são descritas abaixo da mais jovem para a mais antiga. As unidades litoestratigráficas descritas através da bibliografia foram complementadas com informações obtidas em afloramentos identificados in loco. A cobertura detrítico-laterítica identificada em campo não se encontra descrita no mapa geológico da Bahia para esta região, sendo assim, esta foi adicionada a geologia da AID e ADA no relatório.

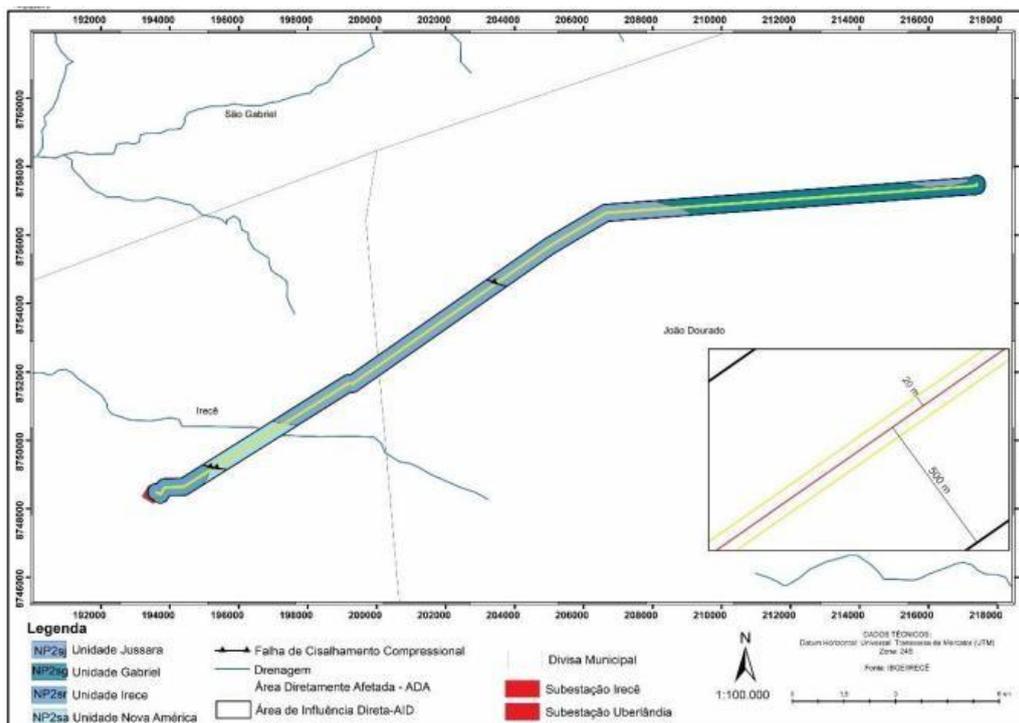


Figura 17: Mapa geológico da AID e ADA do empreendimento.

- Coberturas Detrito-Lateríticas

É constituído por sedimentos detríticos e lateríticos do cenozoico, e recobre toda a AID e ADA estudada, assim também, como as demais litologias da área. É caracterizada por sedimentos argilo-arenosos e argilo-siltosos total ou parcialmente lateritizados, com óxidos e hidróxidos de ferro (limonita e magnetita) e fragmentos líticos das unidades aflorantes na área.

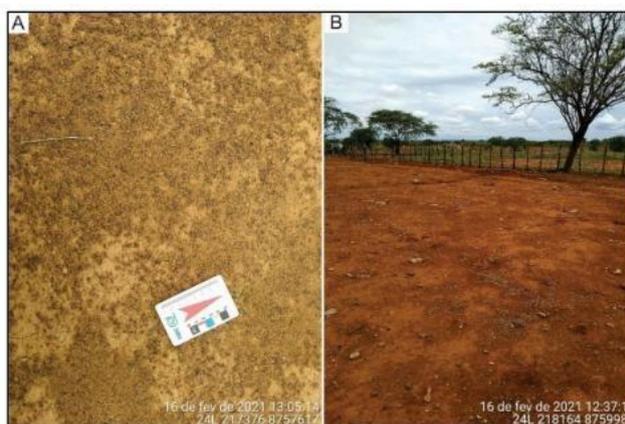


Figura 18: Cobertura detrito-laterítica da área de empreendimento

- Unidade Irecê

Essa formação ocorre apenas na região sudoeste da AID, inclusive onde está instalada a Subestação Irecê, possui poucas áreas de afloramento, devido à intensa ação antrópica. É constituída predominantemente por calcarenitos finos e calcilutitos laminados de coloração cinza a preta, intercalados com margas, siltitos, arenitos imaturos e sílex, em avançado processo pedogenético. Essas rochas estão intensamente fraturadas com veios preenchidos por quartzo e

calcita. Os calcilitos pretos possuem laminação plana-paralela, por vezes machados com material avermelhado e passam gradativamente a calcarenitos de granulação fina a muito fina, com mesma coloração.

De acordo com Bomfim et al. (1985) essa associação litológica é indicativa de um ambiente deposicional de água profunda, subdividido em duas zonas: 1) Zona distal com sedimentos de maior maturidade e 2) Zona Proximal com sedimentos de origem terrígena imaturos. Essa formação encontra-se verticalizada, devido ao evento compressivo E-W, que formou falhas de cisalhamento compressional na área.

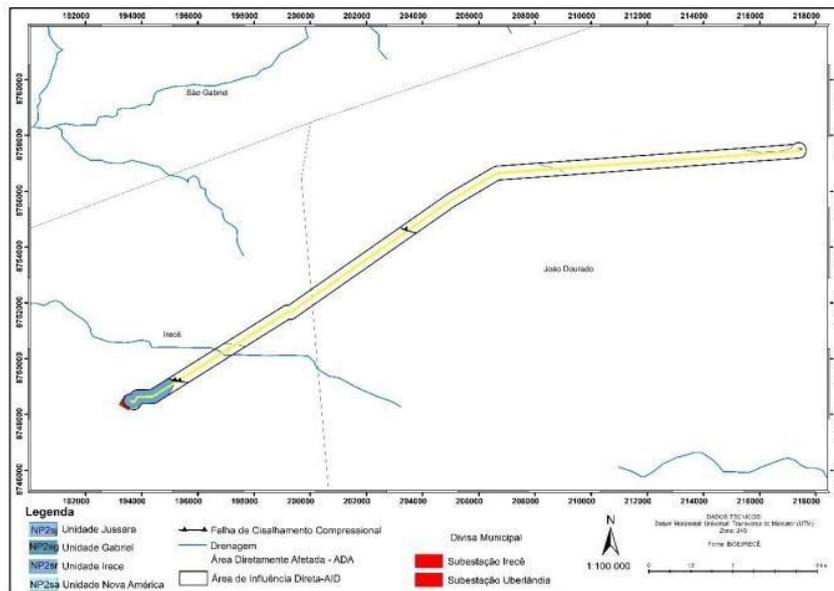


Figura 19: Mapa geológico da AID e ADA do empreendimento destacando a sudoeste a ocorrência da Formação Irecê.

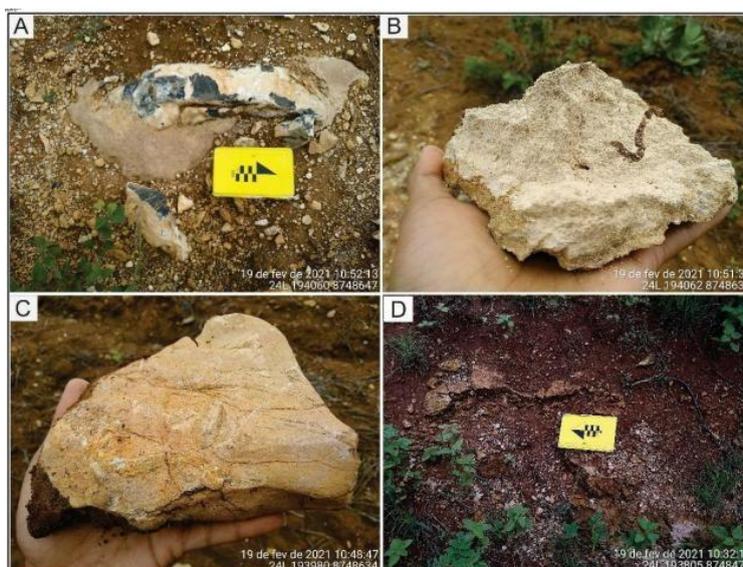


Figura 20: Litotipos da Unidade Irecê. A) Calcilito cinza à preto intercalado com calcarenito fino creme à róseo. B e C) Calcarenito e calcilito creme a róseo intemperizado. D) Processo pedogenético dos calcarenitos.

- Unidade Jussara

É a unidade que ocorre de forma mais expressiva na área de levantamento e está presente na porção central da AID e ADA. Apresenta poucos afloramentos, devido a ação antrópica de extensos plantios de milho e mamona. Em algumas exposições observadas, constatou-se que a unidade é constituída por calcissiltitos, calcilitos, calcarenitos finos a grossos, oolíticos e oncolíticos, e por calcarenitos com concreções esferoidais, além de calcarenitos quartzosos e arenitos arcósianos. Possuem, por vezes, laminação plano-paralelas subverticalizadas (50° a 65° para SW), alinhadas com as falhas de cisalhamento compressional de direção NW-SE que cortam a área. Segundo Souza et al. (1993) a unidade é interpretada como depósitos de inter a inframaré.

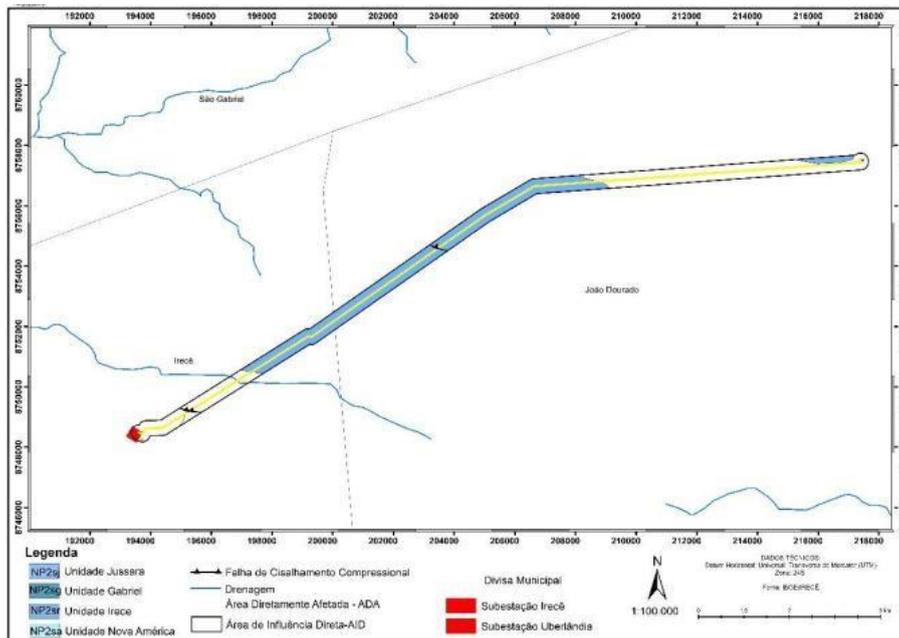


Figura 21: Mapa geológico da AID e ADA do empreendimento destacando a sudoeste a ocorrência da Formação Jussara.



Figura 22: Calcarenitos oncolíticos e concreção calcária da Unidade Jussara.



Figura 23: Calcarenito da Unidade Jussara com estratificação verticalizada.

- Unidade Gabriel

Situado na porção central e nordeste da AID, a unidade é composta principalmente por calcarenitos de coloração cinza a creme, em menor proporção, calcilutitos, arenitos, arcóseos e pelitos. Comumente essas rochas apresentam-se em planos- paralelos verticalizados e brechadas, com diversos veios preenchidos por quartzo e calcita.

A unidade pode exibir estruturas como laminação cruzada, Bird' s eyes, ondulações com intraclastos e lenticularidade. Foi interpretada como depósito intermaré a submaré sujeito a tempestades (Bonfim & Pedreira, 1990).

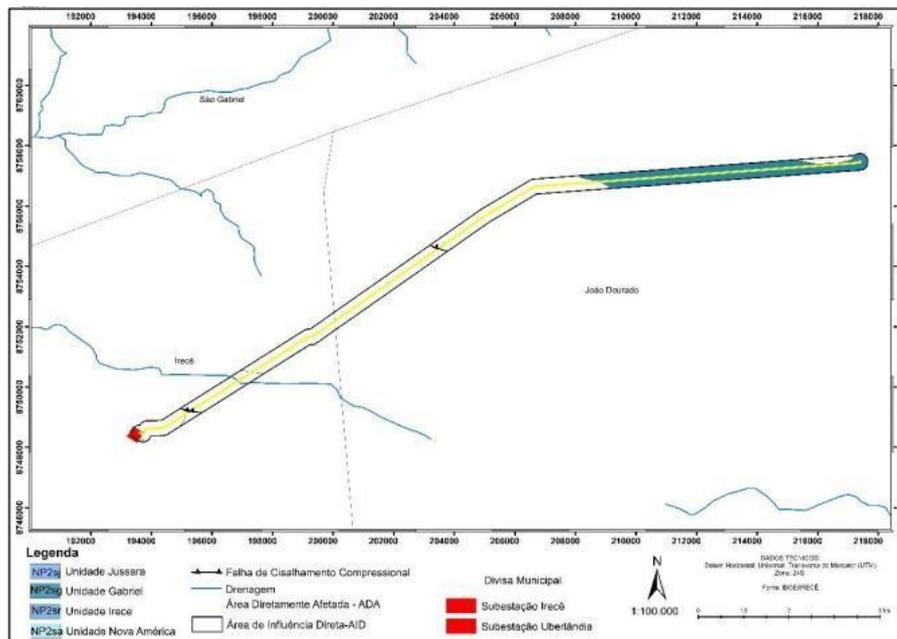


Figura 24: Mapa geológico da AID e ADA do empreendimento destacando a sudoeste a ocorrência da Formação Gabriel.



Figura 25: Calcarenito com laminação ondulada e intensamente fraturado (A) e amostra de mão do calcárenito (B) da Unidade Gabriel

- Unidade Nova América

A Unidade Nova América ocorre na parte sudoeste da AID e ADA sob a forma de planaltos alongados na direção E-W. Segundo Souza et al. (1993) a unidade possui sucessões cíclicas de fácies típicas de ambiente de intermaré e de supramaré, este último com predomínio no topo. De acordo com o mesmo, a unidade pode ser subdividida em dois litotipos. O primeiro litotipo é constituído por: calcilutitos, calcarenitos, brechas, estromatólitos e laminito microbial com estruturas do tipo tepees e pseudomorfos de evaporito e nódulos de calcita, além de bird's eyes. Este, identificado nas áreas de influência de forma predominante em campo. E o segundo litotipo é representado por dolarenitos - intraclásticos, oolíticos e oncolíticos - e doloruditos, com estratificação gradacional e ondulações truncadas (hummocky cross-stratification), interpretados como depositados em ambiente de mais alta energia. É possível observar também dobras do tipo domo e bacia, demonstrando interferência entres dobramentos. Além de intenso fraturamento desta rocha por veios preenchidos por calcita

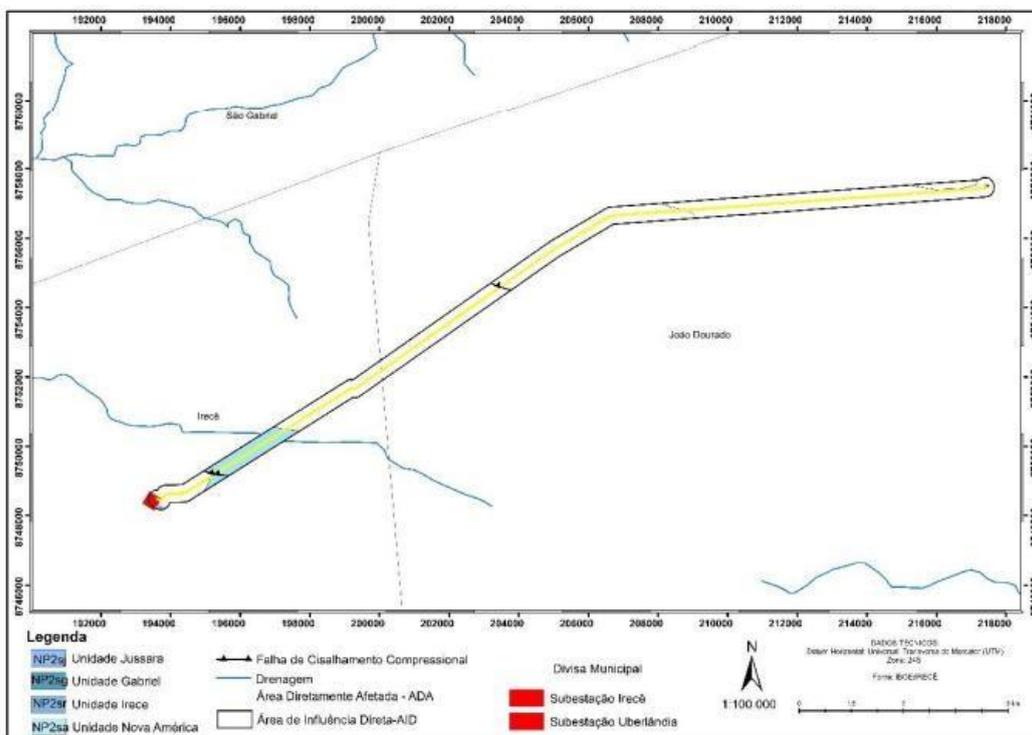


Figura 26: Mapa geológico da AID e ADA do empreendimento destacando a sudoeste a ocorrência da Formação Nova América.

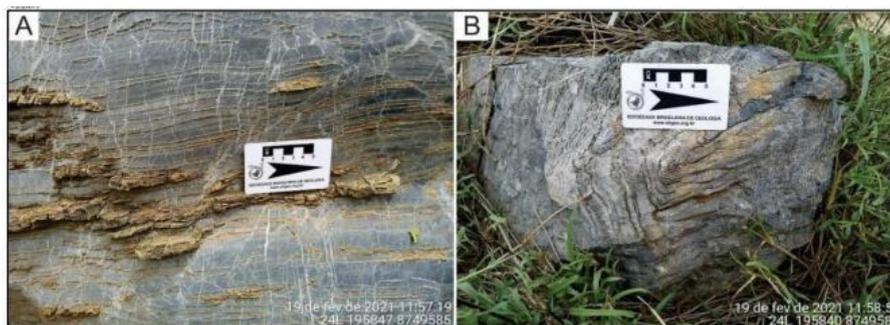


Figura 27: A) Calcilutito cinza com tapees algáticas, nódulos de calcita e pseudomorfos de evaporitos com ondulações. B) Calcilutitos com dobras do tipo domo e bacia.

4.1.3. Geomorfologia

O estado da Bahia é representado pelo domínio morfoestrutural Crátons Neoproterozóicos, que é constituído por planaltos residuais, chapadas e depressões interplanálticas, tendo como embasamento metamorfitos e granitóides, associados à cobertura de rochas sedimentares e/ou vulcano-plutonismo, deformados ou não (IBGE, 2009). As planícies ou planaltos apresentam cotas superiores a 300 m de altitude e restringem à faixa litorânea do estado. Na região central do território o relevo é constituído por depressões e chapadas, as quais estão acima dos 100 m de altitude podendo atingir os 1.500 m (IBGE, 2013). Já as regiões mais altas, podem atingir altitudes superiores a 2.000 m, representadas na Serra do Espinhaço e na Chapada Diamantina. Os tabuleiros e depressões do médio-baixo rio São Francisco são característicos da porção nordeste do estado, com altitudes variando entre 300 e 500 m.

- Aspectos geomorfológicos regionais

As Bacias Hidrográficas dos rios Jacaré e Verde, afluentes do Rio São Francisco, pertencentes ao domínio morfoestrutural dos Crátons Neoproterozoicos e Depósitos sedimentares Quaternários. Nas bacias, estes domínios estão representados por onze unidades geomorfológicas distintas apresentadas na Tabela 2. As bacias estão instaladas em uma grande sinclinal aberta, com relevo composto por bordas elevadas, com feições montanhosas, e uma porção central rebaixada, de topografia plana, escalonada em patamares, com caimento geral em direção ao vale do São Francisco.

Unidades geomorfológicas regional das Bacias Rio Verde e Jacaré.

Unidades Geomorfológicas	Domínio Geológico	Características	Forma
Baixadas dos Rios Jacaré e Salitre	Crátons Neoproterozóicos	Carste descoberto	Carste
Blocos Planálticos Setentrionais da Chapada Diamantina	Crátons Neoproterozóicos	Dissecação homogênea ou diferencial	Planaltos
Chapada do Irecê	Crátons Neoproterozóicos	Carste descoberto	Carste
Chapada Morro do Chapéu	Crátons Neoproterozóicos	Dissecação estrutural	Topo tubular
Depressão Meridional Sertaneja	Crátons Neoproterozóicos	Pediaplano retocado inundado	Pediaplano
Depressão do Médio São Francisco	Crátons Neoproterozóicos	Retocado inundado	Pediaplano
Patamar de Souto Soares	Crátons Neoproterozóicos	Carste descoberto e coberto	Carste
Pediaplano Central da Chapada Diamantina	Crátons Neoproterozóicos	Coluvial ou enxurrada	Plano coluvial
Planícies e Terraços Aluviais	Depósitos Sedimentares Quaternários	Fluvial/Degradado inundado	Terraço
Serra do Sincorá	Crátons Neoproterozóicos	Degradado inundado	Pediaplano
Serra da Borda Ocidental da Chapada Diamantina	Crátons Neoproterozóicos	Pediaplano degradado inundado	Pediaplano

- Aspectos geomorfológicos da Área de Influência Indireta, Influência Direta e Diretamente Afetada- AII, AID e ADA.

Na AII, AID e ADA mapeada apresenta uma única unidade geomorfológica, Chapada do Irecê. Nas áreas de influência foram encontradas cotas que variam de 700 a 750 m na porção sul e oeste, e na porção norte e este de 800 a 850 metros. O relevo é predominantemente plano na região norte/nordeste e central da área, devido à forte influência antrópica, com presença de vastas áreas de plantios de milho e mamona. Já na porção oeste e sudoeste das áreas de influência, onde a vegetação nativa é preservada, o relevo é suave a ondulado. O compartimento é moldado por rochas calcárias da Formação Salite, onde apresenta carstes descoberto e encoberto, associados principalmente à solos do tipo cambissolo, argiloso e latossolo, em menor proporção a neossolo e vertissolo.

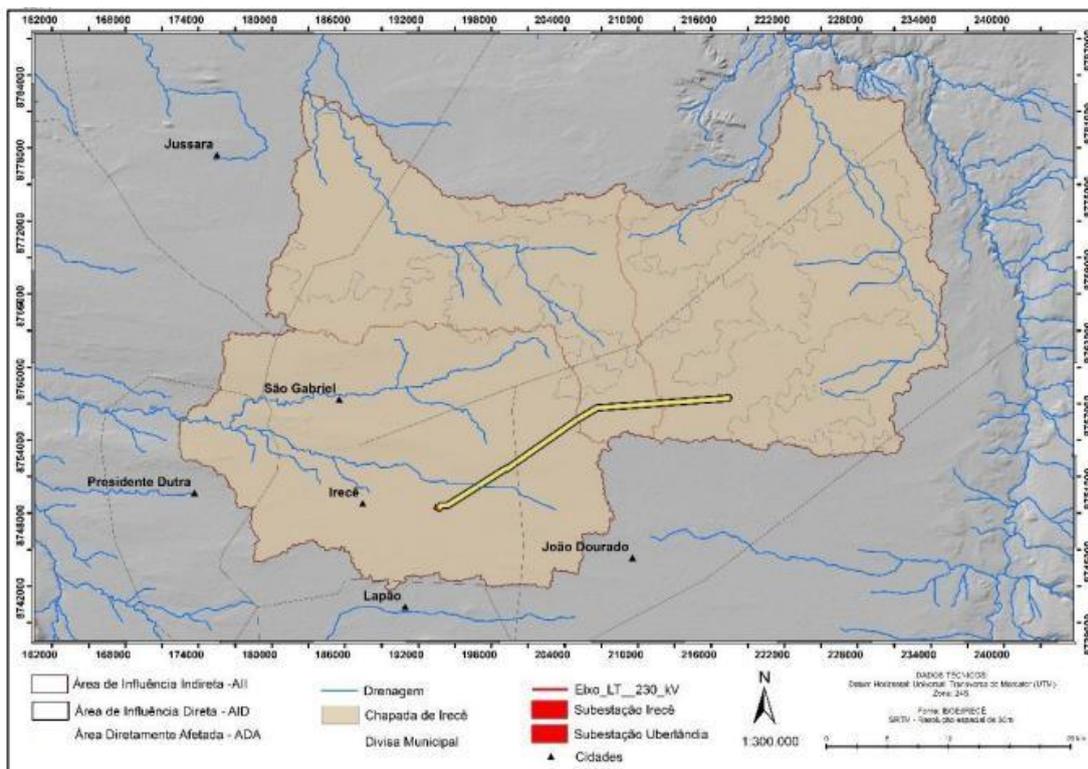


Figura 28: Mapa Geomorfológico com a AII, AID e ADA do empreendimento.

4.1.4. Pedologia

Na AII é identificada apenas a classe Cambissolo associado ao Latossolo, Vetirssolo e Neossolo, que também foram identificados na AID e ADA do empreendimento.

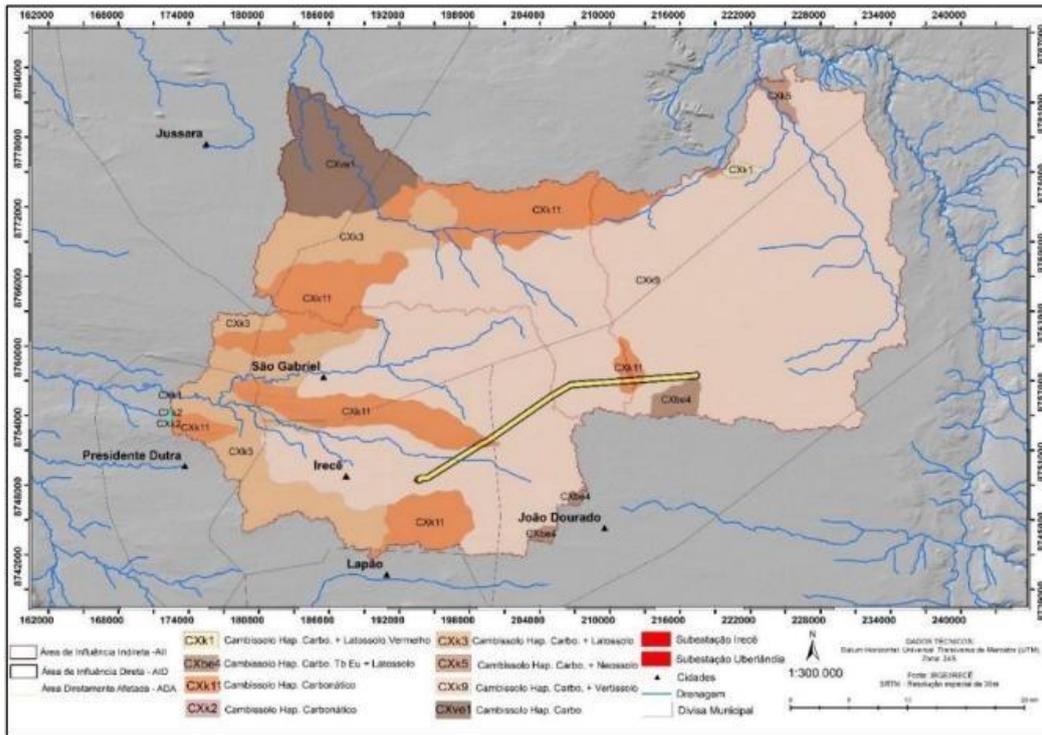


Figura 29: Mapa pedológico da AII, AID e ADA do empreendimento.

- Pedologia da Área de Influência Direta e Diretamente Afetada AID

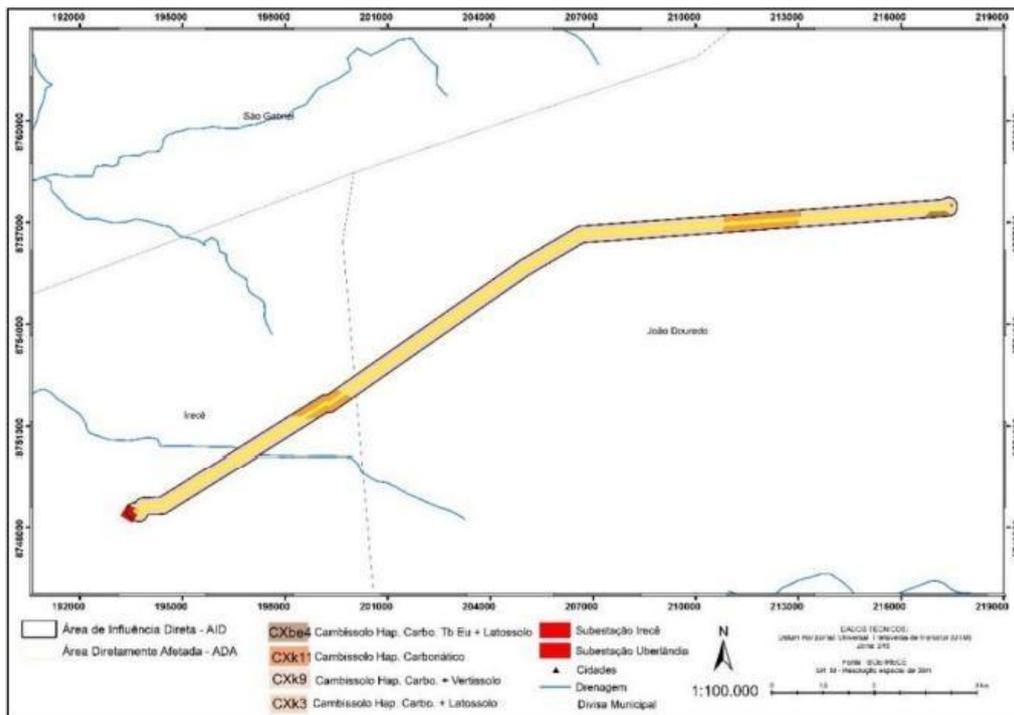


Figura 30: Mapa pedológico da AID e ADA do empreendimento.

Na AID e ADA do empreendimento foi observado argissolo, classificado como Argilossolo Vermelho-Amarelo e Acinzentado, além de Latossolo Vermelho, Vertissolo Hidromórfico, cambissolo carbonático Háplítico Tb Eutróficos leptofragmentários e Neossolo Litólicos.

4.1.5. Recursos Hídricos

A LT está situada mais precisamente na Rede Hidrográfica Nacional do Rio São Francisco, abrangendo as RPGA do Rio Verde e Jacaré (Rio Verde e Jacaré) (Figura 20).

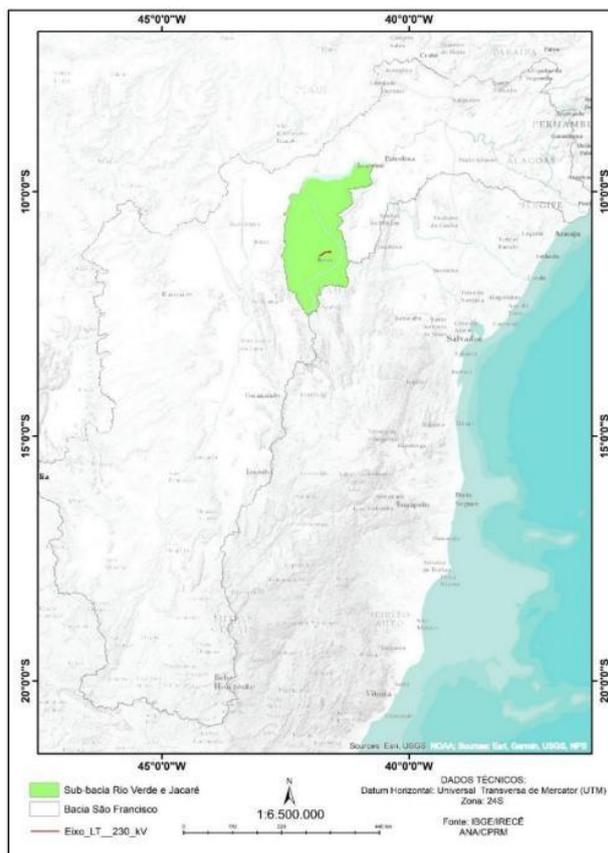


Figura 31: Localização do empreendimento na da Bacia Hidrográfica São Francisco e na Sub-bacia Verde e Jacaré.

- Corpos D'água Transpostos

Segundo estudo apresentado pela empresa, o futuro empreendimento irá transpor cursos d'água intermitentes, conforme indicado na figura abaixo:



Figura 32: Curso d'água efluente do Riacho Baixão Gabriel que corta ADA e AID do empreendimento.

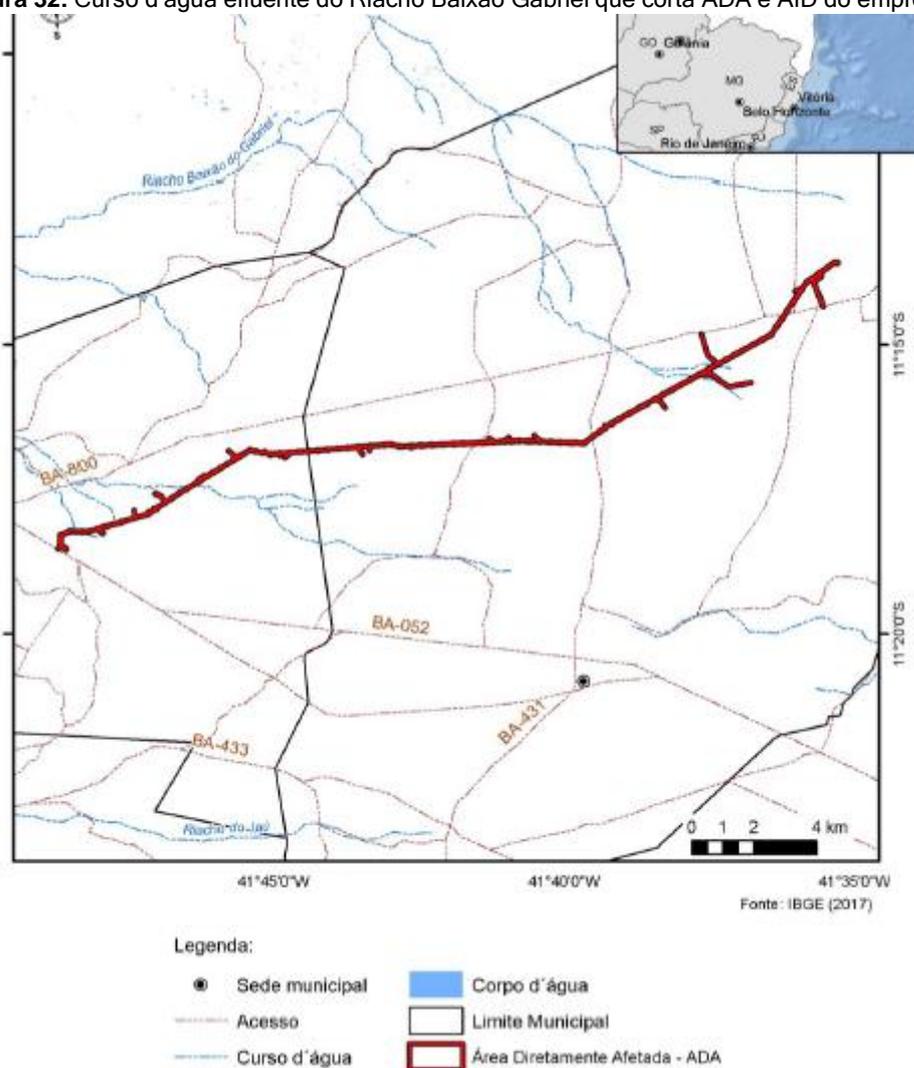


Figura 33: Mapa de localização dos cursos d'água que cortam o empreendimento.

- Águas Subterrâneas

O Aquífero Cárstico Salitre (ACS) ocupa uma área de 22.385 km² da região centro norte do Estado da Bahia (Gonçalves e Leal, 2018). O aquífero é associado às rochas carbonáticas neoproterozoicas do Grupo Una (Unidade Irecê, Gabriel, Jussara e Nova América), com morfologia aplainada, formando platôs dissecados com cotas médias de 800 m, circundado por metassedimentos siliciclásticos mesoproterozoicos do Grupo Chapada Diamantina (Ramos et al., 2007; Lima, 2009). Devido às interações dos fatores climatológicos, litológicos e elementos estruturais, o aquífero possui diferentes estágios evolutivos e transmissividade variável (Ramos et al., 2007).

De acordo com Lima (2009) a porção norte e central da bacia apresenta um caráter imaturo ou juvenil com dolinas rasas e poucos sumidouros, com fraturadas, onde a forma de absorção é por meio de planos estratificados, falhas e fraturas, constituindo um aquífero nessa região de natureza cárstica-fissural.

- Poços Registrados na Área do Empreendimento

A região apresenta cerca de 20.000 poços em operação, possuindo estas vazões menores que 7 m³/h em aproximadamente 50% dos poços, e apenas 8% dos poços com vazões maiores que 25 m³/h (Gonçalves e Leal, 2018).

Nas áreas de influência do empreendimento foram identificados 5 poços, todos localizados na porção central do aquífero, no domínio cárstico-fissural representado pelo Grupo Una. Foram identificados 3 poços verificados na AID, onde 2 dos poços (Fazenda Evaristo e Norte de Siluzoo) são registrados no SIAGAS, enquanto um deles (Poço 2) foi identificado apenas em campo.

Na ADA foram encontrados dois poços, um (Fazenda Harmonia) registrado no SIAGAS e o outro poço (Poço 1) identificado em campo. São de caráter tubular, utilizados principalmente para o consumo humano e animal, e em irrigação de plantações. Possuem nível do lençol freático relativamente profundo, variando de 50 a 150 m de profundidade.

Segundo Lima (2009), nas cidades Irecê e São Gabriel os maiores valores de vazão nos poços do ACS variam de 24,7 m³/h e 49,3 m³/h. Nos poços identificados na área de empreendimento na cidade de Irecê e João Dourado apresentam baixas vazões 0,56 a 6,48 m³/s. A taxa bombeamento atualmente de acordo com Gonçalves e Leal (2018) é considerada superior a recarga anual do aquífero, ocasionado a redução nas descargas naturais do aquífero para os rios da região. Alguns poços levantados na região estão secos, devido ao rebaixamento contínuo do nível do lençol gerados pela sobreexploração de forma não sustentável para o uso agrícola.

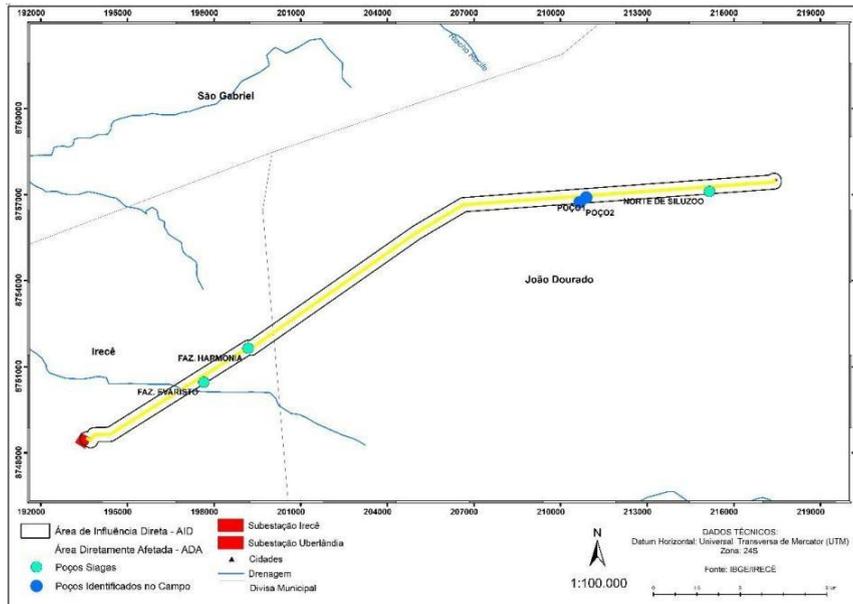


Figura 34: Mapa de localização dos poços inseridos nas áreas de influência do empreendimento.

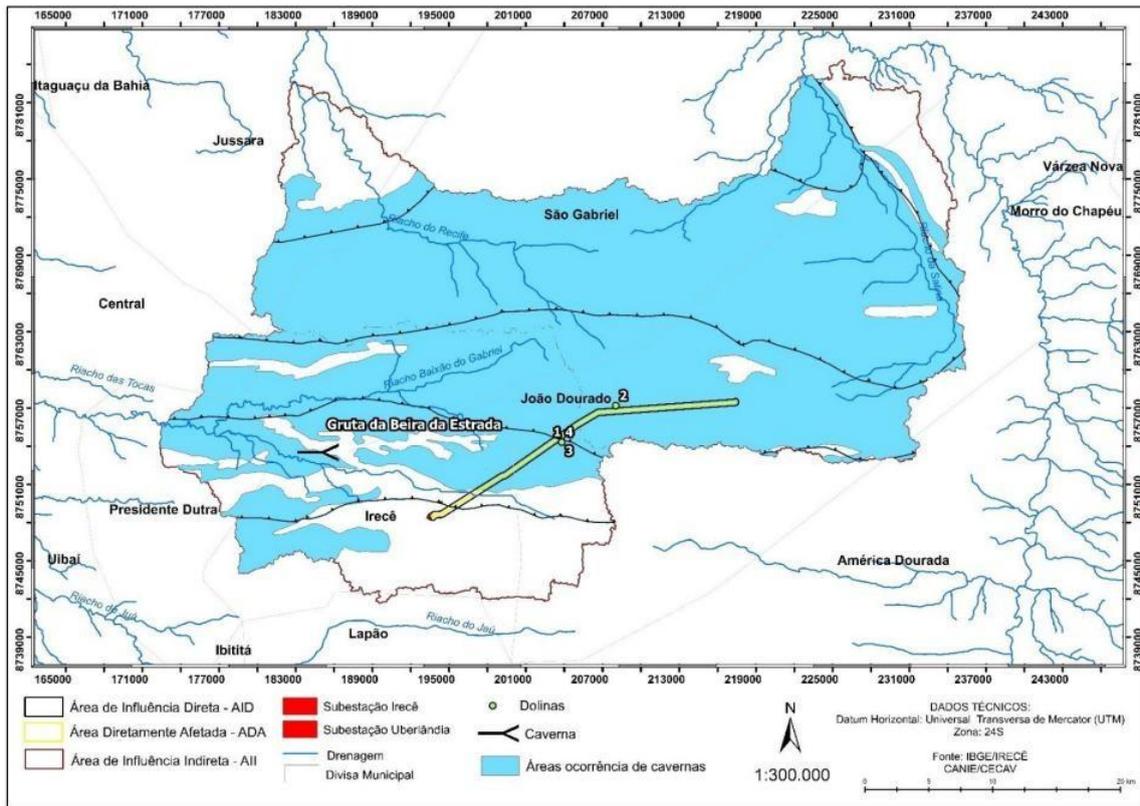
4.1.6. Espeleologia

O Potencial Espeleológico é definido a partir da associação das frequências de ocorrências de cavernas com as litologias onde estão localizadas (Jansen et al., 2012). Assim, 78,4% das cavidades, que estão localizadas em áreas com graus de potencialidade de ocorrência Muito Alto e Alto, foram desenvolvidas em substratos carbonáticos e em formações ferríferas; 12,8%, grau de potencialidade Médio, formadas em arenitos e quartzitos; e 8,7%, com grau Baixa potencialidade e Ocorrência Improvável foram formadas em outras litologias diversas (CECAV, 2012).

A área de implantação do empreendimento encontra-se inserida, de acordo com Jansen et al. (2012), em uma área de ocorrência de cavernas, com predominância de alto grau de potencial de cavernas e em menor proporção baixo grau. Na AII, de acordo com os dados geoespaciais do CECAV de 2020, foi identificada apenas uma caverna (Gruta de Beira de Estrada) no município de Irecê a cerca de 9 km da Subestação Irecê.

Em campo não foram identificadas cavernas nas áreas de influência da linha de transmissão (AID e ADA), porém próximo a AID foram identificadas dolinas de dissolução semicirculares, vegetadas, com alguns metros de extensão e de pouca profundidade.

Figura 35: Mapa da área de ocorrência de cavernas na AII, AID e ADA do empreendimento.



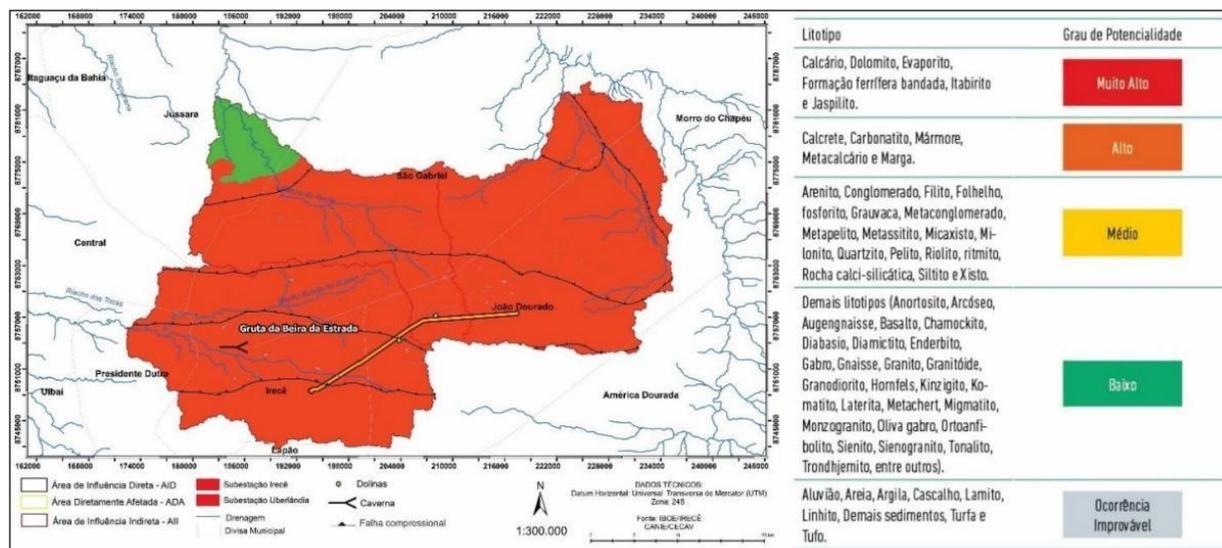


Figura 36: Mapa da All do grau de ocorrência de cavernas de acordo com o litologia da região. Modificado de Jansen et al. (2012).

4.2. Meio biótico

4.2.1. Bioma

As áreas de influência do empreendimento encontram-se dentro do Bioma da Caatinga, e pôde ser observada apenas a fitofisionomia da Caatinga, com presença das fisionomias (subgrupos) de Caatinga arbustiva espinhosa fechada e caatinga arbustiva em diversos estágios de regeneração e de conservação. Vale salientar que as áreas apresentam grande antropização devido aos cultivos agrícolas na região.

O Bioma Caatinga recobre a maior área com clima semiárido da região Nordeste do Brasil, segundo o Sistema Nacional de Informações Florestais a área Nacional desse bioma levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era cerca 844.453 Km², representando cerca de 9,92% da área territorial do Brasil. (BRASIL, 2012).

Na área do empreendimento foram observados os subgrupos caatinga arbustiva espinhosa fechada em alguns pontos e caatinga arbóreo arbustiva. Alguns pontos apresentam indivíduos isolados com estrutura, principalmente, por terem sofrido ações antrópicas, fazendo com que grande parte delas se transformasse em áreas abertas e de pontos isolados com vegetação arbóreo-arbustiva. Ainda pode ser visualizado pontos de representatividade da fitofionomias de caatinga espinhosa fechada e pontos com cerca viva de aveloz (*Euphorbia tirucalli* L.).

4.2.2. Unidade de Conservação - UC

As AID e ADA do empreendimento não possuem interferências Ambientais de Unidades de Conservação. Na Figura a seguir estão demonstradas as UCs estando a mais próxima a 22 Km da LT apenas na All do empreendimento.

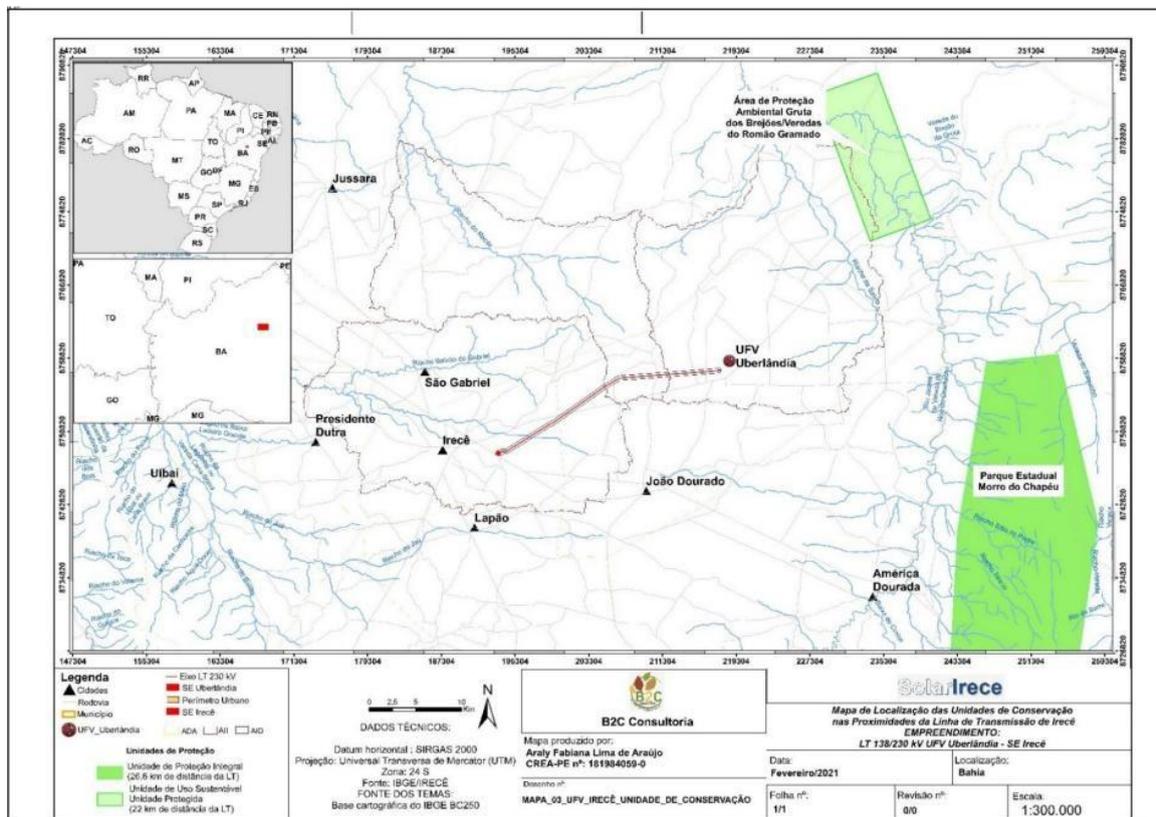
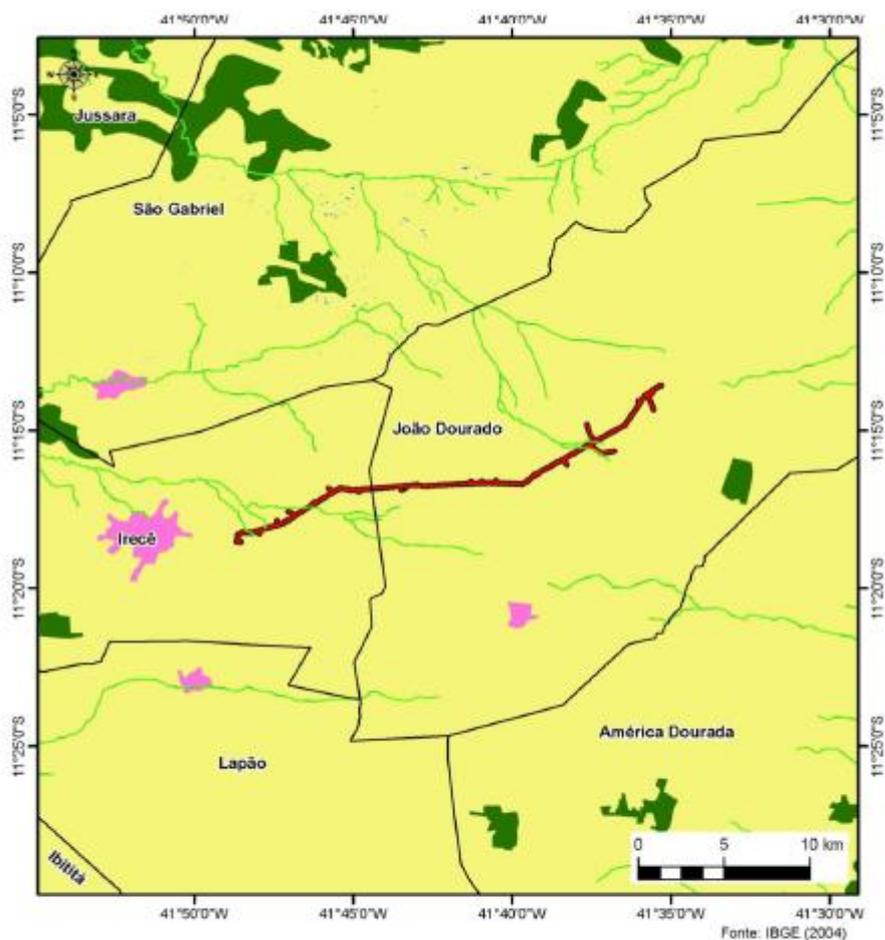


Figura 37: Mapa de localização das Unidades de Conservação próximas ao empreendimento.

4.2.3. Flora/Supressão

A área do traçado da LT apresenta vegetação de caatinga arbóreo-arbustivo com alternância de trechos antropizados e áreas de agricultura e pastagem.

Fitofisionomia predominante na ADA da LT Irecê 138 Kv, conforme ao Mapa de Vegetação do Brasil do IBGE (2004b)



Legenda:

- | | |
|--|--|
|  Curso d'água | Classificação da Vegetação |
|  Corpo d'água |  Agricultura |
|  Área Diretamente Afetada - ADA |  Influência Urbana |
|  Limite Municipal |  Savana-Estépica Arborizada |

O levantamento de campo para obtenção dos dados primários do Inventário Florestal da LT Irecê 138 Kv foi realizado entre os dias 14 e 19 de fevereiro de 2022. A equipe de campo foi formada por um Engenheiro Florestal, um Identificador Botânico e um auxiliar de campo.

Nas áreas de Savana Estépica foram instaladas 22 unidades amostrais (parcelas) com dimensões de 50 x 20 m (1.000 m²), somando 2,2 hectares de área mensurada, conforme indicado no quadro abaixo:

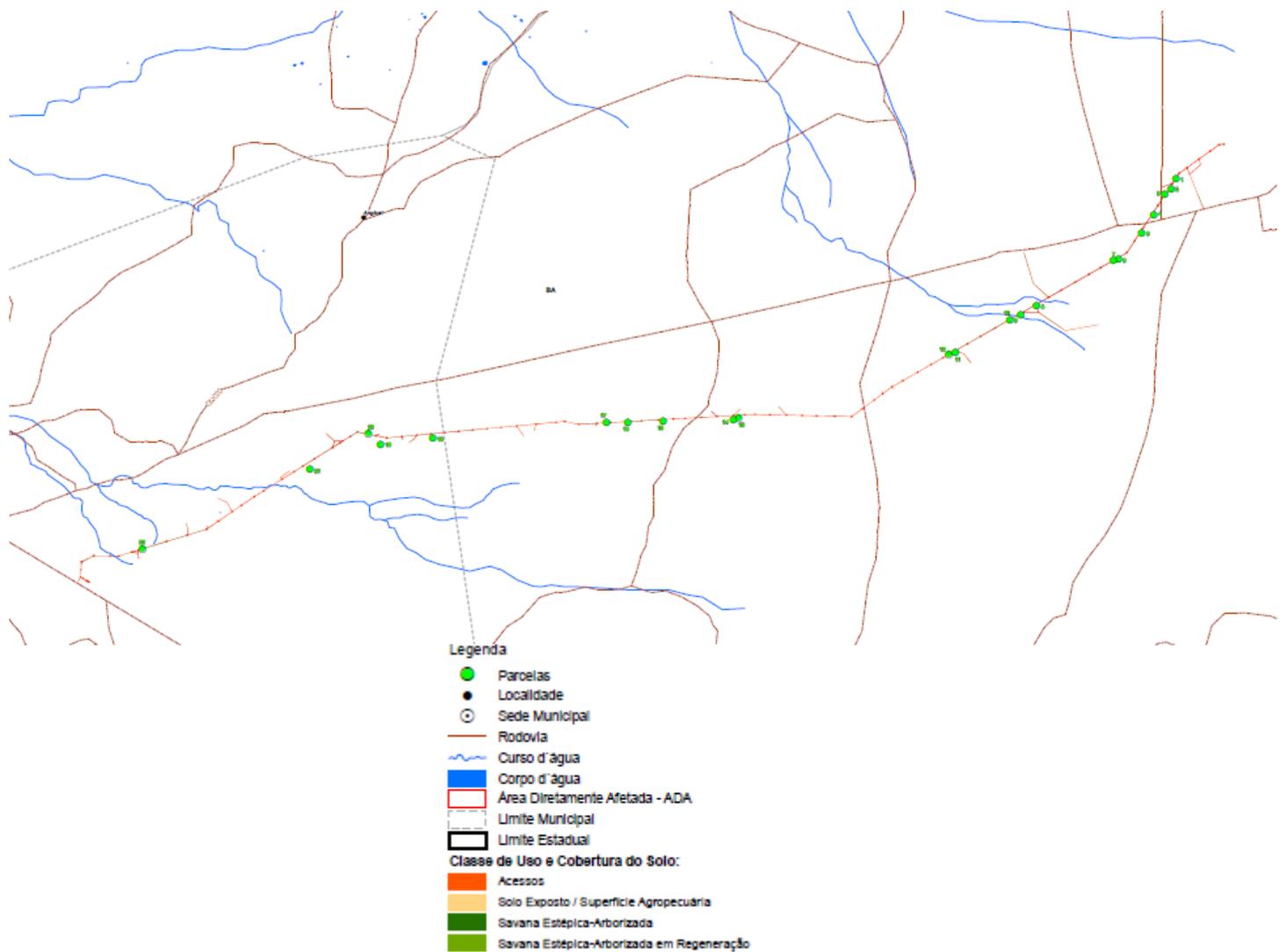
- Coordenadas geográficas referentes as unidades amostrais do inventário florestal.

PARCELAS	COORDENADAS (SIRGAS 2000, UTM - FUSO 24)	
	LONGITUDE	LATITUDE
P 01	216344,37	8757012,66
P 02	216238,74	8756793,17
P 03	216108,58	8756673,35
P 04	215876,18	8756232,77
P 05	215618,02	8755841,39
P 06	215122,50	8755286,99
P 07	215013,38	8755260,61
P 08	213392,51	8754295,73
P 09	213057,44	8754096,58
P 10	212827,16	8754002,71
P 11	211666,96	8753296,80
P 12	211537,44	8753259,02
P 13	207086,96	8751900,03
P 14	206966,40	8751856,86
P 15	205479,34	8751834,93
P 16	204738,17	8751812,04
P 17	204281,79	8751814,86
P 18	200602,73	8751479,28
P 19	199500,22	8751331,14
P 20	199236,40	8751568,85
P 21	198001,50	8750811,98
P 22	194451,31	8749104,99

A poligonal de licenciamento do empreendimento LT Irecê 138 Kv abrange uma área de intervenção de 24,51 ha, sendo: 12,02 ha (49,03%) ocupados por áreas de Savana Estépica- Arborizada em estágio de regeneração natural; 1,84 ha (7,52%) ocupados por áreas de Savana Estépica-Arborizada; 0,02 ha (0,07%) ocupados por acessos e 10,63 ha (43,38%) ocupados por áreas de Solo exposto / Superfície agropecuária, conforme ilustrado no quadro abaixo:

- Uso do solo na ADA da Área de Intervenção

Classe de Uso e Cobertura	APP (ha)	Fora APP (ha)	Total Geral (ha)	Total Geral (%)
Acessos	0,00	0,02	0,02	0,07
Savana Estépica-Arborizada	0,00	1,84	1,84	7,52
Savana Estépica-Arborizada em Regeneração	0,15	11,87	12,02	49,03
Solo Exposto / Superfície Agropecuária	0,11	10,52	10,63	43,38
Total Geral	0,26	24,25	24,51	100

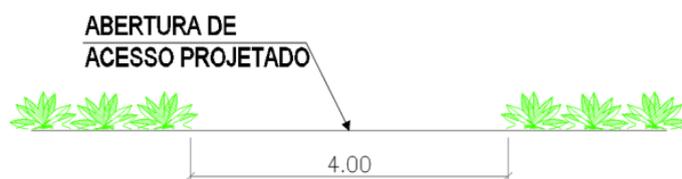


Mapa de uso e ocupação do solo na AID e ADA

Está sendo considerado a supressão de vegetação nas seguintes áreas:

- Montagem de estruturas, onde necessita-se da praça de torre que será igual a 30 metros x 30 metros. Em áreas de restrição ambiental não serão locadas estruturas.
- Lançamento de cabos a praça de lançamento (puller e freio) será igual a 50 x 40 metros
- Para passagem de cabos e manutenção da LT necessário faixa de serviço de 10 metros, sendo 5 metros para cada lado a partir do eixo. Ressalta-se que em áreas de restrições ambientais a passagem dos cabos será de forma não interventiva, sem necessidade de supressão vegetal.

Os acessos projetados deverão ter 4,00mts de largura para garantir a instalação das torres. Recomenda-se apenas fazer a limpeza da camada vegetal do solo.



Nas áreas visitadas por caminhamento e dentro das unidades amostrais foram identificadas 52 (cinquenta e duas) espécies nativas representativas do Bioma Caatinga, as quais pertencem a 24 (vinte e quatro) famílias botânicas, conforme indicado no quadro abaixo:

Florística das espécies registradas durante o caminhamento e nas unidades amostrais em uma área de Bioma Caatinga

Família	Nome Científico	Nome Popular	Hábito	Origem	Categoria de ameaça	Legislação
Agavaceae	<i>Agave sisalana</i> Pierre	Sisal	Herbáceo	Exótica	-	-
Anacardiaceae	<i>Myracrodouon urundeuva</i> (M. Allemão) Engl.	Aroeira	Árboreo	Nativa	Imune ao corte	Resolução CEPRAM-BA N° 1.009 de 08/12/1994
	<i>Spondias tuberosa</i> Amuda	Umbuzeiro	Árboreo	Nativa	Imune ao corte	Lei estadual N° 13.908/2018
	<i>Varronia leucocephala</i> (Moric.) J.S.Mill.	Búquezinho	Subarbusto	Nativa	-	-
Apocynaceae	<i>Calotropis procera</i> (Aiton) W.T.Aiton	Flor de Seda	Arbustivo	Nativa	-	-
Asparagaceae	<i>Agave</i> L.	Agave	Herbáceo	Nativa	-	-
Bignoniaceae	<i>Cuspidaria cratensis</i> (J.C.Gomes) A.H.Gentry ex L.G.Lohmann	Mãe da lua	Herbáceo	Nativa	-	-
Boraginaceae	<i>Heliotropium elongatum</i> (Lehm.) I.M.Johnst.	Crista de Galo	Herbáceo	Nativa	-	-
Bromeliaceae	<i>Neoglaziovia burllemarxii</i> Leme	Caroá	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Bromelia laciniosa</i> Mart. ex. Schult. f	Macambira	Herbáceo	Nativa	-	-
Burseraceae	<i>Commiphora leptophloeos</i> (Mart.) J.B.Gillett	Imburana de cambão	Árboreo	Nativa	-	-
Cactaceae	<i>Cereus jamacaru</i> DC.	Mandacaru	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Tacinga palmadora</i> (Britton & Rose) N.P.Taylor & Stuppy	Palmatória	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Pereskia bahiensis</i> Gürke	Quiabento	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Xiquexique gounellei</i> (F. A. C. Weber) Lavor & Cavente	Xique Xique	Subarbusto	Nativa	-	-
Caricaceae	<i>Jacaratia corumbensis</i> Kuntze	Mamaozinho	Arbustivo	Nativa	-	-
Convolvulaceae	<i>Ipomoea acuminata</i> (Vahl) Roem. & Schult.	Corda de Viola	Trepadeira	Exótica	-	-
Cucurbitaceae	<i>Doyerea emetocathartica</i> Grosourdy	Cabeça de gente	Trepadeira	Nativa	-	-
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum revolutum</i> Mart.	Quebra-facão	Árboreo	Nativa	-	-
Euphorbiaceae	<i>Jatropha urens</i> L.	Cansação	Subarbusto	Nativa	-	-
	<i>Manihot carthagensis</i> (Jacq.) Müll.Arg.	Maniçoba	Árboreo	Nativa	-	-
	<i>Jatropha mollissima</i> (Pohl) Baill.	Pinhão	Arbusto	Nativa	-	-
	<i>Cnidoscolus urens</i> (L.) Arthur	Urtiga	Herbáceo	Nativa	-	-

Família	Nome Científico	Nome Popular	Hábito	Origem	Categoria de ameaça	Legislação
	<i>Croton heliotropiifolius</i> Kunth	Velame	Subarbusto	Nativa	-	-
	<i>Prosopis juliflora</i> (Sw.) DC.	Algaroba	Arbóreo	Exótica	-	-
	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico	Arbóreo	Nativa	Imune ao corte	Resolução CEPGRAM-BA N° 1.009 de 08/12/1994
	<i>Senegalia tenuifolia</i> (L.) Britton & Rose	Angiquinho	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Bauhinia forficata</i> Link subsp. <i>forficata</i>	Budim	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Cenostigma nordestinum</i> E. Gagnon & G.P. Lewis	Catingueira	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Nissolia</i> Jacq.	Cipó	Trepadeira	Nativa	-	-
	<i>Senegalia polyphylla</i> (DC.) Britton & Rose	Espineiro	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Libidibia ferrea</i> (Mart. ex Tul.) L.P. Queiroz	Jucá	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Mimosa tenuiflora</i> (Willd.) Poir.	Jurema Preta	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Leucaena leucocephala</i> (Lam.) de Wit	Leucena	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Senna obtusifolia</i> (L.) H.S. Irwin & Barneby	Mata-pasto	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Macropsychanthus grandiflorus</i> (Mart. ex Benth.) L.P. Queiroz & Snak	Mucunã	Trepadeira	Nativa	-	-
	<i>Ctenodon monteiroi</i> (Afr. Fem. & P. Bezerra) D.B.O.S. Cardoso, Filardi & H.C. Lima	Rama de besta	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Senna spectabilis</i> (DC.) H.S. Irwin & Barneby	São João	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Senna spectabilis</i> var. <i>excelsa</i> (Schrad.) H.S. Irwin & Barneby	São Joãozinho	Arbustivo	Nativa	-	-
	<i>Pseudobombax marginatum</i> (A. St.-Hil., Juss. & Cambess.) A. Robyns	Embiratanha	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Sida galheirensis</i> Ulbr.	Malva	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Waltheria indica</i> L.	Malva branca	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Herissantia tiubae</i> (K. Schum.) Brizicky.	Melosa	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Aristida setifolia</i> Kunth	Capim	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Paspalum melanospermum</i> Desv. ex Poir.	Capim ²	Herbáceo	Nativa	-	-
	<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart.	Juazeiro	Arbóreo	Nativa	-	-
	<i>Phoradendron quadrangulare</i> (Kunth) Griseb.	Erva de passarinho	Trepadeira	Nativa	-	-

Família	Nome Científico	Nome Popular	Hábito	Origem	Categoria de ameaça	Legislação
Sapindaceae	<i>Serjania glabrata</i> Kunth	Cipó	Trepadeira	Nativa	-	-
Sapotaceae	<i>Sideroxylon</i> L.	Quixabeira-Branca	Arbustivo	Nativa	-	-
Solanaceae	<i>Solanum viarum</i> Dunal	Jurubeba	Arbustivo	Nativa	-	-
Symplocaceae	<i>Symplocos estrellensis</i> Casar.	Mandioqueira	Arbóreo	Nativa	-	-
Verbenaceae	<i>Lantana canescens</i> Kunth	Camarazinho	Arbusto	Nativa	-	-

No Quadro a seguir estão apresentados os dados da estrutura horizontal da cobertura vegetal da área para as nove espécies levantadas. As variáveis estudadas foram os valores absolutos e relativos de frequência, abundância ou densidade e dominância e os índices de valor de importância e de cobertura. Analisando a estrutura horizontal da vegetação, conclui-se que os resultados ora apresentados demonstram, que o potencial da cobertura florestal naquela localização está definido em função de quatro (04) espécies: *Prosopis juliflora* (Algaroba), *Mimosa tenuiflora* (Jurema preta), *Erythroxylum revolutum* (Quebra facão) e *Senna spectabilis* (São João).

Fig. 1 - Estrutura horizontal das espécies registradas na amostragem das áreas de caatinga. Espécies apresentadas em ordem de valor de importância.

Nome Científico	Nome Popular	N	AB	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VC (%)	VI	VI (%)
Prosopis juliflora (Sw.) DC.	Algaroba	79	1,34	35,91	19,13	50,00	10,28	0,61	25,77	44,90	22,45	55,18	18,39
Mimosa tenuiflora (Willd.) Poir.	Jurema Preta	65	0,80	29,55	15,74	63,84	13,08	0,37	15,46	31,20	15,60	44,29	14,76
Erythroxylum revolutum Mart.	Quebra facão	71	0,38	32,27	17,19	36,36	7,48	0,17	7,36	24,55	12,28	32,03	10,68
Senna spectabilis (DC.) H.S. Irwin & Barneby	São João	26	0,68	11,82	6,30	54,55	11,21	0,31	13,13	19,43	9,71	30,84	10,21
Pereskia bahiensis Gürke	Quiabento	28	0,57	12,73	6,78	45,45	9,35	0,28	10,96	17,74	8,87	27,09	9,03
Commiphora leptophloeos (Mart.) J.B. Gillett	Imburana de cambão	24	0,30	10,91	5,81	31,82	6,54	0,14	5,81	11,62	5,81	18,16	6,05
Astronium urundeuva (M. Allemão) Engl.	Aroeira	15	0,19	6,82	3,63	27,27	5,61	0,09	3,68	7,31	3,65	12,92	4,31
Ziziphus joazeiro Mart.	Juazeiro	13	0,18	5,91	3,15	27,27	5,61	0,08	3,38	6,53	3,27	12,14	4,05
Cenostigma nordestinum E. Gagnon & G.P. Lewis	Catingueira	16	0,13	7,27	3,87	18,18	3,74	0,06	2,47	6,34	3,17	10,08	3,36
Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan	Angico	13	0,24	5,91	3,15	9,09	1,87	0,11	4,65	7,80	3,90	9,67	3,22
Symplocos estrellensis Casar.	Mandioqueira	14	0,05	6,36	3,39	22,73	4,67	0,02	0,89	4,28	2,14	8,95	2,98
Ctenodon monteiroi (Afr.Fem. & P.Bezerra) D.B.O.S.Cardoso, Filardi & H.C.Lima	Rama de besta	12	0,04	5,46	2,91	22,73	4,67	0,02	0,71	3,61	1,81	8,29	2,76
Senegalia polyphylla (DC.) Britton & Rose	Espinho	12	0,05	5,46	2,91	18,18	3,74	0,02	0,92	3,82	1,91	7,56	2,52
Manihot carthagenensis (Jacq.) Müll.Arg.	Maniçoba	12	0,02	5,46	2,91	18,18	3,74	0,01	0,43	3,34	1,67	7,07	2,36
Jatropha mollissima (Pohl) Baill.	Pinhão	4	0,02	1,82	0,97	13,64	2,80	0,01	0,29	1,26	0,63	4,06	1,35
Libidibia ferrea (Mart. ex Tul.) L.P. Queiroz	Jucá	2	0,06	0,91	0,48	9,09	1,87	0,03	1,23	1,71	0,86	3,58	1,19
Spondias tuberosa Arruda	Umbuzeiro	1	0,09	0,46	0,24	4,55	0,93	0,04	1,65	1,89	0,95	2,83	0,94
Leucaena leucocephala (Lam.) de Wit	Leucena	4	0,04	1,82	0,97	4,55	0,93	0,02	0,77	1,74	0,87	2,67	0,89
Pseudobombax marginatum (A.St.-Hil., Juss. & Cambess) A.Robyns	Embriatonha	1	0,02	0,46	0,24	4,55	0,93	0,01	0,32	0,56	0,28	1,49	0,50
Sideroxylon L.	Quixabeira-Branca	1	0,01	0,46	0,24	4,55	0,93	0,00	0,13	0,37	0,18	1,30	0,43
Total		413	5,20	187,73	100,00	486,36	100,00	2,37	100,00	200,00	100,00	300,00	100,00

Legenda: 'N' = número total de indivíduos amostrados; AB = área basal da i-ésima espécie, em m², na área amostrada; DA = densidade absoluta da i-ésima espécie, em número de indivíduos por hectare; DR = densidade relativa (%) da i-ésima espécie; FA = frequência absoluta da i-ésima espécie na comunidade vegetal; FR = frequência relativa da i-ésima espécie na comunidade vegetal; DoA = dominância absoluta da i-ésima espécie, em m²/ha; DoR = dominância relativa (%) da i-ésima espécie; VC = Valor de cobertura; VC (%) = valor de cobertura em porcentagem; VI = Valor de importância; VI (%) = valor de importância em porcentagem

A seguir, se apresentam os dados de estrutura horizontal (densidade e área basal) e volume de madeira por hectare, por classe de diâmetro, de acordo com as análises obtidas por meio do software MATA NATIVA, Versão 4 (Quadro abaixo). Os diâmetros dos fustes mensurados no inventário foram distribuídos em seis (06) classes diamétricas com amplitude de 5 cm.

Fig. 2 - Estrutura diamétrica por hectare apresentada na amostragem da Savana Estépica Arborizada

Nº da classe	Classe	Nf	DA	ABP	Vol. (m ³ /ha)	Vol. (st/ha)
I	0 - 5	939	426,818	0,451	1,032	3,426
II	5 - 10	702	319,091	1,189	3,389	11,251
III	10 - 15	98	44,545	0,495	1,606	5,332
IV	15 - 20	19	8,636	0,19	0,765	2,540
V	20 - 25	1	0,455	0,016	0,06	0,199
VI	25 - 30	1	0,455	0,023	0,122	0,405
TOTAL		1760	800,00	2,364	6,974	23,154

Legenda: Nf = Número de fustes; ABP = Área basal na altura do Peito (m²/ha); DA = densidade aparente (fustes/ha); Vol. real (m³/ha) = fator de forma 0,9; Vol. empilhado (st/ha) = fator de empilhamento 3,32.

O Inventário Florestal realizado estimou a média do estoque florestal para a vegetação em estudo com precisão aceitável de **8,75%** de erro à 90% de probabilidade, atendendo as exigências íminas aceitáveis (10% de erro).

O volume total de madeira estimado para os **13,86 hectares** de Savana Estépica Arborizada (1,84 ha) e Savana Estépica em Regeneração (12,02 ha), sujeitos a supressão vegetal pela implantação do empreendimento, foi de **96,6610m³** (1,0502m³ em APP e 95,6108m³ fora da APP), com um intervalo de confiança de $88,1946 \leq X \leq 105,1274m^3$. Em média, o volume de madeira por hectare de área suprimida foi estimado em **6,974 m³/ha**, com o intervalo de confiança de $6,3632 \leq X \leq 7,5849 m^3/ha$.

- Resumo estatístico das unidades amostrais

Parâmetro	Valor	Unidade
Área Total	13,88	ha
Número de amostras	22	Unidades amostrais
Número ótimo de amostras	18	Unidades amostrais
Área da parcela	20 m x 50 m	m ²
Média	0,8974	m ² /1000m ²
Desvio Padrão	0,1815	m ² /1000m ²
Variância	0,0330	(m ² /1000m ²) ²
Variância da Média	0,0013	(m ² /1000m ²) ²
Erro Padrão da Média	0,0355	m ² /1000m ²
Coefficiente de Variação	26,0302	%
Valor de t Tabelado	1,7207	-
Erro de Amostragem	0,0611	m ² /1000m ²
Erro de Amostragem	8,7589	%
IC para a Média (90%)	0,8363 ≤ X ≤ 0,7585	m ² /1000m ²
IC para a Média por ha (90%)	8,3632 ≤ X ≤ 7,5849	m ² /ha
IC para o Total (90%)	88,1946 ≤ X ≤ 105,1274	m ²

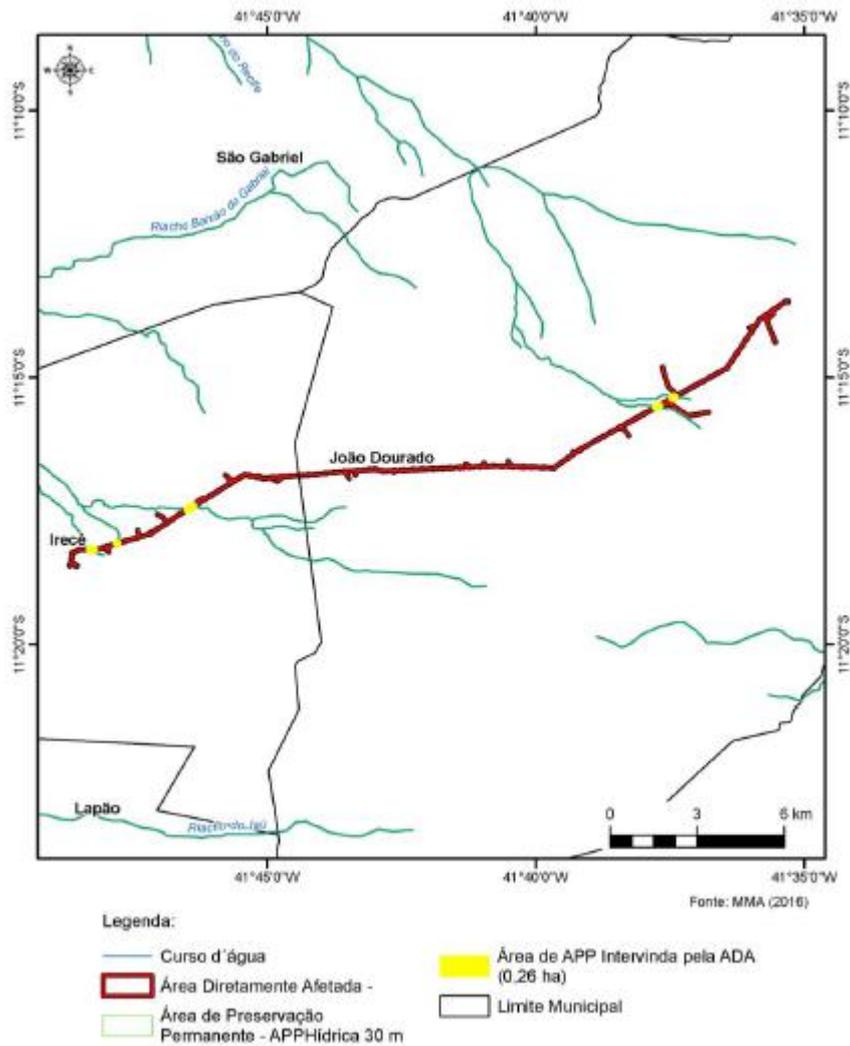
Áreas de Preservação Permanente

Para avaliar as Áreas de Preservação Permanente inseridas na área do empreendimento, foram utilizados o banco de dados Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) e as visitas de campo.

Conforme demonstrado na Figura a seguir, a área onde está localizada ADA do empreendimento não apresenta áreas com declividades superiores a 45° que seriam classificadas como APP.

Quanto aos corpos hídricos, o banco de dados do INEMA – Bahia, indica cinco (05) cursos d' água dentro dos limites da ADA, totalizando uma área de 0,26 ha dentro de área de APP. Tal informação pôde ser confirmada durante o levantamento de dados em campo. Diante do exposto, a ADA do empreendimento apresenta cinco (05) cursos d' água como Área de Preservação Permanente.

Localização do empreendimento em relação às APPs.



Dentre as espécies identificadas durante o levantamento florísticos, foi verificado que duas espécies se encontram enquadradas em alguma categoria de ameaça e/ou protegida por Lei, sendo:

- *Astronium urundeuva* - espécie considerada imune de corte do Estado da Bahia, conforme Resolução CEPRAM-BA N° 1.009/1994;
- *Spondias tuberosa* – espécie considerada como patrimônio biocultural no Estado da Bahia, conforme Lei Estadual nº 13.908/2018;
- *Anadenanthera colubrina* - espécie considerada imune de corte do Estado da Bahia, conforme Resolução CEPRAM-BA N° 1.009/1994

4.2.4. Fauna

A Caatinga é um dos três biomas brasileiros mais degradados e ainda não está presente nos cenários nacional e internacional de prioridades de conservação (KILL; PORTO, 2016). A degradação histórica desse bioma e o uso inadequado dos recursos naturais têm contribuído para a aceleração do processo de desertificação e conseqüentemente a perda significativa da biodiversidade, sendo comprovado pela diminuição dos recursos faunísticos (NASCIMENTO; CAMPOS, 2011), onde cerca de 125 espécies de animais ocorrentes no bioma apresenta-se ameaçada de extinção, sendo 47 endêmicas e 78 não endêmicas (MMA, 2018).

Segundo o estudo apresentado pela empresa, por se tratar de uma área com pouca vegetação nativa e que já sofreu muita interferência humana, o empreendimento não irá causar impacto significativo na comunidade faunística. As maiores ameaças à biodiversidade, resultantes da atividade humana são a destruição e degradação de habitats, fragmentação, superexploração de espécies para uso humano, introdução de espécies exóticas e o aumento da ocorrência de doenças, este último, sendo uma consequência dos fatores anteriores.

4.2.4.1 Herpetofauna

O levantamento da Herpetofauna apresentou 117 espécies com potencial ocorrência na área analisada, sendo 33 anfíbios, divididas em duas ordens e sete famílias, e 84 répteis, divididos em três ordens e 22 famílias. Dentre os anfíbios, as famílias com maior riqueza foram Leptodactylidae, apresentando 13 espécies, e Hylidae com 11 espécies. Em relação aos répteis, Dipsadidae apresentou o maior número de espécies, com 28 espécies, seguida por Colubridae, com 10 espécies, e Amphisbaena, Gymnophthalmidae e Tropiduridae com cinco espécies cada família.

Quanto ao status de conservação das espécies levantadas, a nível nacional, todas estão categorizadas como Menos Preocupante (LC). Um táxon é considerado Menos Preocupante quando possuem ampla abundância e distribuição, táxons raros e de distribuição restrita também podem ser classificados como LC, desde que não haja ameaças significativas (MMA, 2018). A nível internacional, as espécies *Phyllomedusa bahiana* e *Pithecopus nordestinus* estão classificadas como Dados Insuficientes (DD), e as espécies *Chelonoidis carbonarius*, *Mesoclemmys tuberculata*, *Phrynosoma geoffroanus* da ordem Testudines não constam na lista da IUCN. Assim, nenhuma espécie levantada da Herpetofauna foi considerada ameaçada de extinção.

4.2.4.2. Mastofauna

Através dos estudos foram levantadas oito ordens, 26 famílias e 78 espécies de mamíferos que podem estar presentes na área onde será implantada a Linha de transmissão. Predominando

exemplares das famílias Phyllostomidae, com 15 espécies, Cricetidae, com 11 espécies, e Didelphidae, com seis espécies. Os morcegos apresentaram grande riqueza no levantamento, contendo 30 espécies que podem estar presentes na área.

Durante a campanha de campo foram constatadas poucas espécies de mamíferos, sendo avistado muitos indivíduos da espécie *Galea spixii*, principalmente ao deslocar entre os acessos. Segundo estudo apresentado pelo empreendimento, com base em relatos de moradores da região, é pouco provável encontrar mamíferos na região nos últimos anos, eles justificam que a caça e o desmatamento causaram essa perda, citando principalmente as espécies de tatu que estão sendo encontradas com menos frequência.

Algumas espécies com potencial ocorrência na área apresentam níveis preocupantes de ameaça de extinção, como as espécies *Blastocerus dichotomus* e *Myrmecophaga tridactyla*, classificadas como Vulnerável (VU) e *Callicebus barbarabrownae*, como Criticamente em Perigo (CR) em ambas as listas, *Furipterus horrens*, *Herpailurus yagouaroundi*, *Kerodon rupestres*, *Lonchorhina aurita*, *Panthera onca*, *Puma coloratus*, *Rhipidomys cariri* e *Speothos venaticus*, como Vulnerável (VU) a nível nacional, *Leopardus tigrinus* e *Tolypeutes tricinctus*, definidas como Em Perigo (EN) no Brasil e Vulnerável (VU) internacionalmente, *Natalus espirosantensis* e *Thylamys karimii*, Vulnerável (VU) pelo lista da IUCN, e *Sapajus xanthosternus*, apresentada como Em Perigo (EN) no Brasil e Criticamente em Perigo (CR) internacionalmente.

O grupo dos mamíferos apresentou um grande número de espécies que são consideradas ameaçadas, 16 espécies, mas apenas duas dessas espécies foram relatadas durante as entrevistas com moradores locais, sendo as espécies *Panthera onca* (Onça-pintada) e *Tolypeutes tricinctus* (Tatu-bola). Essas espécies foram relatadas como avistadas na região, porém os entrevistados reforçavam que ultimamente não estão sendo encontradas.

4.2.4.3. Ornitofauna

Existem no mundo cerca de 10.426 espécies de aves (dados da BirdLife International). Dessas, 1.919 espécies são encontradas no Brasil, segundo o Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO, 2021). A Caatinga tem sido apontada como uma importante área de endemismo para as aves sul-americanas, porém a distribuição, a evolução e a ecologia da avifauna da região continuam pouco investigadas, refletindo, conseqüentemente, na política e ações de conservação. Das 511 espécies de aves que habitam as Caatingas, existem 23 espécies que podem ser caracterizadas como endêmicas, considerando as matas secas e outras formações decíduas, como as florestas estacionais das áreas de contato (MMA, 2019).

A listagem gerada a partir da avaliação de dados primários e secundários aponta a presença de 291 espécies com potencial ocorrência na área diagnosticada, distribuídas em 26 ordens e 62 famílias. Com maior riqueza de espécies nas famílias Tyrannidae, Thraupidae e Accipitrida, apresentando respectivamente 33, 21 e 16 espécies.

O grupo das aves foi o que apresentou a maior riqueza de espécies, como já esperado, com vários indivíduos visualizados, 17 espécies, e relatados em campo. Algumas das potenciais espécies para a área analisada estão em categorias preocupantes quanto à extinção, como as espécies *Amazona aestiva*, *Crypturellus noctivagus*, *Hylloezus ochroleucus* e *Primolius*

maracanã, Quase Ameaçada (NT) em ambos os níveis, Sarcoramphus papa, apenas a nível nacional, Charitospiza eucosma, Neothraupis fasciata e Rhea americana, apenas a nível internacional, Harpia harpyja e Morphnus guianensis, categorizadas como vulnerável (VU) em nível nacional e Quase Ameaçada (NT) a nível internacional, e Penelope jacucaca, definida como vulnerável (VU) em ambos os níveis. Dentre essas espécies apenas a Rhea americana (Ema) foi visualizada em campo e relatada por moradores, mas ela se encontra na categoria menos preocupante a nível nacional e ainda não é considerada ameaçada de extinção internacionalmente.

Como as espécies definidas como NT ainda não são consideradas ameaçadas de extinção, o levantamento aponta apenas três espécies de aves com potencial ocorrência na área que estão ameaçadas de extinção, todas na categoria Vulnerável.

Contudo, o levantamento apresentou 117 potenciais espécies que compõem a Herpetofauna, sendo 33 anfíbios e 84 répteis, 78 espécies de mamíferos e 291 de aves. Como definido pela Portaria MMA nº 43/2014, apenas as espécies categorizadas como Vulnerável (VU), Em Perigo (EN), Criticamente em Perigo (CR) e Extintas na Natureza (EW) são consideradas ameaçadas de extinção. Sendo assim, nenhuma espécie levantada para a Herpetofauna da área está ameaçada, enquanto 16 espécies de mamíferos e três de aves estão. Dessas 19 espécies ameaçadas apenas duas tiveram relato de ocorrência na região ao entrevistar moradores locais, mas com difícil ocorrência atualmente.

4.3. Meio Socioeconômico

4.3.1. Contexto Regional

Segundo o SEI (2016), o Território de Identidade Irecê está localizado na região centro oeste do estado baiano e limita-se com outros territórios de identidade: Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina, e Velho Chico. O Território de Identidade Irecê é composto por 20 municípios, a saber: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique.

4.3.2. Caracterização Populacional

A All da LT 138/230KV UFV Uberlândia – SE Irecê/BA é composta pelos municípios Irecê, João Dourado e São Gabriel, abrangendo territorialmente 2.433 km², habitados por cerca 117.715 pessoas, o que denota uma densidade de 48,37 hab./km².

As características demográficas do município de Irecê mostram o crescimento demográfico de sua população. Esta população possui características peculiares que são importantes de serem apresentadas no perfil socioeconômico. A população do município de Irecê está distribuída espacialmente 92% na zona urbana e 8% na rural, a predominância é das mulheres com 51% e homens 49%, Acerca dos domicílios, a maioria ocupa domicílios particulares 22.556 enquanto apenas 34 são domicílios coletivos. Em Irecê é grande o número de domicílios vagos 2.306 particulares e 21 coletivos.

A população do município de João Dourado está distribuída espacialmente 61% na zona urbana e

39% na rural, entre homens e mulheres a distribuição populacional é equilibrada em 50% para cada categoria. Acerca dos domicílios, a maioria ocupa domicílios particulares 7.345 enquanto apenas 5 são domicílios coletivos. Em João Dourado o número de domicílios vagos 836 particulares e 1 coletivo.

A população do município de São Gabriel está distribuída espacialmente 57% na zona urbana e 43% na rural, a predominância é das mulheres com 51% e homens 49%, Acerca dos domicílios, a maioria ocupa domicílios particulares 6.496 enquanto apenas 3 são domicílios coletivos. Em São Gabriel o número de domicílios vagos 1.036 particulares e 3 coletivos.

4.3.3. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Observa-se que houve evolução no IDHM dos 3 municípios apresentados, no período dos 10 anos. Em todos os municípios o índice supera 0,5 mostrando uma tendência de desenvolvimento médio, ao se comparar com o estado da Bahia em 2000 e em 2010 o que chama a atenção é o IDHM de Irecê, superior ao do estado sendo 0,592 em 2000 e 0,691 em 2010, o que corrobora para o caráter de crescimento do município como polo agregador no território de identidade Irecê.

Vale lembrar que o IDHM é agregador de outros indicadores, sua construção leva em conta indicadores de educação, longevidade e renda, estipulando uma média final entre os índices de cada uma dessas dimensões, portanto é necessário que sejam apresentadas as informações desagregadas desse índice. No quadro que segue são mostradas as desagregações do IDHM do ano de 2010 para cada um dos indicadores para que sejam identificados os desafios e potencialidades do município no que se refere ao desenvolvimento humano.

4.3.4. Comunidades Sensíveis ou Tradicionais nos municípios

- Comunidade na Área Diretamente Afetada ADA

Foram considerados para a Área de Influência Direta - ADA, o povoado conhecido como bairro Meia Hora em Irecê, as comunidades rurais de Queimada de Floriano e Angical em Irecê e Macedônia em João Dourado, além das comunidades remanescentes quilombolas de Descoberta e Serrinha localizadas em João Dourado.

- Remanescentes Quilombolas na AI

De acordo com o último documento disponibilizado pela Fundação Cultural Palmares em seu sítio na Internet, pode-se acessar a listagem de todas as comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) com certidões expedidas ou aguardando visita técnica, foram verificados um total de 23 comunidades remanescentes quilombolas certificados nos municípios da AI, Irecê, João Dourado e São Gabriel na Bahia, sendo elas Lagoa Nova, Baixão de Zé Preto, Sabino, Feitosa, Para Quedas, Serrinha, Lagoa do Meio, Descoberta, Lagoa dos Lundus, Mata do Milho, Riacho, Serra Azul, Salinas e Baixa das Cabaças, localizadas em Irecê. Na região de João Dourado estão Sertão Bonito, Angicão, Lagoa do Barro, Lagoa do Rozeno, Lagoinha, Carozal e Boa Hora. Em São Gabriel estão Buqueirão dos Carlos e Currealinho.

- Grupos Indígenas na AI

Após a verificação da relação dos territórios indígenas seguindo as regras da Lei vigente, e diretamente no sítio da internet da FUNAI, segundo empreendimento, não foram identificadas reservas ou terras demarcadas como territórios indígenas para os 3 municípios – Irecê, João

Dourado e São Gabriel - que compõem a Área de Influência Indireta - AII do empreendimento LT 138/230KV UFV Uberlândia - SE Irecê.

Dos projetos de Assentamentos rurais do INCRA na AII, estão PA Fazenda Jaguaracy, PA Fazenda Milagre, Mangaratiba, PA Fazenda Paraíso e PA Fazenda Sacrifício. Ao todo são um total de 3.663,81 ha de área, apenas no município de São Gabriel, distribuídos em 4 fazendas e com capacidade de atendimento para 102 famílias. Até o momento, esses assentamentos já abrigam 73 famílias desde o ano de 1998 (INCRA, 2016).

- Assentamentos INCRA na AII

Nos municípios da AII – Irecê, João Dourado e São Gabriel -, foram localizados um total de 4 assentamentos rurais do INCRA, sendo os 4 localizados São Gabriel.

4.3.5. Uso e Ocupação do Solo na AII – Estrutura Fundiária e Estrutura Produtiva da AII

A AII da LT envolve 3 municípios da Bahia, Irecê, João Dourado e São Gabriel.

Os municípios Irecê e João Dourado têm uma estreita relação entre seus históricos de ocupação e por João Dourado ter sido desmembrado do Território de Irecê. São Gabriel, por outro lado, teve uma formação essencialmente agrícola às margens de um manancial de água onde hoje é o conhecido “baixão” de São Gabriel, onde uma família de agricultores se fixou em busca de terras para sua produção.

Quanto à estrutura fundiária nos municípios da AII, predominam proprietários de terras atuando como produtores individuais ou coletivos, não existem produtores concessionários em Irecê e há grande quantidade de arrendatários em São Gabriel, 1313 hectares. Os comodatários com termo de autorização de uso sustentável são inexistentes em Irecê e João Dourado, mas ocorrem em 739 ha em São Gabriel.

Acerca dos assentamentos rurais, destacam-se 4 no total no município de São Gabriel são as Fazendas Jaguaracy, Fazenda Milagre/Mangaratiba, Fazenda Paraíso e Fazenda Sacrifício. Informações aprofundadas estarão na caracterização das comunidades sensíveis da AII. Acerca do que é produzido nos municípios da AII, a Tabela 27 mostra as principais culturas realizadas nas áreas rurais, bem como os rebanhos principais.

Irecê foi conhecida por muito tempo como a Capital mundial do Feijão, atualmente se sobressaem a lavoura permanente de frutas, concentrando sua maior produção em fruta-doconde, já as lavouras temporárias, o destaque é para feijão, o milho e a mamona no regime de sequeiro. O cultivo do tomate e da cebola ocorrem com uso de irrigação. Os principais rebanhos de Galináceos, bovinos e ovinos.

Em João Dourado, a Terra da Cebola, a cebola produzida por agricultura irrigada e o tomate abastecem a maior parte da região nordeste, as lavouras temporárias de mamona, milho e feijão ainda são presentes em muitas propriedades, no regime sequeiro. Acerca dos rebanhos os principais são bovinos, galináceos, ovinos, caprinos.

Em São Gabriel, as lavouras são temporárias sendo plantados mamona, milho grão, sorgo grão, feijão e a mandioca. Já os rebanhos destacam-se galináceos, ovinos, caprinos

4.3.6. Infraestrutura e Serviços disponíveis nos Municípios da All

- Rede de Transportes, Principais Acessos e Frotas dos Municípios da All

O município de Irecê por sua maior importância para o território do Irecê e por ser uma centralidade, possui maior oferta de linhas de ônibus interligando essa região a várias outras.

Sobre a frota de veículos dos municípios, observa-se que em Irecê é muito mais expressiva a quantidade total de veículos do que os outros dois municípios, cerca de 6 vezes maior que João Dourado e 10 vezes maior que São Gabriel. Esse fator é de se esperar porque a população de Irecê é maior que os demais municípios, enquanto Irecê possui 66.181 habitantes, João Dourado e São Gabriel possuem 22.549 e 18.427, respectivamente (IBGE, 2010), além de possuir maior quantidade de rodovias cruzando seu território, mais linhas de ônibus e a presença de um aeroporto.

- Geração, Transmissão e Uso da Energia nos Municípios da All

O consumo de energia elétrica é distribuído por classes: residencial, industrial, comercial, rural, serviços e poderes públicos e outros. O maior consumo nos três municípios é do setor residencial. No município de Irecê nota-se uma maior expressividade de consumo no setor comercial, diferente dos outros dois municípios, nos quais os valores não são tão altos se comparados aos demais setores.

Em João Dourado e São Gabriel, os setores comercial e rural estão com consumos próximos, diferente do que acontece em Irecê, sendo, provavelmente, devido a uma maior atuação do setor rural nesses municípios.

- Meios de Comunicação nos Municípios da All

Sobre os meios de comunicação disponíveis nos domicílios permanentes de Irecê, João Dourado e São Gabriel, nota-se uma grande quantidade dos bens Rádio, Televisão e Telefone Celular nos três municípios, principalmente Televisão. E o item de menor quantidade nos domicílios foi somente o telefone fixo.

- Saneamento Básico nos Municípios da All

O saneamento básico é um conjunto de serviços de infraestrutura básica que engloba distribuição de água, drenagem urbana, coleta de esgoto e coleta de resíduos sólidos. Quando adequadamente realizados, esses serviços contribuem com a qualidade de vida e a saúde da população, além de contribuir com a preservação do meio ambiente.

- Abastecimento de Água

A EMBASA é a principal prestadora responsável pelo abastecimento de água dos municípios de sedes inseridas integralmente na BHVJ. Ela abastece os municípios baianos de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentil do Ouro, Ibipeba, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.

A empresa atende grande parte da população dos municípios, no entanto, em relação à zona rural, apenas Irecê, Presidente Dutra e Ubaí possuem atendimento total. Os municípios de Ibititá, João Dourado, Jussara, Lapão e São Gabriel possuem atendimento parcial. Enquanto os demais, não possuem abastecimento de água pela EMBASA, utilizando de poços, cisternas, carros pipa e cursos d'água em geral (INEMA, 2017, p. 10).

Em relação aos municípios de Irecê, João Dourado e São Gabriel, comparando os dados disponibilizados pela EMBASA (2019), toda a população de Irecê é assistida pelo abastecimento de água, mas no caso de João Dourado e São Gabriel, nem toda população tem acesso.

- Esgotamento Sanitário

Comparando os dados disponibilizados pela EMBASA, para os três municípios, toda a população de Irecê é atendida por esgotamento sanitário. Enquanto os municípios de João Dourado e São Gabriel não são atendidos por esse serviço.

Por falta de esgotamento sanitário adequado, a população utiliza como meio de escoadouro as fossas, sendo elas sépticas ou rudimentares, valas ou cursos d'água (rio, lago ou mar), o que é um aspecto comum de locais não saneados. Esse problema provoca maior degradação ambiental, poluição dos rios, contaminação dos solos e, inclusive, dos lençóis freáticos.

A grande maioria dos domicílios dos três municípios possui banheiro e utilizam fossa rudimentar. Em seguida, no município de Irecê, está o uso de banheiro com rede geral de esgoto ou pluvial, e depois a fossa séptica. O município de João Dourado se caracteriza, em segundo lugar, pela falta de banheiro e sanitário e depois a presença de sanitário e fossa rudimentar. E por último, São Gabriel possui como segunda maior incidência também a falta de banheiro e sanitário, e banheiro com fossa séptica.

- Resíduos Sólidos

Sobre a destinação final dos resíduos sólidos, entre os municípios, apenas Irecê possui aterro sanitário, que começou a operar em 2017, coleta seletiva e catadores cooperados do Recicla Irecê. O principal órgão responsável pelos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana é a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SISP), caracterizada como administração pública direta. Antes o município possuía como destino final o lixão, que se encontra desativado.

Nos municípios de João Dourado e São Gabriel, o descarte final de resíduos é feito de forma inapropriada, por meio de "lixão", o que polui o solo, a atmosfera, as águas subterrâneas e traz o risco de doenças. Em relação a coleta seletiva, nenhum dos dois municípios possui, porém existem catadores nas ruas e nos lixões. No entanto, eles não são organizados, existe um sentimento de desunião e de disputa entre eles pela coleta dos materiais e, além disso, não há políticas nos municípios para resolver esta problemática.

- Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Através do diagnóstico realizado pela SNIS, foi observado que o município mais sujeito a problemas relacionados a drenagem e manejo de água pluvial inadequado é João Dourado, que teve ocorrência de 5 enxurradas nos últimos anos e possui domicílios em áreas de risco de

inundação. No entanto, é o único entre os três que possui em sistema exclusivo para drenagem urbana. Nenhum município possui um sistema de alerta de risco de alagamento, enxurradas e inundações. O município de São Gabriel não foi contemplado no levantamento.

- Saúde nos Municípios da All

Em relação à área da saúde, de acordo com as informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES/MS), existem 182 estabelecimentos de saúde no mês de janeiro de 2021 nos 3 municípios que compõem a All.

Estes números compõem-se majoritariamente por Unidades Básicas (32 unidades na All, sendo 23 em Irecê, 7 em João Dourado e 2 em São Gabriel), por Postos de Saúde (11 unidades na All), Clínicas especializadas, com destaque para o município de Irecê com 11 clínicas de atendimento referenciado na rede pública realizados na unidade da Policlínica Regional e na rede particular, onde existem 29 consultórios médicos isolados em diversas especialidades. Destacam-se também em Irecê 31 clínicas ou centros de especialidades.

Nessa estrutura de estabelecimentos existentes, os municípios da All, possuem uma estrutura de atendimento para serviços e saúde que compreende número de leitos hospitalares, número de médicos, enfermeiros, equipes de Programa de Saúde da Família- PSF.

Em guisa de considerações acerca da infraestrutura de serviços de saúde nos municípios da All, cabe salientar a existência de 1 Hospital Particular em Irecê, O Hospital de Atendimentos Médicos de Irecê-HAMI, o Hospital Regional de Irecê Dr. Mario Dourado Sobrinho e Hospital e Maternidade Josefa Ismael Sobral, que se transformou no centro de referência para atendimento COVID-19. Em João Dourado existe o Hospital Municipal Dr. Benedito Ney e em São Gabriel existe o Hospital Municipal de São Gabriel. Totalizando para a All 5 hospitais de atendimento Urgência e Emergência. No item que caracteriza a AID, são trazidas informações mais detalhadas dos hospitais em Irecê e João Dourado.

- Educação nos Municípios da All

O município de Irecê se destaca nesse índice no estado da Bahia, pois está entre os três melhores desempenhos considerando os 35 municípios mais populosos do estado (Prefeitura de Irecê, 2018) e o setor responsável pela educação do município é a Secretaria Municipal de Educação. A educação pública de Irecê dos anos iniciais tem uma média de 5,5, em 2018, o último realizado, houve crescimento de 1 ponto em relação à 2014. A taxa de analfabetismo também teve uma queda percentual de 16,60%, em 2000, para 12,30%, em 2010, ambas abaixo do percentual do estado da Bahia.

Sobre João Dourado, também houve melhora nos valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), entre 2011 e 2017 aumentou 0,6. No entanto, não foi um aumento tão expressivo quanto o do município anterior. Em relação à taxa de analfabetismo, também houve uma queda de 8% entre 2000 e 2010, porém ainda se encontra mais alta do que a porcentagem média estadual.

O município de São Gabriel foi o que mais teve melhora dos valores do Ideb entre 2011 e 2017, aumentou de 3,6 para 5, como também houve melhora na taxa de analfabetismo que caiu de

24,4% para 17,6% de 2000 para 2010.

- Assistência e Vulnerabilidade Social nos Municípios da All

Os três municípios possuem grande quantidade de fundações, entidades e associações privadas e sem fins lucrativos. No município de Irecê se destacam as unidades religiosas e de educação e pesquisa. João Dourado é o município com menor número de unidades, tendo destaque para as unidades de religião. E o município de São Gabriel possui destaque para as unidades de Desenvolvimento e Defesa de Direitos, educação e pesquisa, Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais e Associações Patronais, Profissionais e de Produtores Rurais.

- Meio Ambiente nos Municípios da All

Os três municípios fazem parte da Região de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA XVIII, composta pelas bacias hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (BHVJ), que está localizada no território do semiárido nordestino, dentro da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Fazem parte da BHVJ 29 municípios, dentre eles Irecê, João Dourado e São Gabriel, que possuem seus territórios totalmente inseridos nela (PRHVJ, 2017, p. 39-40).

Dentro do município de João Dourado é encontrada a barragem de Mata do Milho, localizada na área rural inserida no povoado de Mata do Milho, é uma barragem localizada no rio Jacaré, que faz parte da BHVJ, e que percorre os municípios de João Dourado e São Gabriel. Nesta região se localiza a Comunidade Remanescente Quilombola Mata do Milho.

- Economia Municipal da All – Produto Interno Bruto (PIB)

A evolução dos valores do PIB do município de Irecê mostra que a cada ano houve crescimento com diferença bastante acentuada se comparar a economia de 2013 com 2016 houve crescimento de 22,04%. Embora os valores sejam crescentes, o posicionamento de Irecê no ranking da Bahia passou de 36º colocado em 2013, para 31º em 2016, o que mostra o crescimento da economia diante dos demais municípios da região. Acerca da participação nos setores de atividades econômicas, Irecê mostra que há concentração econômica na atividade de comércio e serviços, representando 89,00% do seu PIB.

A evolução dos valores do PIB do município de João Dourado mostra que a cada ano houve crescimento e do ano de 2015 para 2016, este crescimento foi de 5,51%. Embora os valores sejam crescentes, o posicionamento no ranking da Bahia vem crescendo ao longo dos anos, a economia de João Dourado ante à economia baiana ocupava em 2013 a 157º lugar, em 2016 passou a ocupar a economia 145º. Acerca da participação nos setores de atividades econômicas, João Dourado mostra sua importância também na atividade de comércio e serviços, que representa 79,60% do seu PIB.

A evolução dos valores do PIB do município de São Gabriel mostra que entre os anos de 2013 a 2015, a economia municipal cresceu, mas houve queda na economia no ano de 2015 para 2016, esta queda foi de 3,33%. Embora os valores sejam ainda equilibrados, o posicionamento no ranking da Bahia decaiu ao longo dos anos, e em 2016 se tornou a 266º e em comparação a 2013 ocupava a 247º lugar entre os municípios. Acerca da participação nos setores de atividades econômicas, São Gabriel mostra sua importância também na atividade de comércio e serviços,

que representa 88,20% do valor do seu PIB.

- Agências Bancárias e Fluxo Financeiro

Avaliando o sistema financeiro dos municípios da All, percebe-se que economicamente Irecê possui maior centralidade financeira entre os 3 municípios mostrados. Possui 5 agências bancárias, registradas em 2018 e tem uma superioridade na totalização das movimentações financeiras, com depósitos superiores a 400 milhões de reais, além de valores recebíveis e das operações à crédito também serem maiores que João Dourado e São Gabriel.

- Emprego e Renda nos Municípios da All

O mercado de trabalho no município de Irecê se caracteriza pela oferta de 10.948 vagas de emprego em 1.505 estabelecimentos em 2017 mostrando crescimento dessas vagas em se comparar às informações do ano de 2014, um crescimento de 4,04% das vagas, refletido também no aumento do número de estabelecimentos. O salário médio também aumentou passando de R\$ 1.393,24 em 2014 para R\$ 1.705,60 em 2017, este aumento salarial de 22,42% em média foi superior aos aumentos do salário-mínimo nacional 6,38% nesse mesmo período. As vagas de emprego na construção civil foram as que ofertaram maiores incrementos salariais entre 2014 e 2017, corroborando para o destaque de centralidade e desenvolvimento da cidade no território Irecê. O balanço de admissões e demissões também mostra em 2017 um saldo positivo de 206 vagas.

O mercado de trabalho no município de João Dourado se caracteriza pela oferta de 1.394 postos de emprego em 128 estabelecimentos no ano de 2017, mostrando decréscimo do número de vagas se compararem com o ano de 2014, que foram 1.462 e em um número menor de empresas (110 estabelecimentos). O salário médio aumentou passando de R\$ 1.359,58 em 2014 para R\$ 1.961,16 em 2017, este aumento salarial de 44,22% em média foi superior aos aumentos do salário-mínimo nacional 6,38% nesse mesmo período. As vagas de emprego no setor da administração pública pressionaram o percentual de aumento salarial nos anos de 2014 e 2017. Sobre o balanço de admissões e demissões as informações mostram superávit em 2017 com um saldo positivo de 97 vagas.

Em São Gabriel, o mercado de trabalho se caracteriza pela oferta de 906 empregos em 68 estabelecimentos empresariais no ano de 2017, mostrando acréscimo do número de vagas se compararem com o ano de 2014, que foram 685 e em um número menor de empresas, 61 estabelecimentos. O salário médio aumentou passando de R\$ 1.105,28 em 2014 para R\$ 1.737,23 em 2017, este aumento salarial de 57,28% em média foi superior aos aumentos do salário-mínimo nacional 6,38% nesse mesmo período. As vagas de emprego no setor da administração pública pressionaram o percentual de aumento salarial nos anos de 2014 e 2017. Sobre o balanço de admissões e demissões as informações mostram balanço positivo em 2017 com um saldo de 4 vagas.

- Organização Social nos Municípios da All

Buscou-se identificar os principais movimentos sociais, organizações não governamentais – ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs e Fundações e suas respectivas linhas de atuação presentes nos 3 municípios da All.

Em Irecê, o processo organizacional corresponde ao perfil de centralidade e de status de município polarizados do território de identidade de Irecê. Foram encontradas 3 ONG's, 8 Sindicatos e 35 Associações, Fundações e Institutos.

No município de João Dourado, o processo organizacional é existente, compreendendo 2 ONG's, 3 Sindicatos e 1 Associação.

No município de São Gabriel, o processo organizacional é existente, compreendendo 1 ONG's, 1 Sindicato e 2 Associações, Fundações e Institutos.

Em relação às comunidades quilombolas foi apresentado O Estudo do Componente Quilombola (ECQ), elaborado a partir do Ofício 154/217/GAB/FCP/Minc , em resposta ao encaminhamento a Fundação Cultural Palmares (FCP) dos estudos ambientais do empreendimento denominado Complexo Fotovoltaico Irecê.

execução do presente ECQ foi notificado à Fundação Palmares protocolado pelo Ofício DIREG/Js 04235/2016, com registro no SIGAD 01420.012929/2016-79 referente a implementação de empreendimento fotovoltaico para geração de energia solar denominado como Complexo Fotovoltaico Irecê.

As comunidades que estão na área de influência do empreendimento foram contactadas para a construção do ECQ, cumprindo os requisitos da Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015.

5. Análise

PORTE DA ATIVIDADE/EMPREENDIMENTO

() Micro (**X**) **Pequeno** () Médio (**x**) Grande () Excepcional

IMPACTO AMBIENTAL (POTENCIAL DEGRADADOR)

() Pequeno (p) () Médio (m) (**X**) **Alto (a)**

FASE ATUAL DO EMPREENDIMENTO:

() **Localização** (X) Implantação () Operação

Descrição:

Este Parecer tem como objetivo subsidiar a análise técnica do INEMA quanto à concessão da Licença de Instalação, AMF e ASV da Linha de Transmissão de 138 kV SE Uberlândia - SE Irecê que será implantado no município de João Dourado.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, a referida atividade é caracterizada obra essencial de infraestrutura destinada ao serviço público de energia.

Os impactos previstos quando da implantação do empreendimento são considerados em planos e programas de potencialização, mitigação e de compensação cuja execução será condicionada durante a implantação do empreendimento, a fim de que estes possam ser maximizados, evitados, minimizados, mitigados e/ou compensados e possibilitem o acompanhamento das condições ambientais existentes e

suas possíveis alterações. Os planos e programas contemplam a adoção de ações corretivas para as situações em que forem identificadas alterações ambientais acima daquelas aceitáveis.

A seguir encontram-se relacionadas às Condicionantes Ambientais referentes à LT em pauta, constantes na Portaria INEMA Nº 24.506/ 2021 com seus respectivos atendimentos.

O detalhamento do atendimento às condicionantes encontra-se no relatório de Cumprimento de Condicionantes (RCC) apensado a este processo.

- I. Apresentar ao INEMA, quando requerer a Licença de Instalação, Projeto para o canteiro de obras com infra-estrutura provisória adequada e medidas preventivas e corretivas dos impactos ambientais a serem gerados nas atividades, sendo : a) de estruturas de apoio e infra-estrutura: canteiro de obras, oficinas, pátios de montagem, dentre outros; b) sistema de abastecimento de água, de tratamento e destinação de efluentes sanitários; c) Sistema de Drenagem das vias de acesso interno e externo; d) Da via de acesso a ser implantada dentro da faixa de servidão do empreendimento para fins de construção das praças de torres e lançamento de cabos, bem como manutenção da linha, demarcando a largura necessária à supressão de vegetação; II. Apresentar ao INEMA, quando requerer a Licença de Instalação, Projeto Básico atualizado de implantação do empreendimento, incluindo cronograma físico e descrição das fases do projeto de engenharia e infraestrutura, localização das torres, áreas de empréstimo e bota-fora (com estimativas de volumes de cortes e aterros);

v) Projeto de Drenagem de águas superficiais; x) Programa de Manutenção da Faixa de Servidão;

Em atendimento com justificativa

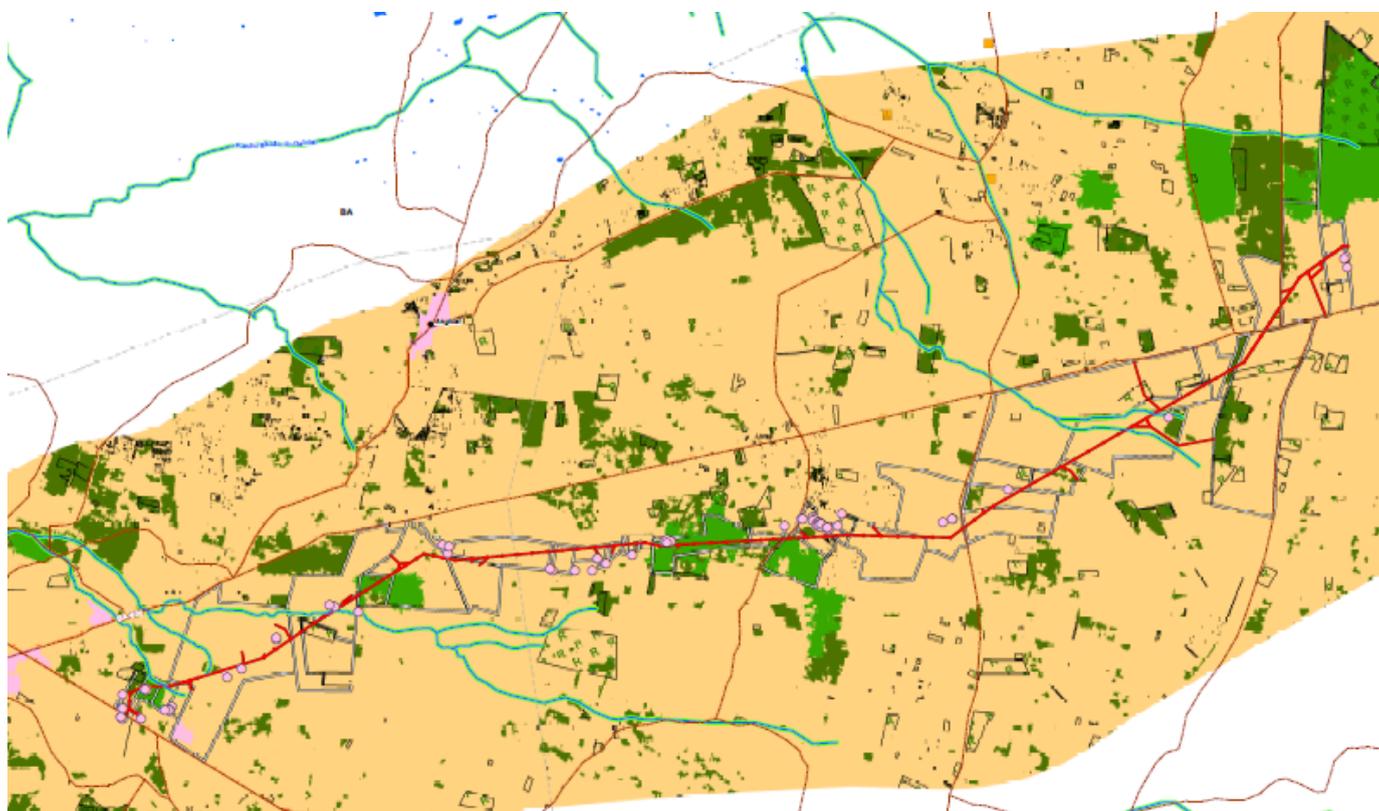
Foi apresentado o projeto básico do empreendimento e dados de caracterização do empreendimento já foram contemplados neste Parecer.

O empreendedor informa que a definição e o licenciamento de um Canteiro de Obras específico para a Linha de Transmissão 138 kV SE Uberlândia - SE Irecê será escopo da empreiteira a ser contratada para execução das obras de implantação do empreendimento. Sendo assim, será condicionado a definição e regularização do referido canteiro antes de qualquer intervenção, considerando-se as especificidades de um empreendimento linear, com normamente várias frentes de serviços móveis que não implicam estruturas de canteiro de obras rígidas, sendo necessários mais equipamentos para realização de fundação e montagem das torres.

Em relação aos acessos, de um modo geral, serão utilizados acessos existentes e o uso da faixa de serviço, tendo sido apresentado quadro indicativo da necessidade ou não de acesso por trecho da linha, bem como mapa com sua localização.

LT 138 W/ RECE - LIBERLÂNDIA					
TORRES/VÉRTICES	E (M)	N (M)	TIPO DE TORRE	ACESSO	NECESSIDADE DE ABERTURA ACESSO NOVO
PORTICO SE IRRECE	103026.857	8749394.021	PORTICO SE IRRECE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A SUBESTAÇÃO	NÃO
2	193061.788	8749410.009	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA PORTICO	NÃO
3	142968.858	8749431.084	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 2	NÃO
V1-d	143148.940	8749451.940	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A RODOVIA RA.003	SIM
5	193157.469	8749469.795	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 4	NÃO
V2-6	193166.400	8749482.010	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 5	NÃO
V3-7	193156.531	8749480.372	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 6	NÃO
8	193774.466	8749365.609	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 7	NÃO
V4-5	193962.129	8749362.286	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 10	NÃO
16	144233.053	8749338.193	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
11	194376.481	8749390.308	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
12	194507.196	8749120.520	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
13	104972.941	8749283.784	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 14	NÃO
14	195469.748	8749399.147	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V6-15	195617.317	8749423.535	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
16	148076.081	8749494.284	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
17	108355.998	8749609.672	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
16	195554.293	8750003.083	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 17	NÃO
V6-19	198838.810	8750222.910	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 18	NÃO
26	107025.823	8750347.384	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 19	NÃO
21	197413.015	8750292.787	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
33	147874.450	8750757.731	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 21	NÃO
23	197968.571	8750874.179	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 22	NÃO
24	198059.947	8751028.605	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 23	NÃO
25	198887.892	8751272.005	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
26	198843.297	8751370.474	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
27	198861.021	8751509.172	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 25	NÃO
V7-28	199011.670	8751803.450	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 27	NÃO
29	109193.113	8751588.315	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 30	NÃO
36	199367.593	8751824.474	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V8-31	199638.160	8751475.680	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
32	109558.348	8751505.722	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
33	200271.286	8751534.941	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
34	200668.797	8751562.715	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 33	NÃO
35	200867.150	8751590.578	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 34	NÃO
36	201156.016	8751017.790	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 35	NÃO
37	201456.307	8751643.592	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 36	NÃO
38	201761.184	8751874.051	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 38	NÃO
39	202055.192	8751701.501	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 40	NÃO
40	202387.356	8751732.515	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A ACESSO EXISTENTE	SIM
41	202748.707	8751770.923	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA A ACESSO EXISTENTE	SIM
42	203225.537	8751810.888	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 43	NÃO
V9-43	203407.020	8751827.720	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
V10-d4	203704.458	8751784.674	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
45	204079.029	8751798.287	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA AO ACESSO EXISTENTE	SIM
46	204378.828	8751803.592	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 45	NÃO
47	204723.505	8751823.485	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 46	NÃO
48	205031.580	8751841.298	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 47	NÃO
49	205390.758	8751862.131	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVES DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 48	NÃO

50	205706.329	8751930.104	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 51	NÃO
51	205993.042	8751934.394	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 52	NÃO
52	206295.519	8751914.232	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
53	206320.417	8751933.240	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
54	206976.096	8751933.419	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
55	207210.952	8751935.954	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
V11+85	207435.787	8751979.988	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 55	NÃO
57	207751.470	8751972.257	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 56	NÃO
58	208030.820	8751933.775	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
59	208420.957	8751935.814	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 58	NÃO
60	208737.435	8751940.938	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 56	NÃO
61	209121.215	8751939.656	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 56	NÃO
V12+82	209477.870	8751929.895	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 61	NÃO
63	209704.749	8752058.570	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
64	209926.380	8752287.949	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
65	210137.524	8752420.540	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
V13+88	210322.853	8752585.697	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
67	210591.265	8752957.470	AUTOPORTANTE SUSPENSÃO	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
68	210874.779	8752378.232	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
69	211158.562	8753042.078	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 66	NÃO
70	211411.010	8753197.422	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 66	NÃO
71	211898.221	8753347.278	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
72	211932.014	8753488.101	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 71	NÃO
73	212210.544	8753546.710	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 72	NÃO
74	212519.669	8753526.345	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 73	NÃO
75	212809.596	8753662.198	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 74	NÃO
76	213080.342	8754150.053	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
77	213367.549	8754315.303	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
78	213653.824	8754480.754	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
79	213948.067	8754631.075	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 79	NÃO
80	214206.787	8754799.512	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 79	NÃO
81	214501.517	8754959.813	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 83	NÃO
82	214753.908	8755115.125	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 81	NÃO
83	215021.254	8755255.251	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 82	NÃO
V14+94	215307.670	8755424.397	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 85	NÃO
85	215674.338	8755559.759	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 88	SIM
86	215949.505	8755677.084	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
87	215626.463	8755226.300	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
88	215999.728	8755948.425	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
89	216113.633	8755889.525	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
90	216271.855	8755910.489	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
V15+91	216415.205	8757130.401	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 91	NÃO
92	216580.250	8757245.703	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
V14+93	216637.717	8757425.745	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DO ACESSO PROJETADO QUE INTERLIGA O ACESSO EXISTENTE	SIM
94	217072.794	8757905.804	SUSPENSÃO TRUSSPOLE	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 93	NÃO
V16+95	217264.317	8757742.889	AUTOPORTANTE ANCORAGEM	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A TORRE 94	NÃO
PÓRTECO NA LINHA/ÁREA	217356.891	8757751.392	PÓRTECO NA LINHA/ÁREA	ATRAVÉS DA FAIXA DE SERVIÇÃO QUE SE CONECTA A SUBESTAÇÃO	SIM



Acessos marcados em vermelho

- III. Realizar Reuniões Públicas com as comunidades localizadas na área de influencia direta do empreendimento, a fim de informar a população a respeito do projeto e seus impactos, bem como as ações e cuidados necessários às fases de implantação e operação da LT. Apresentar ao INEMA, quando requerer a Licença de Instalação, ata de reunião com registro fotográfico. Elaborar relatório de demandas, questionamentos das reuniões e soluções apresentadas à comunidade;

Em atendimento com justificativa

O empreendedor solicita que seja repetida esta condicionante na LI .

IV. Apresentar ao INEMA, quando requerer a Licença de Instalação, Projeto de Prospecção Arqueológica, histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta e indireta do empreendimento, bem como um posterior Projeto de Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial; e, se couber, apresentar Autorização Prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), quando o empreendimento se localizar em sítios históricos, arqueológicos, culturais e paisagísticos;

XIII- Apresentar as devidas autorizações do IPHAN, para a fase de instalação do empreendimento, em conformidade com a Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015.

r) Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial aprovado pelo IPHAN;

Em atendimento com justificativa

O processo de licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 138kV SE Uberlândia - SE Irecê tramita na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Bahia (IPHAN/BA), sob o processo de nº 01502.000392/2021-51.

O empreendimento, enquadrado como Nível III por meio do Termo de Referência Específico (TRE Nº 41 / IPHAN-BA), obteve anuência para a Licença Prévia (LP) através do PARECER TÉCNICO nº 399/2021/COTEC IPHAN-BA/IPHAN-BA (SEI 2838924) e Ofício Nº 2405/2021/IPHAN-BA-IPHAN (SEI 2844504), sendo necessário a apresentação de Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA).

O PAIPA para a Linha de Transmissão contemplando a proposta de prospecção arqueológica protocolado foi aprovado por meio do Ofício Nº 1994/2022/IPHAN-BA-IPHAN, com publicação da Portaria Autorizativa nº 25, no dia 23 de maio de 2022 . Com isso, os trabalhos de campo à luz da metodologia aprovada no Projeto estão em andamento, cujos resultados serão apresentados no âmbito do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA).

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 96, segunda-feira, 23 de maio de 2022

33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Aquazul Indústria e Comércio de Camarão Ltda
Empreendimento: Fazenda Private
Processo nº 01496.000047/2022-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Fazenda Private
Arqueóloga Coordenadora: Talita dos Santos Silva
Arqueóloga de Campo: Talita dos Santos Silva
Área de Abrangência: Município de Granja, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

34-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pinhal II Empreendimentos SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Vista dos Pinheiros II
Processo nº 01506.000326/2020-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Vista dos Pinheiros II
Arqueólogo Coordenador: Gabriel Rodrigues Vespasiano

Área de Abrangência: Municípios de Bom Sucesso do Sul e Itapejara d'Oeste, estado do Paraná
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

43-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solar Irecê 3 - SIR3 Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 138kV SE Uberlândia - SE Irecê
Processo nº 01502.000392/2021-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Linha de Transmissão 138kV SE Uberlândia - SE Irecê
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Pedro Henrique de Oliveira Pimenta Sousa
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB - Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Municípios de João Dourado e Irecê, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

- V. Apresentar, quando do requerimento da Licença de Instalação: a) autorizações de passagem para fins de montagem e manutenção da linha de transmissão, devidamente registradas em cartório, de todas as propriedades por onde o traçado da Linha irá intervir, bem como documento comprobatório de propriedade ou posse dos imóveis rurais relacionados; b) documento de acordo com os detentores de direitos minerários situados na faixa de servidão ou adequações de traçado cabíveis, conforme mapa e quadro de áreas oneradas apresentadas ao INEMA;

Em atendimento

Conforme já abordado neste Parecer, das 50 propriedades na faixa de servidão do traçado, há a anuência de 44 . O empreendimento dispõe de DUP que foi anexada ao processo e será condicionado que intervenções em propriedades pendentes somente ocorram com anuência ou autorização judicial.

VI. ((Apresentar, quando do requerimento da Licença de Instalação, os seguintes Planos e Programas com respectivas ART's dos profissionais responsáveis: a) Programa de Gestão e Supervisão Ambiental; b) Programa Ambiental da Construção; c) Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) contemplando Plano de Revegetação, Recuperação ou Enriquecimento de Vegetação - PREV em Área de Preservação Permanente e ou Reserva Legal, cinturão verde, paisagismo e enriquecimento florístico, utilizando espécies nativas da região,")

Atendido

Foram apresentados os referidos programas com as diretrizes e ações propostas.

O Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) tem como objetivo promover a recomposição de áreas degradadas pela implantação da LT em foco, mediante técnicas de estabilização do terreno, de remediações em eventuais locais contaminados, bem como replantio de espécies herbáceas e reflorestamento com espécies nativas, recompondo habitats para a fauna originalmente presente e possibilitando a formação de corredores ecológicos através da união dos fragmentos florestais. As áreas selecionadas neste programa são indicadas a seguir:

- Áreas destinadas à implantação dos canteiros de obras;
- Áreas de jazidas e caixas de empréstimos de material;
- Áreas de bota-fora de materiais para a deposição de volumes excedentes;
- Locais com feições de fenômenos erosivos evoluídos ou de movimentos de massa;
- Áreas com passivos ambientais resultantes das atividades de instalação do empreendimento;
- Caminhos de serviço e acessos provisórios.

d) Estudo Ambiental para Supressão de Vegetação Nativa, contendo: Identificação do empreendimento (nome, área e local) projeto técnico do empreendimento ou atividade a ser implantado, descrevendo a ocupação econômica atual e projetada das propriedades, e demonstre a sua viabilidade técnica e econômica, contemplando o Estudo da Relação Fauna e Flora;

Atendido

Foi apresentado o Inventário florestal do empreendimento

e) Plano de Resgate e Monitoramento das espécies da flora, incluindo medidas de resgate e/ou transposição de elementos da flora nativa, com implantação de viveiro de mudas;

g) Plano de Desmate contendo: g.1) Inventário Florestal com parcelas mais representativas das áreas a serem suprimidas, valores de supressão convertidos de m³ para estéreo/volume de lenha empilhada e mdc e números de indivíduos a ser suprimido do empreendimento; g.2)

Declaração do aproveitamento socioeconômico e ambiental de produtos e/ou subprodutos oriundos de supressão de vegetação nativa, conforme Anexo III-5 da Portaria INEMA nº 11.292/2016
Atendido

Conforme critérios e procedimentos descritos no Plano de Resgate de Flora, o resgate da vegetação nativa na área do projeto envolverá a coleta de sementes, plântulas, mudas e indivíduos vegetais adultos, além da destinação adequada dos resíduos orgânicos e do solo superficial provenientes da supressão vegetal, os quais contêm o banco de sementes do solo e raízes propícias a reproduzirem a vegetação suprimida. Esses procedimentos contribuirão para a preservação de amostras das espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção a terem suas populações impactadas. Em adição ao resgate de flora é possível distribuir mudas, formar coleções e contribuir para a Rede de Sementes da Caatinga e realizar a realocação de plantas, permitindo o estabelecimento de novas comunidades vegetais.

Em relação ao Plano de Supressão de Vegetação apresentado, consta do mesmo que o avanço do desmate deverá ser feito de forma gradativa, iniciando-se nas áreas de acesso e, posteriormente, nas demais áreas destinadas às estruturas a serem implantadas, devendo ser dividida em talhões conforme a necessidade de liberação de área pelo empreendedor. A derrubada da vegetação deve seguir em direção à região que não será desmatada, visando facilitar o deslocamento da fauna em busca de novos ambientes.

Podem-se destacar as seguintes diretrizes básicas a serem adotadas:

- Demarcação prévia das áreas a serem desmatadas e a serem preservadas;
- Realização do desmatamento no sentido oposto às comunidades e adensamentos populacionais mais próximos, na medida do possível, para privilegiar o afastamento da fauna para o lado contrário;
- Proibição do uso do fogo como método de limpeza prévia nas áreas a serem limpas;
- Proibição da caça, captura de animais ou coleta de plantas;
- Utilizar apenas motosserras regularizadas junto ao IBAMA;
- De forma alguma descartar resíduos no ambiente, sendo obrigação sua adequada destinação pelas equipes envolvidas;
- Uso de combustível, óleos e graxas, deverão ser foco de especial atenção para que não ocorra escape de substâncias para o ambiente. É obrigatório o uso de recipientes (bacias, vasilhas, etc.) para conter esse material;
- Fornecer e determinar obrigatoriedade do uso de EPI's (equipamentos de proteção individual) pelos funcionários envolvidos nas atividades de supressão, incluindo equipamentos de proteção da cabeça, dos olhos, dos pés, das mãos, proteção auditiva, proteção contra queda de alturas acima de 2,0 metros e proteção contra acidentes com animais peçonhentos;
- O respeito aos proprietários rurais e moradores locais, incluindo os imóveis arrendados para fins do empreendimento, deverá permear todas as ações, devendo comunicar aos moradores qualquer ação nas proximidades de suas moradias ou que interfiram em suas atividades cotidianas;

• Todo o material lenhoso deverá ser aproveitado: os produtos e subprodutos originados das atividades de supressão da vegetação nativa deverão ter aproveitamento socioeconômico e ambiental indicado em declaração preenchida pelo empreendedor.

Para operação de corte será empregado, inicialmente, o método semimecanizado com utilização de motosserras para derrubada, visando o melhor aproveitamento da madeira e a minimização dos impactos sobre a fauna e flora locais. Todas as motosserras utilizadas deverão estar devidamente registradas e legalizadas junto ao IBAMA, cujo registro deverá estar disponível no local da atividade.

Além disso, todos os operadores de motosserra, assim como os auxiliares, deverão possuir treinamento específico para a atividade a ser desenvolvida, comprovados através dos registros dos cursos de capacitação.

Após o desbaste, os indivíduos arbóreos serão desgalhados e traçados. O desgalhamento consiste na remoção dos galhos de forma a manter o fuste o mais retilíneo possível, sendo este de valor comercial ou não. O traçamento consiste no particionamento do fuste e galhos com rendimento lenhoso em toras e toretes, conforme sua composição, dimensão e qualidade da madeira.

O material lenhoso das árvores a serem suprimidas deverá, preferencialmente, ser traçado nos seguintes comprimentos para cada classe de diâmetro do tronco ou galhos, considerando as características de cada espécie e os tipos de uso:

- Madeira de baixa a média qualidade com diâmetro entre 3 e 30 cm: lenha;
- Madeira de qualidade com diâmetro entre 5 cm e 30 cm deverão ser cortadas em seções de 2,20m para destinação a mourões ou estacas de cerca;
- Porções pequenas dos troncos deverão ser destinadas como lenhas;
- Diâmetro > 30 cm pertencentes a espécies madeireiras serão serradas em toras com a maior metragem possível e destinada à marcenaria.

Outro uso que deve ser avaliado é seu emprego em cercas para caprinos e ovinos na região, para as quais se usam tradicionalmente galhos finos (diâmetro > 3cm) para promover a contenção dos animais.

O material vegetal sem aproveitamento lenhoso deve ser destinado como material para incorporação de matéria orgânica e/ou técnicas de nucleação na recuperação de áreas degradadas, seja no âmbito de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), ou utilização para em áreas impactadas do entorno.

Empilhamento (Enleiramento) e Transporte

Após o traçamento, todo material lenhoso deverá ser retirado da área de desmate, podendo usar tração animal ou tratores, dependendo da logística definida pela equipe responsável. O empilhamento deverá ser realizado e as leiras serão dispostas, temporariamente, em área de estocagem localizada preferencialmente dentro dos limites da área de intervenção e de forma a facilitar o processo de carregamento e transporte do material para pátio de estocagem definitivo.

O enleiramento tem como objetivo organizar as toras traçadas para o transporte do material lenhoso.

O material deverá ser empilhado em pequenas pilhas separadas conforme seu diâmetro e comprimento. A área escolhida deverá ser a mais plana possível com as toras dispostas em sentido transversal ao declive do terreno, permitindo a secagem e posterior baldeio para o pátio de estocagem definitivo. Deve se situar fora de canal de drenagem pluvial e de APP e desprovida de cobertura vegetal arbórea.

f) Plano de Salvamento (Afugentamento e Resgate) da Fauna contemplando as fases de implantação e operação com carta de aceite das instituições depositárias de material biológico oriundo das atividades de intervenção do empreendimento;

h) Plano de Monitoramento da Fauna na área de influencia direta (AID), realizada pelo menos em duas estações climáticas (seca e chuvosa) e área diretamente afetada (ADA) do empreendimento, incluindo as espécies ameaçadas, para todos os grupos (mastofauna não alada, quiropteroфаuna, avifauna e herptofauna) podendo ser inserido no Plano de Monitoramento da Fauna;

Estes planos deverão ser executados de forma integrada.

Como objetivos específicos do plano de afugentamento da fauna, podem ser destacados:

- Realizar inspeções prévias ao início do processo de supressão vegetal com o objetivo de afugentar a fauna ou resgatar antecipadamente espécimes com limitada locomoção;
- Acompanhar a supressão de vegetação para abertura de acessos e instalação das placas fotovoltaicas e demais estruturas necessárias à obra;
- Realizar o afugentamento, captura e manejo de indivíduos da fauna;
- Registrar e catalogar todos os espécimes capturados, assim como seus dados biológicos, ecológicos, sanitários, de captura e seu destino final, como forma de complementação do inventário faunístico;
- Propor medidas de mitigação e alterações do processo construtivo ou de etapas de manutenção visando à não interferência e/ou a minimização de eventuais impactos sobre a fauna;

Na etapa anterior à execução da supressão, deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes ações:

- Emissão da Autorização para Supressão de Vegetação - AMF - por parte do INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Escolha de Instituições credenciadas e autorizadas, tais como Museus, Universidades e Zoológicos, para parcerias em caso de recebimento de animais eventualmente capturados vivos ou coletados mortos (carcaças, peles, etc.) para serem incorporados em suas respectivas coleções;
- Assinatura de termos de parceria com Clínica Veterinária nos municípios próximos - neste caso, no município de Orolândia/BA - para realização de eventuais atendimentos a animais silvestres;
- Planejamento dos trabalhos de acompanhamento da supressão vegetal, afugentamento e ações de manejo e resgate de fauna;
- Avaliação e definição prévia de áreas potencialmente receptoras da fauna eventualmente resgatada;
- Treinamento e orientação dos auxiliares da equipe do programa;

- Acompanhamento e direcionamento das ações de supressão vegetal na ADA, realizando o constante afugentamento de espécies e realizando eventuais resgates apenas de indivíduos com baixa capacidade de deslocamento e dispersão;
- Relocação das espécies eventualmente capturadas in vivo para as áreas adjacentes previamente escolhidas;
- Orientações sobre o correto armazenamento, triagem e coleta de informações das espécies eventualmente coletadas, e direcionamento para as Instituições receptoras parceiras previamente escolhidas.

Como objetivos específicos do programa de monitoramento da fauna, podem ser destacados:

- Monitorar a ocorrência das espécies da fauna terrestre nas áreas de influência do Empreendimento em suas diferentes fases;
- Identificar e monitorar com especial atenção espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, de importância cinegética ou invasoras com ocorrência na área de interesse;
- Elaborar e apresentar lista de espécies registradas de cada grupo faunístico monitorado, atentando para novos registros de ocorrência para a região e indicando o tipo de registro, o grau de ameaça e de endemismo das espécies;
- Calcular parâmetros de riqueza e abundância de cada grupo faunístico monitorado;
- Comparar os resultados qualitativos e quantitativos encontrados entre as diferentes campanhas, períodos (seco e chuvoso), fases do Empreendimento (pré-instalação x instalação x operação) e ambientes considerados (impactado x controle);
- Investigar os possíveis impactos associados ao Empreendimento sobre a fauna e a efetividade das suas respectivas medidas mitigadoras;
- Identificar impactos negativos não previstos sobre a fauna e propor as devidas medidas mitigadoras, especialmente para aquelas espécies ameaçadas de extinção, raras ou endêmicas;
- Contribuir para o incremento do conhecimento regional da fauna;

i) Programa de Medidas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, contemplando os períodos pré e pós estação chuvosa, incluindo as medidas de proteção dos córregos intermitentes situados na AID;

Atendido

Os principais objetivos dos referidos programas são:

- Caracterizar e hierarquizar as áreas críticas de processos erosivos e movimentos de massa na ADA e AID do empreendimento com foco nas encostas marginais, acessos à obra, vias de acesso ao empreendimento e faixa de serviço;
- Promover a normalização das áreas onde houver intervenções, diminuindo o tempo de exposição dos solos;
- Controlar os processos erosivos de carreamento de sedimentos que provocam o assoreamento, além de verificar se todos os dispositivos foram adequadamente implantados;
- Orientar as obras de contenção dos processos erosivos e movimentos de massa, especialmente nos sistemas de drenagem e a revegetação;

- Contribuir na redução da carga sólida carregada pelas chuvas para os cursos d'água, originárias de processos erosivos contínuos ou periódicos a que estarão sujeitos os taludes e outras áreas propícias à erosão;
- Proteger as áreas críticas durante a construção e aquelas consideradas de risco após a fase construtiva, através da redução da velocidade da água e redirecionamento do escoamento superficial;
- Manter severo monitoramento das condições do solo das áreas diretamente afetadas pelo empreendimento, sob o ponto de vista pedológico;
- Cadastrar os pontos de instabilidade que surgirem após a fase de construção;

j) Programa de Sinalização e Controle de Tráfego, atentando para a implantação da sinalização de acordo com o andamento das obras das vias de acesso;

Atendido

k) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, fazendo constar no relatório pertinente a definição exata dos locais de disposição temporária dos resíduos e informações referentes às empresas contratadas para transporte e disposição final dos resíduos não reutilizáveis, se for o caso;

Atendido

O Quadro abaixo apresenta a descrição de cada tipo de resíduo que se estima gerar durante a implantação do empreendimento, sua fonte, sua classificação de acordo com a ABNT NBR nº 10.004:2004, e as alternativas de acondicionamento e de destinação final correspondente.

Inventário de resíduos esperados na implantação do empreendimento.

Origem	Descrição	Classificação (ABNT 10.004/2004)	Disposição	Destinação Final
Canteiro central e locais de implantação das Torres da LT	Entulhos de construção	Classe II B	Contêineres	Reutilização ou disposição em áreas de bota-fora autorizadas ou disposição em aterro sanitário
	Embalagens de aditivos de concreto	Classe I	Contêineres	Disposição em aterro sanitário industrial
	Restos de madeira	Classe II B	Contêineres ou baias sinalizadas	Reciclagem/reutilização/doação para moradores locais
	Metal (ferro, aço, fiação revestida, arames, clipes, etc.)	Classe II B	Contêineres ou caçambas	Reciclagem/reutilização
	Plásticos (embalagens, copos, etc.)	Classe II B	Bags ou fardos devidamente sinalizados	Reciclagem
Canteiro central e locais de implantação das Torres da LT	Papelão (caixas de embalagens dos insumos utilizados na obra) e papéis (escritórios).	Classe II B	Bags ou fardos devidamente sinalizados	Reciclagem
	Restos de uniforme, botas, panos, trapos, sem contaminação de produtos químicos.	Classe II B	Bag	Disposição em aterro sanitário

Origem	Descrição	Classificação (ABNT 10.004/2004)	Disposição	Destinação Final
Oficinas Mecânicas	Trapos sujos com graxa ou óleo, embalagens contaminadas, resíduos oleosos, filtros de óleo	Classe I	Contêineres	Disposição em aterro sanitário com célula específica para resíduo classe I
	Óleo usado	Classe I	Reservatório temporário de óleo usado	Destinação final em resíduo industrial, reciclagem ou co-processamento
	Têxteis (toalha industrial e estopa)	Classe I	Contêineres	Disposição em aterro sanitário com célula específica para resíduo classe I
Administrativos, Operacionais e refeitórios	Pilhas e baterias	Classe I	Recipiente identificado	Estabelecimentos comerciais ou rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias para destinação adequada
	Lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	Classe I	Caixas de embalagem originais do produto	Processo de descontaminação e reciclagem
	Vidro, plásticos, papéis, papelão, metais	Classe II B	Recipientes identificados	Reciclagem
	Restos de alimentos e suas embalagens, copos plásticos usados, papéis sujos (refeitório, sanitários e áreas de vivência)	Classe II A	Recipientes adequados e identificados	Disposição em aterro sanitário
	Resíduos Infectocontagiosos (ambulatorio)	Classe I	Tambores identificados	Incineração e posterior disposição em aterros sanitários

I) Plano de Controle e Monitoramento de Ruído e Emissão de Material Particulado;

Atendido

Plano de Controle de Ruídos

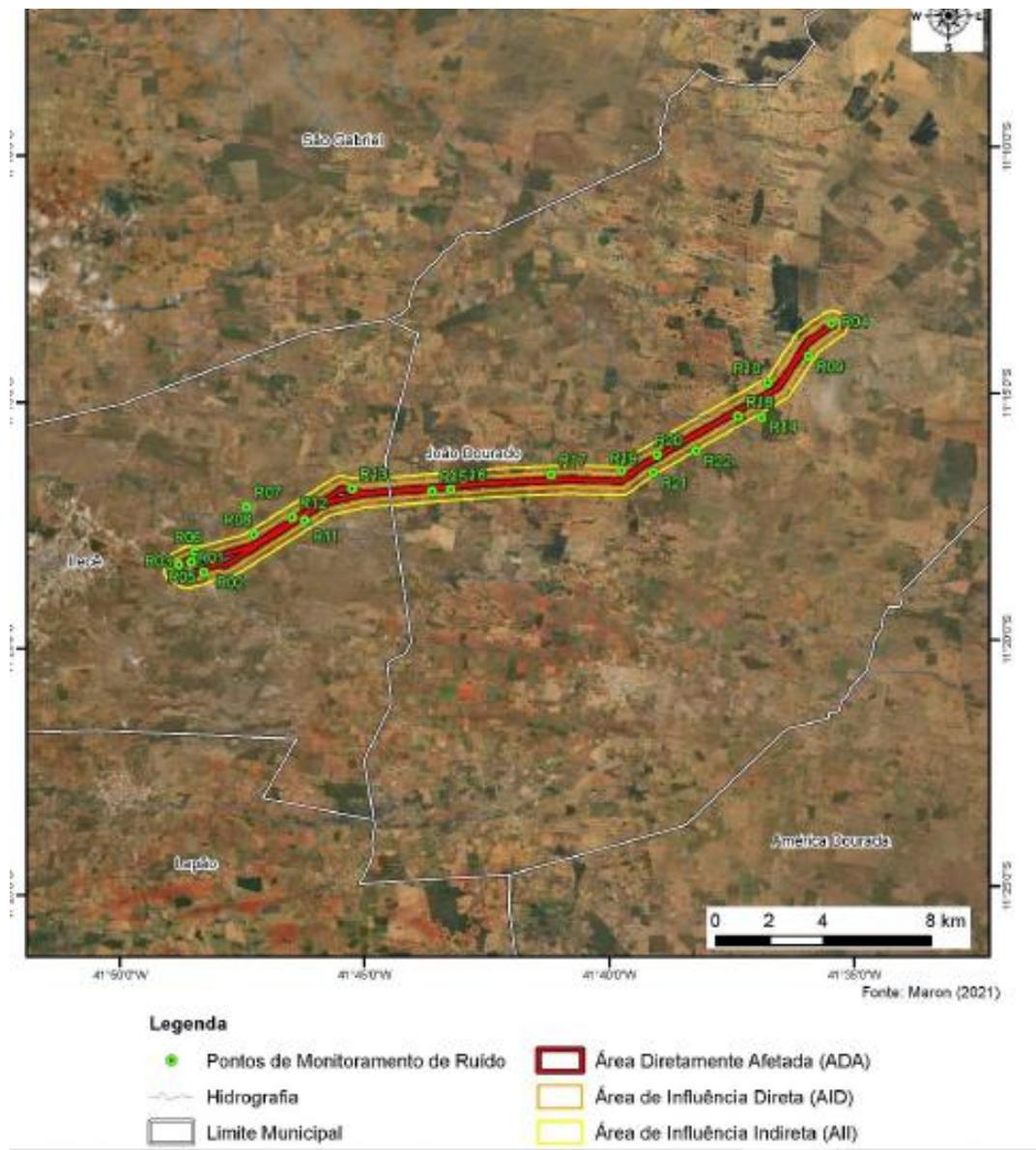
A implantação da Linha de Transmissão 138/230 kV SE Uberlândia - SE Irecê necessitará de atividades como abertura e ampliação de acessos, abertura da faixa de serviço, abertura e operação de áreas de empréstimo e bota-fora, construção de bases das torres, transporte de equipamentos, materiais e pessoas, transporte e operação de maquinários pesados, entre outras. Tais atividades são geradoras, além de outros impactos ambientais, de ruídos sonoros.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 001/90, a emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas podem ser prejudiciais à saúde e ao sossego público, portanto deve obedecer às diretrizes propostas pela Norma NBR 10.151/2019, que estabelece os níveis sonoros aceitáveis em diferentes ambientes, rurais ou urbanos.

Os procedimentos empregados para a medição dos níveis de ruído terão como base a NBR 10.151/2019, e a L11032/1992 da CETESB

No âmbito do monitoramento periódico de ruídos, propõe-se o acompanhamento de 22 pontos de monitoramento, em destaque na Figura e Quadro a seguir. Como critério para a seleção dos pontos,

foram pré-identificadas edificações em propriedades rurais e comunidades próximas as estruturas do empreendimento. É importante destacar que novos pontos poderão ser acrescentados ou relocados, caso necessário, conforme necessidades identificadas ao início da implantação pela equipe de gestão ambiental do empreendedor.



Pontos de monitoramento de ruídos.

Ponto de Medição	Coordenadas UTM (Datum SIRGAS 2000 – Fuso 24S)		Tipo de Área conforme NBR 10.151
	E	N	
R01	193945.00	8748486.00	Área de residências rurais
R02	193018.00	8748765.00	Área de residências rurais
R03	193485.00	8748877.00	Área de residências rurais
R04	193633.00	8749256.00	Área de residências rurais
R05	195539.00	8750936.00	Área de residências rurais
R06	195821.00	8749905.00	Área de residências rurais
R07	216447.00	8756569.00	Área de residências rurais
R08	214923.00	8755564.00	Área de residências rurais
R09	197698.00	8750428.00	Área de residências rurais
R10	197231.00	8750545.00	Área de residências rurais
R11	199487.00	8751614.00	Área de residências rurais
R12	214692.00	8754275.00	Área de residências rurais
R13	202449.00	8751504.00	Área de residências rurais
R14	203144.00	8751583.00	Área de residências rurais
R15	206885.00	8752142.00	Área de residências rurais
R16	213812.00	8754320.00	Área de residências rurais
R17	209508.00	8752296.00	Área de residências rurais
R18	210812.00	8752880.00	Área de residências rurais
R19	210684.00	8752227.00	Área de residências rurais
R20	212256.00	8753037.00	Área de residências rurais
R21	192996.00	8748321.00	Área de residências rurais
R22	217297.00	8757799.00	Área de residências rurais

O programa de monitoramento de material particulado tem os seguintes objetivos específicos:

- Propor e implementar ações para controlar as emissões de material particulado e fumaça preta de veículos e equipamentos vinculados ao empreendimento;
- Estabelecer medidas de controle das emissões atmosféricas;
- Realizar ações preventivas para reduzir a emissão de poluentes e particulados, associados ao ambiente da obra, bem como comunidades e vias próximas a área do empreendimento.

O público-alvo do referido programa são os trabalhadores e colaboradores envolvidos no empreendimento, bem como a população que está inserida na área de influência do empreendimento e a empreiteira contratada para execução das obras civis.

As ações destinadas à minimização da emissão de material particulado referem-se basicamente às medidas de controle da suspensão de poeira com geração prevista na circulação de veículos em vias não pavimentadas e no carregamento e revolvimento do solo, e medidas de controle e monitoramento de fumaça e particulados, a serem emitidos diretamente dos escapamentos de veículos e outros equipamentos demandados na execução das obras.

A metodologia desenvolvida para subsidiar o Programa de Controle e Monitoramento de Emissão de Particulados deverá ser procedida a partir de duas vertentes:

- **Ações de controle e prevenção:** umectação de vias/ acessos, pátios e espaços construtivos; proteção das caçambas dos caminhões que transportam terra/agregados com lona; controle de particulados e gases a partir da manutenção dos equipamentos e estruturas que emitam substâncias à atmosfera, seja pela queima de combustíveis ou por dispersão de partículas; incentivo ao uso de EPI's, em especial aos de proteção contra emissão de gases, particulados e fuligens;
- **Ações de monitoramento:** monitoramento dos equipamentos e estruturas que emitam substâncias à atmosfera, pela queima de combustíveis, a partir do Método Escala Ringelmann.

m) Programa de Comunicação Social para as comunidades da AID, considerando as diretrizes da Lei 12.056/2011 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o PEA-BA e incluindo em suas ações reuniões periódicas da Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, prevendo elaboração de relatórios periódicos das atividades desenvolvidas e de atas das reuniões realizadas; n) Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores do Empreendimento e população da ADA e AID, contemplando, dentre outras, conteúdos voltados para a educação sexual, meio ambiente e prevenção às drogas, e atividades educacionais e culturais com ênfase na valorização histórica e arqueológica do município e considerando as diretrizes da Lei 12.056/2011 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o PEA-BA;

O Plano de Comunicação Social tem com objetivos específicos:

- Esclarecer a população sobre cada etapa do projeto, com informações antecipadas e amplas sobre os impactos ambientais, bem como sobre as ações do empreendedor perante as alterações na rotina local e eventuais transtornos durante as obras, mobilizando, sempre que possível, a participação social na tomada de decisões;
- Promover o diálogo e a transparência como principais estratégias de conciliação de interesses, mediação de conflitos e aperfeiçoamento dos processos da empresa;
- Monitorar percepções, esclarecer demandas de informação, prevenir especulações e boatos;
- Atender às exigências do órgão ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -ODS, bem como as diretrizes da empresa no que tange a responsabilidade social;
- Divulgar de forma integrada as ações desenvolvidas por meio dos demais programas vinculados ao licenciamento ambiental;
- Facilitar a convivência entre trabalhadores do empreendimento e população, colocando em prática os princípios e valores do empreendedor, tendo como uma de suas premissas a da Responsabilidade Social e Ambiental;
- Contribuir para o alinhamento do discurso e o nivelamento de informações acerca do empreendimento entre todos os empregados e terceiros envolvidos direta ou indiretamente;
- Contribuir para o engajamento dos empregados na implantação e operação do projeto, conferindo sentido e significado ao trabalho que realizam;

- Apoiar e fortalecer as redes de educação e comunicação ambiental de forma participativa e democrática;
- Contribuir com os gestores do Projeto visando à obtenção e à renovação das Licenças Ambientais e ao correto posicionamento do empreendimento e da empresa na localidade;
- Apoiar iniciativas das comunidades que visem ao desenvolvimento e a melhoria das condições de vida daquelas populações, principalmente as que vivem em situações de vulnerabilidade social;
- Divulgar informações do empreendimento e sua importância estratégica como instrumento de desenvolvimento local e regional;

O quadro a seguir elenca os temas a serem abordados no referido programa, o público alvo e as ações correspondentes:

Temas de Ações de Comunicação Social.

TEMA	PÚBLICO-ALVO	AÇÕES
Segurança nas Obras de Implantação	Interno e Externo	- Público Interno: Distribuição de Material Gráfico e Diálogo Semanal de Segurança (DSS); - Público Externo: Distribuição de Material Gráfico.
Códigos, Políticas e Procedimentos Internos	Interno	DSS e Disponibilização de Material Gráfico no Canteiro de Obras.
Divulgação de Vagas Abertas pelo empreendimento e empresas terceirizadas	Externo	Informar a população por meio de comunicação social local e distribuição de Material Gráfico.
Campanha de combate à exploração sexual infantil com divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto à Comunidade Escolar dos municípios e Distribuição de Material Gráfico.
Campanha de orientação e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e ao Covid-19	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto à Comunidade Escolar dos municípios e Distribuição de Material Gráfico.
Campanha de Prevenção ao Uso de Drogas	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto à Comunidade Escolar dos municípios e Distribuição de Material Gráfico.
Campanha de combate à violência doméstica: idoso, mulher e outros grupos vulneráveis	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto à Comunidade Escolar dos municípios e Distribuição de Material Gráfico.
Caatinga - fauna e flora (com ênfase nas espécies ameaçadas)	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto à Comunidade Escolar e comunidades e Distribuição de Material Gráfico.
Campanha de combate à Exploração e Violência Sexual	Interno e Externo	- Público Interno: DSS e Distribuição de Material Gráfico; - Público Externo: Palestra junto aos municípios e Distribuição de Material Gráfico.

São objetivos específicos do Programa de Educação Ambiental:

- Construir conhecimento sobre as energias renováveis e não-renováveis;
- Construir conhecimento teórico sobre as características culturais, econômicas, históricas, arqueológicas e ambientais das localidades da AII e da ADA;
- Difundir os conhecimentos adquiridos sobre a região e produzidos através dos estudos ambientais associados ao empreendimento, como estratégia para estimular a formação de novos valores que contribuam na melhoria da relação entre as pessoas e o Meio Ambiente, seguindo a premissa da Educomunicação Socioambiental;
- Construir conhecimento sobre alterações ambientais nos meios físico, biótico e socioeconômico e cultural advindos da implantação do empreendimento;
- Construir conhecimento sobre o conceito de desenvolvimento sustentável;
- Contribuir na capacitação e qualificação dos profissionais da área educacional das escolas públicas presentes nas comunidades da AID, ampliando seus conhecimentos sobre a questão ambiental e mostrando as interfaces e consequências das ações humanas sobre a natureza;
- Orientar o público interno, representado pelos trabalhadores a serem alocados nas obras do empreendimento, para que adotem procedimentos social e ambientalmente adequados na execução dos serviços e nas relações com as comunidades locais;
- Buscar fortalecer, juntamente com os demais Projetos Ambientais, a gestão participativa do espaço das comunidades da AID localizadas no entorno do projeto, a partir do conhecimento da realidade local e da introdução de conceitos e valores que possam proporcionar melhoria ambiental e da qualidade de vida;
- Estabelecer parcerias com os setores da administração pública envolvidos com o tema, visando o desenvolvimento e a produção de material didático sobre a questão ambiental;
- Realizar atividades interativas com as comunidades da AID do empreendimento;
- Construir nas comunidades da AID relações de convivência harmoniosa com o empreendimento;
- Realizar reuniões devolutivas para avaliação e resultados de atividades realizadas com todos os grupos do público-alvo.

Em relação ao público alvo do programa, o público interno é formado por todos os funcionários próprios e terceiros alocados em atividades de implantação e operação do empreendimento. Já o público externo é composto por:

- População residente na sede municipal da AII;
- População residente nas comunidades da AID;
- Imprensa local e outros órgãos e entidades com interesse nas ações ligadas ao empreendimento.

Temas Sugeridos para o Público Interno

TEMA SUGERIDO	DESCRIÇÃO
Energia Fotovoltaica	Apresentação básica sobre o projeto, O que é energia fotovoltaica, como funciona, dentre outros. Apresentação da política ambiental do empreendimento.
Supressão Vegetal	Orientar os trabalhadores quanto a supressão consciente, alertando-os, ao mesmo tempo, sobre o desmatamento, proteção às matas ciliares e a vegetação de encostas, bem como a necessidade de revegetação das áreas degradadas.
Relacionamento com Público Externo e Cidadania	Apresentação das comunidades rurais que sofrerão influência da implementação do empreendimento e a necessidade de formar laços harmoniosos com as populações locais, com base no respeito aos seus costumes e práticas, bem como nas melhores práticas profissionais para evitar incômodos, expectativas negativas e conflitos entre trabalhadores locais e comunidades rurais.
Queimadas	Informar sobre os riscos de incêndios, indicando quais as causas mais comuns dessas ocorrências; divulgando orientação sobre as providências a serem adotadas.
APP e Área de Reserva Legal	O que é, porque proteger, legislações, e desmatamento nestas áreas para utilidade pública.
Uso sustentável dos recursos naturais	Desperdício de água e energia.
Doença transmitidas por Vetores, DSTs e Covid-19	Explicar sobre as diversas doenças que são causadas por vetores que se proliferam devido ao acúmulo inadequado de resíduos (dengue, zika virus); explicitar a necessidade do seguimento das diretrizes de segurança sanitária contra a infecção e proliferação do Covid-19, apresentação de Doenças Sexualmente Transmissíveis, seus riscos e como evitá-las.
Fauna Silvestre	Orientar quando importância da manutenção da vida silvestre, ressaltando a ilegalidade da caça e as penas previstas na Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Segurança do Trabalho	Orientar os colaboradores quanto a medidas de segurança de trabalho nas obras do empreendimento e a exposição da fauna durante as atividades, alertando-os sobre a necessidade de utilização dos equipamentos obrigatórios de segurança (luvas, botas, capacete, outros conforme as NR-6; NR-7 e NR-21 do Ministério do Trabalho). Apresentar equipe de resgate que deverá ser acionada em caso de acidente ou encontro com alguma espécie peçonhenta.
Resíduos de construção civil e resíduos perigosos	Enfatizar o uso de lonas e caixa de contenção durante manejo de massa, evitando a contaminação do solo.
Resíduos sólidos e líquidos	Orientar quanto à disposição correta dos resíduos nas áreas dos canteiros de obras e entorno, sendo estabelecida a coleta seletiva.
Reciclagem de Resíduos	Explicar sobre o que é a reciclagem e qual a importância, para o meio ambiente, de reutilizar esses materiais.
Fauna, Flora, Aspectos Arqueológicos e Históricos da região de inserção	Importância do Bioma da Caatinga; importância da valorização e preservação dos aspectos históricos e arqueológicos da região.

o) Plano de desmobilização da obra; q) Plano de Segurança/Emergência para a ocorrência de acidentes ou outras situações de emergência, durante a fase de implantação do empreendimento;

Atendido

p) Plano de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local;

O Programa de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local tem por finalidade contribuir na capacitação e estimular o recrutamento dos moradores das Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento para atuar nas diversas frentes de serviço, principalmente, em sua fase de implantação. Além de contribuir para a redução dos índices de desemprego e para o aquecimento da economia na região, o Programa reduz a sobrecarga nas infraestruturas municipais, ocasionada pela contratação massiva de mão de obra externa, a qual usufruirá dos equipamentos e serviços da localidade: escolas, unidades de saúde, equipamentos de lazer e outros.

O desenvolvimento do Programa de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local, portanto, se faz necessário diante da demanda da força de trabalho durante a implantação da LT em pauta.

Constituem-se metas do Programa de Contratação e Integração da Mão de Obra Local:

- Contratação de moradores das áreas de influência direta e indireta do empreendimento para atuar na sua fase de implantação, admitindo-se o maior número possível de pessoas da região, desde que atenda aos critérios detalhados neste Programa;
- Realização de cursos de capacitação profissional para os moradores locais, admitindo-se os alunos que concluírem satisfatoriamente o curso e que atendam aos demais critérios para ocupar a vaga;
- Contratar trabalhadores que desempenharam satisfatoriamente suas atividades para outras frentes de trabalhos que, eventualmente, estejam se instalando na região, no período de desmobilização da mão de obra;
- Obter índices de evasão inferiores a 10%;
- Reduzir a desigualdade de gênero e criar metas para a contratação de mão de obra feminina em cada um dos postos de trabalho.

s) Plano de conectividade entre componentes da paisagem, áreas remanescente de vegetação, Reserva Legal, áreas prioritárias para conservação, por meio de corredores ecológicos, permitindo a movimentação e a dispersão entre fragmentos de vegetação local e reduzindo os impactos sobre a fauna;

t) Programa de Gerenciamento de Risco para o canteiro, conforme Resolução CEPRAM nº 3965/09, em caso de armazenamento de produtos perigosos;

Atendido

u) Plano de Reassentamento e/ou Indenização das Propriedades da Faixa de Servidão;

Em atendimento

Conforme projeto da faixa de servidão apresentado, a linha não implicará no remanejamento de residências

w) Anuências dos órgãos competentes face às eventuais intervenções no sistema viário existente, para abertura de novas vias ou reconformação das existentes, bem como passagem de veículos e equipamentos, no que couber;

Em atendimento

y) Plano de Monitoramento referente à radiointerferência;

Atendido

VII. Apresentar, quando do requerimento da Licença de Instalação, Planta planialtimétrica georreferenciada elaborada conforme norma técnica específica, indicando as áreas com ocupação econômica atual e futura, áreas com vegetação nativa, áreas onde será suprimida a vegetação nativa, áreas de preservação permanente (APPs) e área de reserva legal (RL);

Atendido

VIII. Incluir no Relatório de Caracterização do Empreendimento – RCE a escolha da Alternativa de traçado da LT com dados referentes à supressão de vegetação estimada para as duas

Alternativas, juntamente com uma proposta de alteração ou justificativa para a não relocação do traçado no trecho sobre o fragmento florestal da área;

Atendido

IX. Apresentar, quando do requerimento da Licença de Instalação, informações referentes a rota migratória e de refugio da espécie *Anodorhynchus leari* (Arara-Azul-de - lear) ,bem como ocorrências da espécies da *Panthera onca* (onça pintada) e demais espécies ameaçadas em relação da poligonal do empreendimento; **X-** Priorizar a instalação das torres em áreas antropizadas com objetivos de diminuir a área de vegetação a ser suprimida como, por exemplo, as torres D-33, D-34;

Atendido

XI- Realizar consulta prévia às comunidades tradicionais inseridas na área de influência direta do empreendimento, nos termos da Convenção 169 da OIT; **XII-** Atender, quando da manifestação do órgão competente, ao disposto nas recomendações e documentos específicos para o componente quilombola, apontando eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, contemplando ações mitigadoras e maximizadoras dos impactos associado consideradas necessárias para superá-los;

Em relação às comunidades quilombolas foi realizado de forma integrada com o projeto do Parque Solar vinculado a LT O Estudo do Componente Quilombola (ECQ), elaborado a partir do Ofício 154/217/GAB/FCP/Minc , em resposta ao encaminhamento a Fundação Cultural Palmares (FCP) dos estudos ambientais do empreendimento denominado Complexo Fotovoltaico Irecê.

A execução do presente ECQ foi notificado à Fundação Palmares protocolado pelo Ofício DIREG/Js 04235/2016, com registro no SIGAD 01420.012929/2016-79 referente a implementação de empreendimento fotovoltaico para geração de energia solar denominado como Complexo Fotovoltaico Irecê.

As comunidades que estão na área de influência do empreendimento foram contactadas para a construção do ECQ, cumprindo os requisitos da Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015.

6. Parecer Conclusivo

Diante do exposto e do que consta no processo nº 2021.001.005462/INEMA/LIC-05462, fica o Parecer Técnico favorável à concessão: **§ 1º - AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA** válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, numa área de 24,51 ha, dos quais 0,26 ha em APP para a instalação da Linha de Transmissão de 138 kV SE Uberlândia - SE Irecê , nos municípios de João Dourado e Irecê, cujas coordenadas encontram-se na íntegra em planta de delimitação da poligonal do projeto, constante do processo, com as seguintes coordenadas de referência em UTM, (X/Y): (216.344/8.757.012); (212.827/8.754.002) e (194.451/8.749.104), datum SIRGAS 2000 zona 24 L, com rendimento do material lenhoso estimado em 96,6610 m³ ou 144,9915 estéreo ou 48,3305 mdc. **§ 2º - LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, para implantação da Linha de Transmissão de 138 kV SE Uberlândia - SE Irecê, com 27,78 km de extensão, faixa de servidão de 30 m e de serviço de 05 m, nos municípios de João Dourado e Irecê. **§ 3º - AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA**, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos para salvamento, levantamento e/ou monitoramento da Fauna Silvestre, nos municípios de João Dourado e Irecê

Favorável: () Não (X) Sim
Parecer Técnico

Validade da licença: LI, ASV e AMF 05 (cinco) anos

7. Condicionantes Propostas:

I. comprovar, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias após a conclusão das atividades de supressão de vegetação, conforme estabelecido no cronograma de execução a ser apresentado a este INEMA, a realização da reposição florestal mediante algum dos meios determinados pelo Art. 45 do Decreto Estadual nº 15.180/2014, com suas alterações, conforme exigido pelo Art. 33 da Lei Federal nº 12.651/2012; II. apresentar ao INEMA, antes das intervenções associadas, projeto de canteiro de obras; III. implantar o empreendimento com as respectivas intervenções associadas, somente após obter a documentação que se segue: **a)** Documento pertinente ao bloqueio junto à ANM de áreas minerárias oneradas na ADA do empreendimento, no que couber; **b)** Documentos pertinentes do IPHAN para a fase de LI, em relação aos desdobramentos do Processo IPHAN nº 01502.000392/2021-51 e Portaria Autorizativa IPHAN nº 25, no dia 23 de maio de 2022 **c)** Anuência de passagem dos proprietários situados na faixa de servidão e/ou autorização judicial para intervenção nos trechos do traçado com propriedades em litígio, considerando o amparo legal conferido pela Declaração de Utilidade Pública (DUP) ao empreendimento, conforme Nota Técnica nº 264/2022-SCT/ANEEL - processo 48500.003640/2022-81; **d)** documentos de relocação das reservas legais com pendência de anuências dos proprietários ou nas reservas cadastradas sem consentimento e ciência dos mesmos, no que couber; **e)** Anuências pertinentes à intervenções onde haja cruzamento com outras LT's e adequações em vias municipais locais, no que couber; IV. implementar, conforme projetos apresentados ao INEMA e elaboração de relatórios técnicos com respectivas ART's dos profissionais responsáveis. Os relatórios técnicos deverão contemplar registros fotográficos e outros documentos que evidenciem o andamento das obras e implementação dos projetos, devendo ser mantidos disponíveis para fins de fiscalização: **a)** De estruturas de apoio e infraestrutura: canteiro de obras, pátios de montagem, fundações de torres, áreas de bota fora, dentre outros, com os refinamentos do levantamento topográfico pertinente; **b)** Sistema de abastecimento de água, de tratamento e destinação de efluentes sanitários, seguindo as normas pertinentes da NBR e da ABNT; **c)** Das vias de acesso; **d)** Do sistema de drenagem de águas pluviais; **e)** do sistema de torres e cabeamento, contemplando dispositivos de sinalização e proteção para a avifauna, incluindo espécies da Ararinha azul, no que couber; V. executar, conforme planos apresentados ao INEMA, com elaboração de relatórios técnicos com respectivas ART's dos profissionais responsáveis. Os relatórios técnicos deverão contemplar registros fotográficos e outros documentos que evidenciem o andamento das obras e implementação dos planos e programas devendo ser mantidos disponíveis para fins de fiscalização: **a)** Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), contemplando a utilização das sementes e mudas (plântulas) coletadas durante a supressão de vegetação; **b)** Plano de Afugentamento e Resgate da Fauna por profissionais legalmente habilitados, contemplando a implantação de um CETAS para receber indivíduos da fauna que por ventura tenham sofrido algum tipo de lesão durante o processo de implantação do empreendimento; **c)** Programa de Monitoramento da Fauna; **d)** Plano de Desmatamento, Resgate e Monitoramento da flora, incluindo proposta de compensação para a supressão de espécies protegidas, e utilização de espécies a serem resgatadas e a serem transplantadas e cultivadas no viveiro de mudas, para fins de compensação florestal e recuperação das áreas degradadas pelo empreendimento, devendo integrar-se ao Programa de Recuperação de áreas Degradadas; **e)** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS, fazendo constar no relatório pertinente a definição exata dos locais de disposição temporária dos resíduos e informações referentes às empresas contratadas para transporte e disposição final dos resíduos não reutilizáveis, se for o caso; **f)** Programa de Medidas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, contemplando os períodos pré e pós-estação chuvosa, incluindo as medidas de proteção dos córregos intermitentes e formações de dolinas situados na AID; **g)** Programa de Sinalização e Controle de Tráfego, atentando para a implantação da sinalização de acordo com o andamento das obras das vias de acesso; **h)** Programa de Controle e Monitoramento de Ruído e de Material Particulado, contemplando campanha de marco zero com a projeção dos impactos de ruídos e particulados (incluindo eventual interferência nas comunidades na AID), considerando o fluxo e características dos veículos a serem utilizados, as condições de vento locais, as características de solo e condições de pavimentação das vias, dentre outros, bem como a proposição de medidas de controle, mitigadoras e de monitoramento,

dentre as quais deverá considerar: pavimentação nos trechos críticos, umectação, limitadores do fluxo de velocidade, tráfego em comboio, no que couber ; **i)** Programa de comunicação social para as comunidades da ADA e AID: I.1 seguir as diretrizes da Lei 12.056/2011 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, o PEA-BA e a Resolução CEPRAM nº 4.610/2018 e sua alteração - Resolução CEPRAM 4.671/2019; I.2 Informar no público alvo os nomes das comunidades da AID; **j)** Programa de educação ambiental para comunidades locais e trabalhadores do empreendimento, contemplando, dentre outras, atividades educacionais e culturais com ênfase na valorização histórica e arqueológica do município e considerando as diretrizes da Lei 12.056/2011 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, o PEA-BA e a Resolução CEPRAM nº 4.610/2018 e sua alteração - Resolução CEPRAM 4.671/2019; **k)** Programa de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local; I. Plano Básico Ambiental Quilombola, tendo como alvo as comunidades quilombolas situadas na área de influência do empreendimento, com, o qual deverá ser cientificado à Fundação Palmares, no que couber; **m)** Proposta de conectividade ou corredores entre os componentes da paisagem (fitofisionomias e fragmentos florestados), abrangendo, se possível, áreas de reserva legal; **n)** Programa de proteção e monitoramento dos recursos hídricos; **n)** Programa de Gestão e Supervisão Ambiental; e Programa Ambiental da Construção; **o)** Plano de Segurança/Emergência para a ocorrência de acidentes ou outras situações de emergência, durante a fase de implantação do empreendimento; **VI.** implantar o empreendimento respeitando a área de proteção no trechos com ocorrência de estruturas de dolinas/uvalas, tendo em vista a abertura de acessos e a construção de praças de torres, no que couber ; **VII.** realizar as compensações devidas quanto à supressão de espécies protegidas, nos termos da legislação pertinente. **VIII.** realizar, antes da implantação do empreendimento, Reunião Pública, abrangendo as comunidades da área de influência do empreendimento, com o objetivo de apresentar o empreendimento, informar, discutir e ouvir as comunidades envolvidas, incorporando todas as contribuições pertinentes e passíveis de realização, devendo apresentar ao INEMA a ATA dessa Reunião, bem como registro fotográfico, incluindo eventuais contribuições do Estudo do Componente Quilombola (ECQ), no que couber;

7. Referências Bibliográficas

Decreto Estadual nº 14.024 de 06 de junho de 2012;

Decreto Estadual nº 14.032 de 15 de junho de 2012, que altera o decreto nº 14.024/2012;

Lei nº 10.431/06 - Institui a Política Estadual de Meio Ambiente da Bahia;

Relatório de Caracterização do Empreendimento e Projeto Básico.

8. Data/Responsabilidade Técnica

Data: 21/07/2022	
Técnico (s) Carlos César Pinha Marcelo Guimarães Costa	Assinatura/Carimbo